



# Relatório e Contas 2014



**SIMTEJO**  
Grupo Águas de Portugal





Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.  
**Relatório e Contas 2014**



# Índice

- 06 Mensagem do Presidente
- 10 A Empresa
- 14 Síntese Indicadores
- 17 Principais Acontecimentos
- 19 Estrutura Organizacional

## A - Relatório de Gestão

- 23 1. Introdução
- 23 2. Enquadramento Macroeconómico
- 24 3. Enquadramento do Setor
- 26 4. Regulação
- 30 5. Análise Económica e Financeira
- 34 6. Atividade Operacional
- 57 7. Objetivos de Gestão
- 60 8. Cumprimento das Orientações Legais
- 63 9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício
- 63 10. Sucursais da Sociedade
- 63 11. Considerações Finais
- 63 12. Proposta de Aplicação de Resultados
- 64 13. Anexo ao Relatório
- 65 14. Relatório dos Administradores não Executivos

## B - Contas do Exercício de 2014

- 69 Demonstração da Posição Financeira (Balanço)
- 70 Demonstração dos Resultados por Natureza
- 70 Demonstração das Variações do Capital Próprio
- 71 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 71 Decomposição de caixa e seus equivalentes
- 72 Notas às demonstrações financeiras
- 111 Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 113 Certificação Legal de Contas



# Mensagem do Presidente







**Engº Carlos Martins**  
*Presidente do Conselho de Administração*

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros,

A Simtejo prosseguiu em 2014 uma consistente rota de melhoria contínua, com particular destaque para a eficiência operacional e para a incorporação de boas práticas e consolidou um trabalho que dá particular atenção à investigação e desenvolvimento, cujo resultado é uma performance reconhecida a nível nacional e internacional.

A redução do consumo de energia por metro cúbico tratado, em 6%, quando duas grandes instalações foram objeto de investimentos de equipamentos de desodorização, com consumos elevados de energia, está de entre os factos a destacar na área de eficiência operacional, estando a Simtejo envolvida na certificação da ISO 50001.

Os constrangimentos colocados às empresas do Setor Empresarial do Estado, limitam sobretudo uma mais adequada gestão de recursos humanos, quer no que respeita à natural renovação de colaboradores, com as saídas naturais que ocorrem em cada ano, quer no que respeita a uma política de incentivos que premeie o mérito e desempenho. Apesar dessa situação, foi possível manter a compreensão e o empenhamento de todos, única forma de assegurar a nossa missão com adequado desempenho ambiental, económico e responsabilidade social.

Os recursos humanos são uma área crítica para o sucesso e excelência no cumprimento da nossa missão. A Simtejo apresenta um rácio de pessoal que a coloca abaixo do limite inferior do intervalo de referência da ERSAR, situação que determina uma avaliação menos abonatória, que apesar de tudo é contrariada pela performance da Empresa. Estamos cientes que esse desempenho global resulta do esforço dos colaboradores. Acompanhamos com interesse o pedido de autorização da AdP SGPS junto das tutelas do Ambiente e Finanças, que poderá alterar a situação crítica na operação e manutenção.

Em 2014 a Simtejo ultrapassou os 50 milhões de euros de volume de negócios, com um resultado líquido do exercício superior a 6 milhões de euros, ao mesmo tempo que se reduziu a dívida financeira e o total do passivo. A dívida de clientes conheceu uma alteração de tendência, reduzindo-se em mais de 25% e com fortes sinais de se manter essa trajetória positiva.

A aprovação de aditamentos a novas candidaturas ao Fundo de Coesão relativas a investimentos de 42 milhões de euros constituiu um reforço de tesouraria, que vai ter consequências positivas na capacidade de prosseguir o plano de investimentos.

O volume de águas residuais tratadas atingiu o máximo histórico de 135 milhões de metros cúbicos, sendo de destacar que os resultados analíticos de controlo da rejeição das águas residuais tratadas atingiram 99,5% de resultados conformes, o que corresponde aos melhores resultados de sempre. Neste domínio importa, ainda, destacar a conclusão da maioria das obras do sistema da Foz do Lizandro, que vai entrar em funcionamento no ano de 2015, contribuindo para o aumento de caudais tratados e da população servida.

O interesse que as nossas atividades despertam na comunidade política, técnica e científica, determinaram um vastíssimo número de visitas às nossas instalações, com destaque para a ETAR de Alcântara, que se assume como um caso de referência nacional e internacional.

Em articulação com os Municípios e com as comunidades escolares temos desenvolvido um vasto conjunto de iniciativas de formação, sensibilização e educação ambiental.

Quero expressar um profundo agradecimento à equipa da Simtejo pelos resultados obtidos, aos nossos acionistas pelo apoio sempre manifestado e pela compreensão nos momentos de maior dificuldade, a todos os membros dos órgãos sociais pelo seu empenho em contribuir para um resultado articulado de vontades, ao revisor oficial de contas e à entidade reguladora onde sempre encontramos espaço para um diálogo relevante para defender os interesses da Simtejo e do setor.



# A Empresa





# A Empresa

## Acionistas

O sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão foi criado através do Decreto-Lei nº 288 – A/2001, de 10 de novembro, tendo como objetivo operacional a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios da Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira e como objetivo estratégico a redução dos níveis de poluição no estuário do Tejo, nas bacias do rio Trancão, ribeiras dos municípios de Mafra e de Vila Franca de Xira.

O citado diploma legal estabeleceu que o exclusivo de exploração e gestão do sistema era adjudicado pelo Estado Português, em regime de concessão, à Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, por um prazo de 30 anos, a qual foi posteriormente prolongada para 43 anos, através de Aditamento ao Contrato de Concessão inicial, celebrado em 2009.

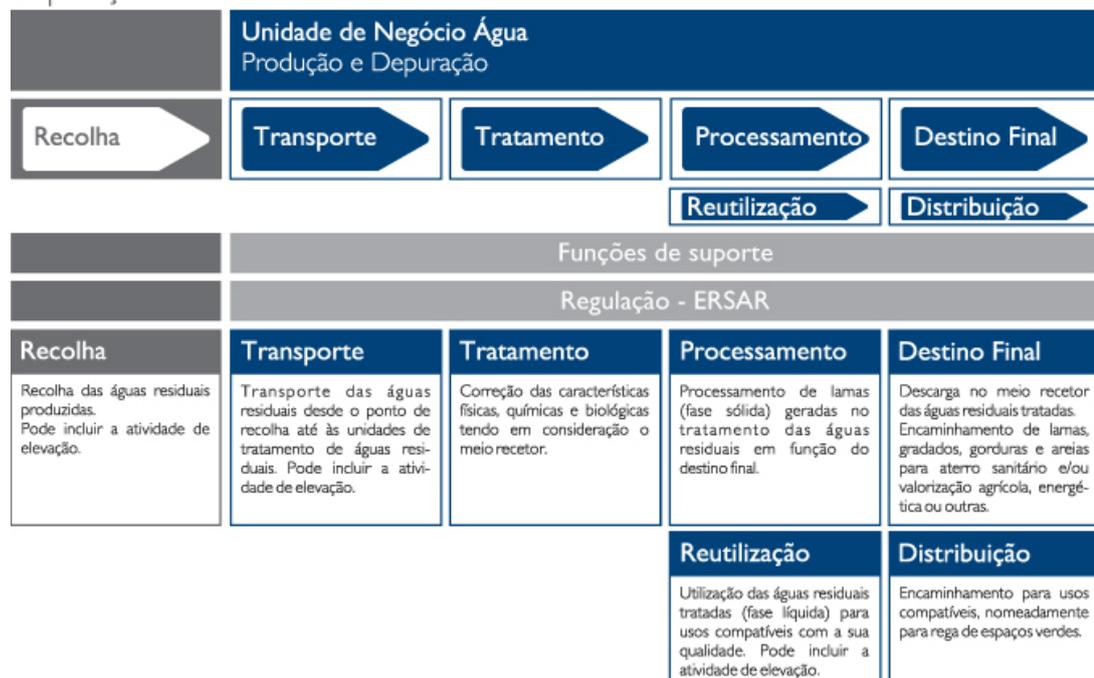
O Capital Social da Simtejo é de 38,7 milhões de euros, repartido pelo Grupo Águas de Portugal e pelos municípios de Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira e Amadora, Mafra e Odivelas com a seguinte distribuição:

AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,5%
Câmara Municipal de Lisboa	23,5%
Câmara Municipal de Loures	11,5%
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	4,0%
Câmara Municipal de Amadora	3,5%
Câmara Municipal de Mafra	3,5%
Câmara Municipal de Odivelas	3,5%

## Cadeia de Valor

Ainda que a Operação seja a atividade mais visível da Simtejo, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos. Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

### Operação - Saneamento



# Síntese de Indicadores

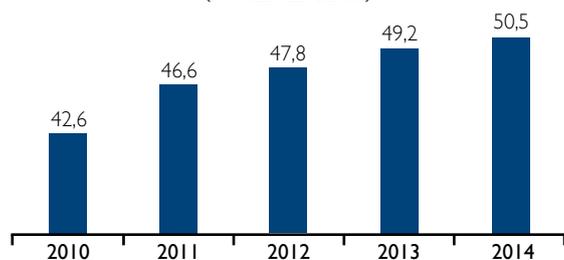
Unidade: euros

<b>Indicadores financeiros</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Volume de negócios	46.597.059	47.810.816	49.237.741	<b>50.454.179</b>
Tarifa (Eur/m <sup>3</sup> )	0,4850	0,4850	0,4899	<b>0,4899</b>
EBITDA	31.813.705	29.311.901	28.861.149	<b>30.321.481</b>
Resultados financeiros	(3.604.120)	(1.088.594)	(2.469.741)	<b>(1.680.023)</b>
Resultado líquido do exercício	7.735.259	8.924.383	5.236.957	<b>6.008.668</b>
Investimento bruto acumulado	324.525.054	342.649.926	348.878.615	<b>359.896.828</b>
Dívida de clientes	37.815.810	65.574.808	67.739.873	<b>50.851.213</b>
Total do ativo	372.610.945	391.265.810	381.413.889	<b>382.177.054</b>
Dívida financeira	171.819.229	182.029.416	159.714.788	<b>153.360.546</b>
Total do passivo	309.332.591	324.412.044	313.589.470	<b>312.174.518</b>
Capital próprio	63.278.354	66.853.766	67.824.419	<b>70.002.536</b>

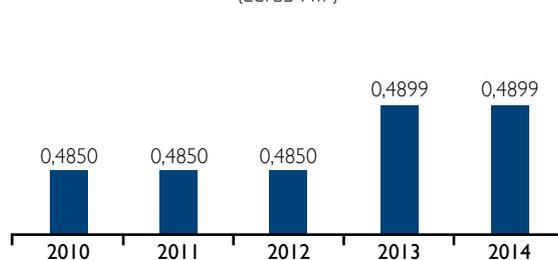
<b>Rácios financeiros</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Solvabilidade (capital próprio/ passivo)	20,5%	20,6%	21,6%	<b>22,4%</b>
Autonomia financeira (capital próprio/ ativo)	17,0%	17,1%	17,8%	<b>18,3%</b>
Endividamento (passivo/ ativo)	83%	83%	82%	<b>82%</b>
Estrutura do endividamento (passivo corrente/ passivo)	10,0%	11,6%	4,5%	<b>3,4%</b>
Liquidez geral (ativo corrente)/ (passivo corrente)	2,29	1,85	2,83	<b>6,29</b>
Prazo médio de recebimentos	199	373	124	<b>206</b>
Prazo médio de pagamentos	37	75	84	<b>40</b>

<b>Indicadores de atividade</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Volume de efluente recolhido (milhares de m <sup>3</sup> )	118.332	111.974	123.100	<b>135.710</b>
Volume de efluente tratado (milhares de m <sup>3</sup> )	118.067	111.763	122.891	<b>135.133</b>
Volume de efluente faturado (milhares de m <sup>3</sup> )	97.662	98.329	100.292	<b>100.968</b>
População abrangida	1.276.976	1.276.976	1.280.664	<b>1.280.664</b>
População servida	1.225.897	1.247.280	1.252.356	<b>1.269.297</b>

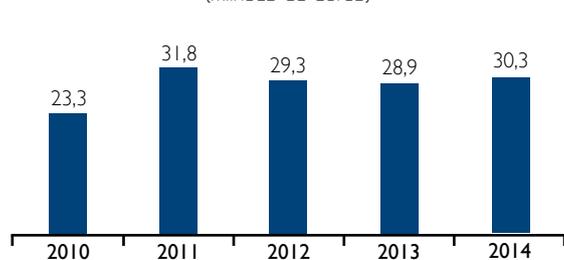
**Volume de negócios**  
(milhões de euros)



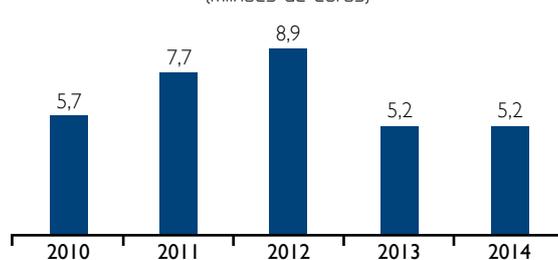
**Tarifa**  
(euros /m<sup>3</sup>)



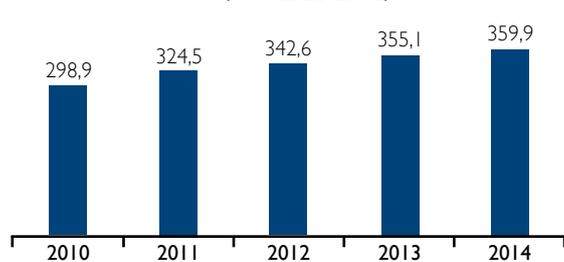
**EBITDA**  
(milhões de euros)



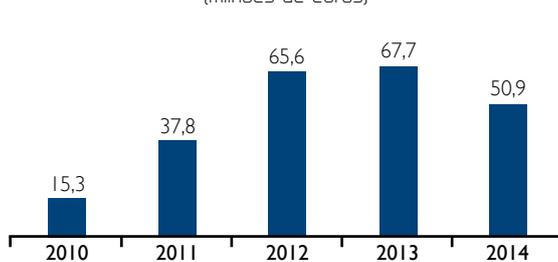
**Resultado líquido do exercício**  
(milhões de euros)



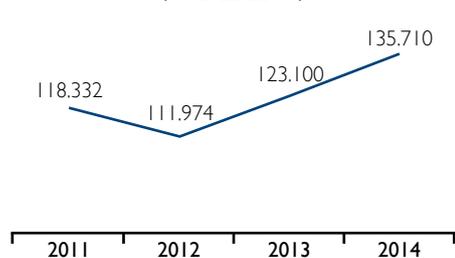
**Investimento bruto acumulado**  
(milhões de euros)



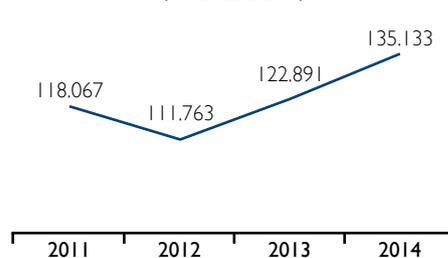
**Dívida de clientes**  
(milhões de euros)



**Volume de efluente recolhido**  
(milhares de m<sup>3</sup>)



**Volume de efluente tratado**  
(milhares de m<sup>3</sup>)





# Principais Acontecimentos

Destacam-se os aspetos considerados mais relevantes no exercício de 2014 da Simtejo (que serão desenvolvidos em rúbricas subsequentes deste Relatório):

## Evolução geral do investimento e cobertura do serviço

- Receção provisória final da empreitada de conceção/construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara;
- Conclusão da construção do emissário da Praça do Império e lançamento do concurso do emissário da Praça do Império-Fase II;
- Intervenções de reparação no Caneiro de Alcântara, execução no Braço de Sete Rios/Twin Towers e lançamento de concurso no Parque Urbano da Quinta do José, respetivamente;
- Execução de benfeitorias nos sistemas elevatórios de Alcântara - fase I;
- Construção da duplicação da Ribeira da Falagueira;
- Conclusão da maioria das empreitadas relativas ao sistema da Foz do Lizandro;
- Realização ou desenvolvimento de várias intervenções de reabilitação das ETAR de Beirolas, Chelas, Frielas, S. João da Talha, Vila Franca de Xira, Malveira/Venda do Pinheiro;
- Remodelação do sistema de desinfeção da ETAR de Frielas;
- Conversão global do reator biológico 6 da ETAR de Frielas em reator Nereda TM;
- Realização de várias intervenções nos sistemas de telegestão de Alverca, Frielas, S. João da Talha, Ericeira;
- Conclusão da beneficiação e ampliação dos subsistemas de Igreja Nova, Cheleiros e Encarnação;
- Lançamento do concurso de conceção/construção para a remodelação da ETAR da Póvoa da Galega;
- Obtenção de 99% da cobertura do serviço prevista no Contrato de Concessão;
- Recuperação da realização do investimento em relação aos anos anteriores, com a realização de investimentos no valor de 11 milhões de euros;
- Aprovação de aditamentos às novas candidaturas ao Fundo de Coesão relativas a investimentos de 42 milhões de euros.

## Operação

- A Simtejo tratou cerca de 135 milhões de metros cúbicos, o que corresponde a uma média diária de mais de 370 mil m<sup>3</sup> tendo-se registado vários máximos históricos, designadamente o maior caudal mensal (15.023.097 m<sup>3</sup>/mês em janeiro) e o maior caudal médio diário (530.729 m<sup>3</sup>/dia em fevereiro);
- Resultados analíticos positivos, tendo-se atingido a maior percentagem de resultados conformes de sempre (99,5%);
- Continuação da implementação do Plano de Eficiência Energética com redução em 6% do consumo de energia por metro cúbico, mesmo num cenário em que as duas instalações com maior consumo viram entrar em serviço sistemas de desodorização com consumos energéticos elevados.

## Manutenção

- Continuação do permanente esforço de manutenção, com inúmeras intervenções pontuais.

## Laboratórios

- Realização de mais de 41 mil análises;
- Realização de trabalhos de investigação;
- Taxas relevantes de prazos de execução e de disponibilização de dados;
- Manutenção da acreditação nos parâmetros químicos e microbiológicos.

## Medição de caudais

- Otimização do tratamento de dados do sistema da medição de caudais para fins de faturação;
- Manutenção específica dos medidores de caudal e dos udómetros instalados.

## Investigação & Desenvolvimento

- Desenvolvimento de vários projetos de reutilização de águas residuais;
- Colaboração no projeto Aquasafe, destinado à integração dos sistemas de informação numa ferramenta de gestão operacional;

- Conclusão do projeto Envitejo, cujo objetivo é integrar o conhecimento, a informação e as ferramentas relevantes para a gestão e monitorização do estuário do Tejo;
- Colaboração no projeto SW4E, relativo ao desenvolvimento de um sistema inteligente para a gestão energética das ETAR;
- Desenvolvimento do Projeto Odowatch, relativo à caracterização de eventos de odor ocorridos.

## Recursos humanos

- Redução do quadro de pessoal para 204 efetivos;
- Qualificação crítica da ERSAR quanto ao rácio número de colaboradores/volume de caudais tratados, por o número de colaboradores ser muito inferior ao intervalo de referência considerado como adequado pela ERSAR;
- Continuidade do esforço coletivo, em geral com muita entrega e qualidade, apesar das condições adversas decorrentes da inexistência de promoções, das reduções salariais e da manutenção das expectativas negativas sobre a evolução salarial em 2015.

## Evolução económica

- Situação económica estável;
- Acréscimo do volume de negócios de 1,2 milhões de euros, para mais de 50 milhões de euros;
- Resultados, no exercício, operacionais de 11,8 milhões de euros e líquidos de 6 milhões de euros;
- Rácio, para a atividade comparável, de Fornecimentos e Serviços Externos sobre Volume de Negócios idêntico ao de 2013 e mais favorável do que os dos outros exercícios anteriores.

## Evolução financeira

- Cumprimento pelos municípios de Lisboa, Loures e Odivelas dos acordos de pagamento efetuados;
- Criação de condições para recebimento das dívidas municipais mais relevantes, com normalização da situação dos pagamentos à Simtejo;
- Realização no final de 2014 de contrato de cessão de créditos referente a acordo de pagamentos celebrado em maio de 2013 com o município de Lisboa;
- Criação de condições para extinção, no fim do exercício, do endividamento bancário (com exclusão dos empréstimos BEI).

## Qualidade, segurança e responsabilidade social

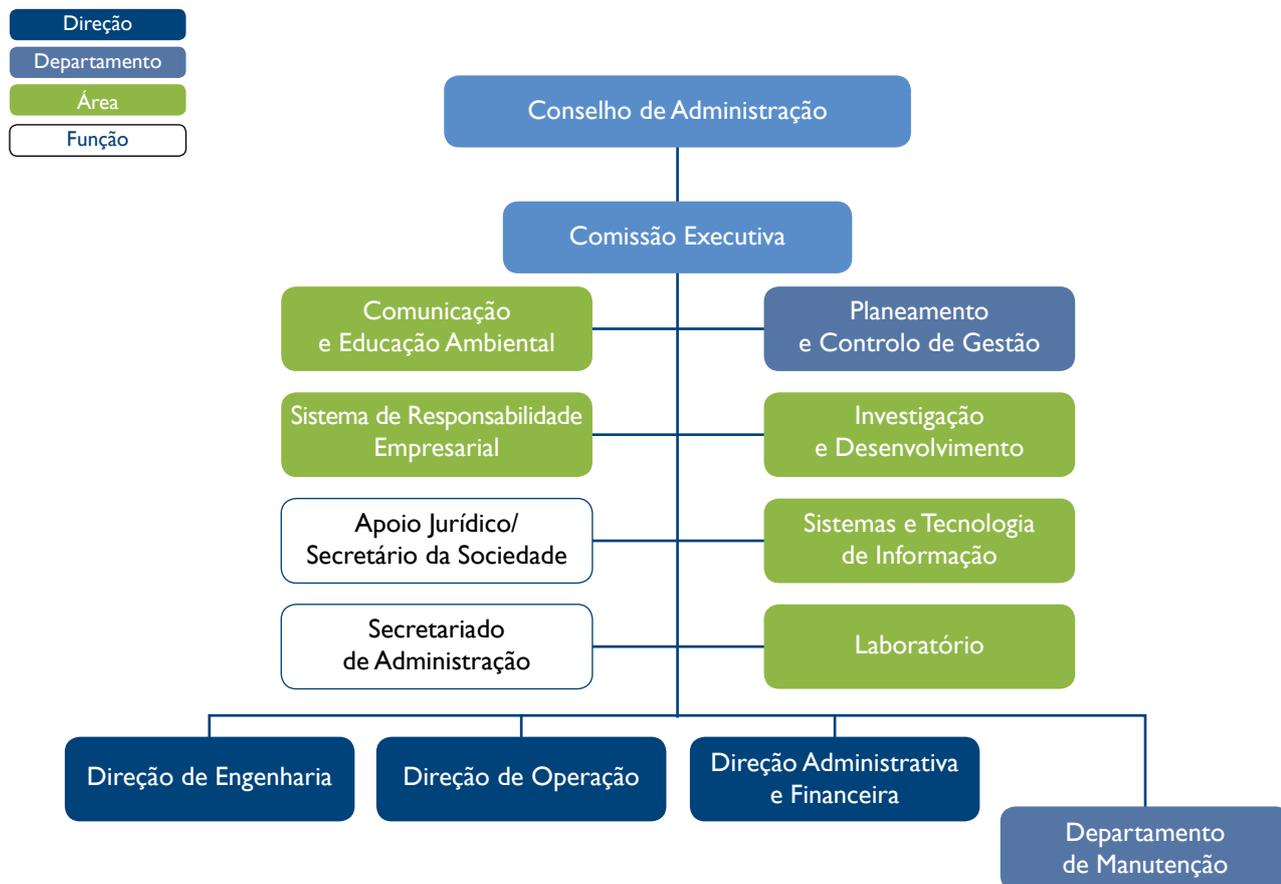
- Continuidade do trabalho no Sistema Integrado de Gestão correspondente às NP EN ISO 9001:2008 (Qualidade), ISO 14001:2004 (Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Segurança e Saúde no Trabalho) e preparação do alargamento a novos subsistemas;
- Realização de vários estágios para distintos níveis de ensino e integração profissional.

## Comunicação e educação ambiental

- Continuação do Programa "Ama a Água" 2014/2015;
- Desenvolvimento da Hidrobox no Dia Mundial da Água;
- Participação no projeto "Ciência Viva no Verão";
- Organização da receção de inúmeras visitas nacionais e internacionais a instalações da Simtejo.

# Estrutura Organizacional

Para o correto exercício das suas funções, a Simtejo dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão da Empresa. Estes órgãos operacionais e de *staff* apresentam a seguinte afetação, não estando atualmente preenchidas o Apoio Jurídico (interno):





# A - Relatório de Gestão





# A - Relatório de Gestão

## 1. Introdução

No âmbito da sua missão, a Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. procede à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais geradas nas áreas dos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Vila Franca de Xira e algumas áreas limítrofes, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

No cumprimento da sua missão, a Simtejo assume os seguintes princípios da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança:

- A importância social da sua actividade é suportada por objetivos, metas e processos relevantes, claramente orientados para as necessidades de clientes, cidadãos, colaboradores e acionistas;
- A preocupação de organização, simplificação e optimização dos processos e recursos, através de uma gestão transversal, é o suporte da melhoria contínua do desempenho do Sistema de Gestão Integrado, com o objetivo de maior eficiência e qualidade, sempre com a preocupação de uma redução de custos;
- O desenvolvimento do conhecimento e a disponibilidade do pleno potencial de todos os colaboradores, ao nível do indivíduo e das equipas, é condição essencial ao desenvolvimento da Política e da eficácia dos processos;
- A avaliação periódica da satisfação e necessidades do Cliente, conjugada com a resposta adequada a áreas de melhoria identificadas, é um objetivo de todos;
- A atividade da Simtejo desenvolve-se de acordo com os requisitos e a legislação aplicável, com uma postura de aposta na prevenção, nomeadamente da poluição e dos acidentes.

## 2. Enquadramento Macroeconómico

### Global

À semelhança dos últimos dois anos, em 2014 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados, aproximadamente 3,5% (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento baixo, em linha com o do ano anterior (2,4% vs. 2,2%), embora apresente uma muito ligeira melhoria, suportado por um crescimento relevante dos níveis de emprego e igualmente do mercado imobiliário. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos (4,4% em 2014), embora a níveis reduzidos quando comparados com anos recentes. Três grandes fatores explicam este arrefecimento: **(i)** os níveis de investimento na China diminuiram com impacto nas economias asiáticas; **(ii)** as vulnerabilidades da economia russa, como consequência do colapso dos preços do petróleo e das tensões geopolíticas, e **(iii)** a diminuição dos preços de algumas *commodities*, que representam uma fatia relevante das receitas económicas de alguns países emergentes.

### União Europeia

O ano de 2014 ficou marcado pelo fraco crescimento económico na Zona Euro, justificado pelo aumento dos conflitos geopolíticos, especialmente as tensões com a Rússia, a par do enfraquecimento de algumas economias desenvolvidas e emergentes, com relações estreitas com os países do centro da Europa. Neste ponto, realce para as três principais economias, Alemanha, França e Itália, cujo desempenho económico foi determinante para o fraco crescimento na área do euro, contrariamente a outros países, como Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia, cujo crescimento foi melhor que o esperado.

As melhorias registadas no mercado de trabalho foram modestas, em linha com o crescimento económico, que não foi suficientemente robusto para alavancar a formação de emprego. A taxa de desemprego deverá ter sido de 11,6% em 2014 de acordo com a Comissão Europeia, melhor do que em 2013 (11,9%), resultado das melhorias registadas nos países mais vulneráveis. As diferenças entre Estados-Membros continuaram a ser significativas em 2014, variando entre 5,1% na Alemanha e 26,8% na Grécia. As fracas melhorias registadas no mercado de trabalho tiveram impacto limitado no consumo privado, que se espera que tenha crescido 0,7% em 2014, um aumento face a 2013, quando a variável diminuiu 0,6%. Apesar de ter sido afetado pelo processo de desalavancagem, num contexto de baixa inflação e de fraca procura, o investimento em 2014 parece ter iniciado uma recuperação face ao decréscimo de 2,4% observado em 2013, crescendo 0,6%. A inflação continuou bem abaixo do objetivo dos 2% (a inflação previsional em dezembro, de acordo com o Eurostat, foi de -0,2%, e espera-se que no total do ano a inflação tenha sido de 0,4%),

influenciada pela queda dos preços da energia e da alimentação, assim como pelo frágil ambiente económico da Zona Euro. A balança corrente na Zona Euro tem verificado excedentes, registando, em 2014, 2,5% do PIB. Curiosamente, este excedente não se deve ao fortalecimento das exportações, mas antes à vulnerabilidade da procura interna, que afetou desfavoravelmente as importações.

## Portugal

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 0,9% em 2014. A procura interna acabou por contribuir mais do que se esperava para o crescimento anual, enquanto a procura externa líquida contribuiu negativamente, com uma dimensão significativa: um contributo de cerca de -1,1 pontos percentuais para um crescimento que se projeta em torno de 0,9%. Caso se confirme, o contributo desfavorável das exportações líquidas só encontra paralelo em 2010 ou nos anos imediatamente anteriores à crise financeira internacional.

As exportações desiludem e as importações aumentam acima do previsto. Vários factores concorreram para este comportamento. Do lado das exportações, o encerramento temporário da unidade de refinação de petróleo nos primeiros meses de 2014, justificou um comportamento pior que o esperado. De facto, a venda de combustíveis refinados ao exterior fora responsável por cerca de 60% do crescimento das exportações de bens em 2013, pelo que esta paragem teve efeitos significativos. Nos primeiros dez meses do ano, as exportações de combustíveis registavam um decréscimo de cerca de 22%, gerando um contributo negativo de 2.2 p.p. para o total. Deste modo, a actual projeção aponta para um aumento das exportações (em volume) em torno de 2,5%, que contrasta com +3,5% antecipados no início de 2014. Do lado das importações, verificou-se também um aumento acima do esperado, refletindo a retoma mais acentuada da procura interna e a satisfação de alguma procura pendente, nomeadamente de bens duradouros.

Depois de alguma recuperação que se registou em meados de 2013, tem-se registado uma estabilização do PIB em níveis mais baixos. Todavia, analisando os contributos das principais componentes para a geração de riqueza, verifica-se que em 2014 o padrão de comportamento foi mais equilibrado que nos anos de vigência plena do PAEF. Efetivamente, depois de três anos consecutivos de retração, a procura interna voltou a aumentar, embora bem menos que em 2010 ou em anos anteriores à eclosão da crise financeira internacional. As exportações (sem combustíveis), registam um comportamento assinalável, com um crescimento até novembro de 4,7%. Mais, os contributos foram bastante uniformes, pontuando os bens de consumo, bens industriais, bens de capital ou alimentação e bebidas. A análise por destinos, denota também bom desempenho em diversos mercados, com destaque para o Reino Unido, Alemanha, França e Espanha. Nos países fora da União Europeia, o comportamento das exportações é também favorável, denotando-se diversificação por produtos e destinos, com destaque para os mercados dos EUA, Angola e China. Nota para os serviços que representam atualmente cerca de 33% das exportações totais, reforçando o seu posicionamento ao longo das últimas décadas (em 2014, foram as exportações de serviços de turismo que mais adicionaram às exportações de serviços, gerando um contributo de cerca de 75% e um acréscimo no ano estimado em 16%).

Desde julho de 2014, a inflação regista níveis inferiores a zero, reflectindo em grande parte o movimento de quedas dos preços de bens energéticos, mas também fragilidade da procura interna e efeitos do esforço de melhoria da competitividade da economia portuguesa. A informação até agora conhecida aponta para que no conjunto do ano, a inflação média se situe em -0,3%.

Relativamente às contas públicas é previsível uma redução do défice do Estado para 6,42 mil milhões de euros nos primeiros onze meses de 2014 (numa base de caixa). Esta evolução reflecte o bom desempenho da receita fiscal, +6,2% face ao ano anterior, enquanto que a despesa registou um crescimento de apenas 0,8% no mesmo período e põe em evidência o esforço de consolidação das contas públicas levado a cabo nos últimos anos, dando suporte ao desenho de uma trajetória de melhor sustentabilidade da dívida pública.

A taxa de desemprego terá ficado, aproximadamente, nos 13,1% em 2014.

Fonte: FMI world economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.

## 3. Enquadramento do Setor

Em 2014 assistiu-se à concretização de algumas das medidas traçadas para os setores das águas e dos resíduos, definidas pelas linhas orientadoras do Programa do XIX Governo Constitucional:

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;

- Autonomizar o subsetor dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 deram lugar a três eventos representativos dos esforços desenvolvidos nos setores das águas e resíduos desde 2012:

- a) A apresentação da estratégia integrada de reestruturação do setor das águas pelo senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, em outubro de 2014;
- b) A assinatura, em novembro de 2014, do contrato de compra e venda da participação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. no capital social da EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A., ao agrupamento SUMA, vencedor do concurso público internacional;
- c) A conclusão dos trabalhos de elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas, PENSAAR 2010 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, e para os serviços de gestão de resíduos, PERSU 2020 - PI
- d) Ano estratégico de resíduos sólidos urbanos, que definem as metas e objetivos do Estado para cada um dos setores.

No seguimento das alterações legislativas verificadas em 2013, de que se destacam a Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, o Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho e Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho, foram publicados em 2014 os seguintes diplomas legais:

- Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), reforçando os seus poderes e independência;
- Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que aprova a fatura detalhada para os serviços de águas e resíduos;
- Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, que aprova o processo de reprivatização da EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A.

## Estratégia integrada de reestruturação do setor das águas

Considerada essencial para garantir a continuidade, a universalidade, a qualidade e a sustentabilidade na prestação destes serviços públicos, a reestruturação do setor das águas, assenta em quatro eixos fundamentais:

- 1- Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país;
- 2- Aumentar a eficiência dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas com o objetivo de reduzir os gastos associados;
- 3- Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para investimento;
- 4- Garantir a sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras, com rigor e transparência na fixação das tarifas.

Esta estratégia foi objeto de consulta e pronúncia por parte dos Municípios até ao final de 2014.

A estratégia integrada de reestruturação do setor das águas materializa-se nos seguintes instrumentos:

- **PENSAAR 2020** - que, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável;
- **POSEUR** - Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, consubstanciando os instrumentos financeiros de apoio a investimentos alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e com vista a promover o desenvolvimento do setor numa ótica de eficiência e de sustentabilidade e a permitir o atingimento dos objetivos nacionais e comunitários;
- **Regulação Económica** - criação de um novo quadro regulatório, focado na melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços, através do reforço os estatutos da entidade reguladora e da criação de um regulamento tarifário que consubstancie o novo modelo regulatório para o setor, da implementação da fatura detalhada. Em dezembro de 2014, a ERSAR apresentou ao seu Conselho Consultivo, uma primeira proposta de regulamento tarifário para o setor das águas.
- **Reorganização do setor de titularidade Estatal** - materializada na reestruturação territorial e corporativa do Grupo AdP tendo em vista a obtenção de ganhos de eficiência, que resultem em benefícios tarifários futuros. No que respeita aos processos de agregação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, registaram-se importantes desenvolvimentos, quer na componente de desenvolvimento dos estudos e modelos económicos e operacionais quer na componente de articulação com os diferentes *stakeholders*.

## Reprivatização do setor dos resíduos

Quanto ao processo de reprivatização do setor dos resíduos, que a 31 de dezembro de 2014 se encontrava a aguardar a pronúncia das Autoridades da Concorrência, iniciou-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, tendo o respetivo caderno de encargos sido aprovado em 8 de abril, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 30/2014.

O anúncio do concurso público foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia, JO/S 582, de 26 de abril de 2014, sob o n.º 2014/S 082-143174 e no Diário da República n.º 71, 2.ª série, de 10 de abril de 2014, através do Anúncio de Procedimento n.º 1988/2014. O prazo de apresentação de propostas não vinculativas terminou a 20 de maio, tendo sido recebidas sete propostas não vinculativas, tendo a Resolução de Conselho de Ministros n.º 36-A/2014, de 5 de julho, determinado todos concorrentes como admitidos a apresentar proposta vinculativa.

No dia 31 de julho, data limite de entrega das propostas vinculativas, foram apresentadas quatro propostas, tendo o vencedor sido escolhido, nos termos do concurso, por decisão do Conselho de Ministro, em 18 de setembro, conforme Resolução de Conselho de Ministros n.º 55-B/2014.

O processo de privatização foi acompanhado, ainda, pela aprovação e homologação de um regulamento tarifário para os serviços de gestão de resíduos, Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR, homologada pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia e publicada em Diário da República, 2.ª série, em 15 de abril.

## Planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos

Os planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos (PENSAAR 2020 e PERSU 2020, respetivamente) desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC), concluído em julho de 2014, que norteia a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

Os planos aprovados e os instrumentos de financiamento associados, cujos respetivos programas operacionais foram apresentados já no decorrer de 2015, evidenciam os novos desafios decorrentes de uma mudança de paradigma do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos *ex-ante* e *ex-post*.

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, com especial incidência no domínio dos resíduos, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados.

## 4. Regulação

As atividades de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos desenvolvidas pelo Grupo AdP são serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

A exploração e gestão dos sistemas está assente nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência e da prevalência da gestão empresarial.

No ano de 2014 verificaram-se alterações significativas em matéria regulatória nos setores onde atuam as empresas que integram o Grupo AdP, quer ao nível das formas de atuação e organização das empresas do setor quer ao nível dos poderes da Entidade Reguladora.

Das alterações mais impactantes nas formas de atuação e organização das empresas do setor, destacam-se a privatização do setor dos resíduos em curso, permitida pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, que acarreta a revisão do regime jurídico das concessões da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de resíduos urbanos, e a possibilidade de agregação e reorganização territorial de sistemas multimunicipais de serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo.

De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º).

Em face das alterações em concretização nos setores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas.

É expectativa do Grupo AdP que, com este reforço de poderes da ERSAR, o setor integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril, cuja produção de efeitos se prevê para 1 de janeiro de 2016. Este regulamento acarreta uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando de um modelo de custo de serviço (*cost plus*) para um modelo de proveitos permitidos (*revenue cap*), que remunera uma base de ativos ao custo de capital eficiente e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Este documento não é público, e nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei.

A gestão do risco regulatório, pelo impacto que a atuação deste passa a poder ter na esfera patrimonial das empresas reguladas, torna-se uma matéria ainda mais fulcral para estas e para a AdP SGPS.

A atuação da Simtejo, concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais urbanas está sujeita ao disposto no Decreto-Lei 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhes é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto.

No caso da Simtejo, concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais urbanas, durante o ano de 2014 densificaram-se os estudos e soluções necessários para a concretização das disposições contantes do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho.

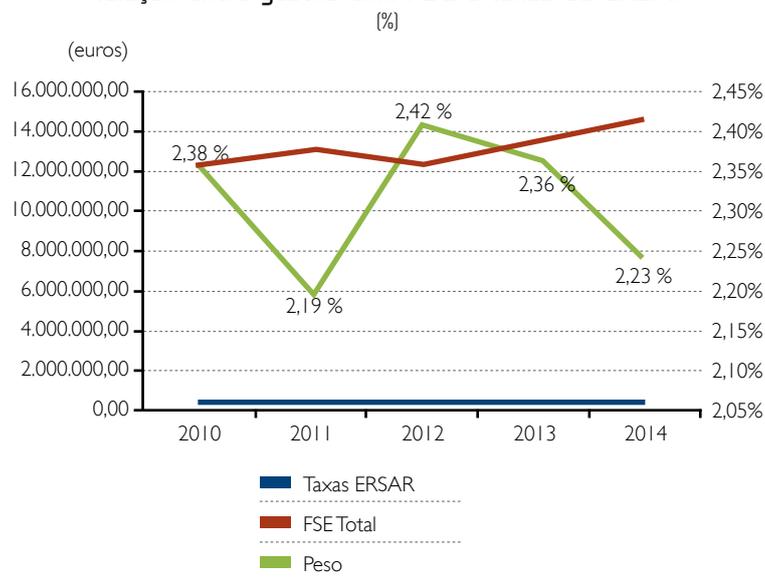
A linha de atuação projetada pelo Governo no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, assenta, designadamente, na promoção do equilíbrio tarifário, na resolução dos défices tarifários, na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais e, em última análise, na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, mantendo a natureza pública das respetivas concessionárias.

Nos termos dos seus estatutos, a ERSAR é financiada através da cobrança de taxas de regulação estrutural, económica e qualidade de serviço e da qualidade da água para consumo humano às entidades gestoras reguladas independente do modelo de gestão.

Nesse contexto, a Simtejo tem vindo ao longo dos anos a efetuar o pagamento respetivo destas taxas. Em 2014, apesar da continuação do esforço de contenção de gastos operacionais, nomeadamente com os FSE, verifica-se que o peso dos gastos suportados com as taxas da ERSAR (um gasto fixo) assume uma importância relativamente mais expressiva no total dos gastos incorridos pela Simtejo.

No gráfico seguinte apresenta-se a relação entre a evolução dos FSE suportados pela Simtejo e as taxas ERSAR em percentagem desses gastos com os FSE, desde 2010.

## Relação entre gastos com FSE e taxas da ERSAR



## Regulação económica

Nos termos do disposto no contrato de concessão em vigor, o ciclo regulatório anual inicia-se com a apresentação ao Concedente e à Entidade Reguladora das propostas de orçamento e projeto tarifário para o ano seguinte. O Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, procedeu à harmonização dos prazos de aprovação das propostas para todos os sistemas multimunicipais, em 60 dias.

O ciclo orçamental de 2014, iniciado em 30 de setembro de 2013, estendeu-se até 13 de março de 2014, sendo que após a emissão do projeto de parecer pela Entidade Reguladora e o exercício de contraditório por parte da Simtejo, a tarifa foi aprovada pelo Concedente.

O Decreto-Lei 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite um mais adequado balanceamento entre os proveitos e os encargos de prestação dos serviços.

Em setembro de 2014 iniciou-se o ciclo orçamental para 2015, tendo sido remetida pela ERSAR à Simtejo em janeiro de 2015 Projeto de decisão sobre a Proposta de Orçamento e Projeto Tarifário oportunamente remetida e tendo a Simtejo exercido o contaditório.

As propostas de orçamento e tarifa para 2014 e para 2015 foram apresentadas nos termos da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro como dispõem os novos estatutos da ERSAR.

De acordo com o modelo regulatório vigente na maioria das entidades gestoras de sistemas multimunicipais e parcerias Estado - Autarquias, custo do serviço (*cost plus*) em cenário de eficiência produtiva, e nos termos dos contratos celebrados, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da empresa e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (*superavit*), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade ou eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP para 2014 estão relevados os desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos. Esta informação encontra-se detalhada no Relatório e Contas consolidado de 2014 do Grupo AdP.

A Entidade Reguladora apresentou, durante o ano de 2010, uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos desvios tarifários (*déficé* e *superavit*) ou desvios de recuperação de gastos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e na legislação aplicável.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da legislação vigente e dos contratos de concessão, exigem que não se adie por mais tempo o expresso reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de gastos preconizado nos contratos, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos das entidades gestoras, assegurando a recuperação dos desvios de recuperação de gastos gerados no âmbito da concessão, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

A concretização das soluções preconizadas no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, permitirá, no âmbito das agregações de sistemas multimunicipais, a definição de regras de registo e recuperação dos desvios tarifários.

## Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2014 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2012, referenciados a 31 de dezembro.

## Regulação das relações comerciais

Nos termos dos seus estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014 de 6 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1 de março de 2015, a cumprir, nomeadamente, com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da “fatura detalhada”, vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50% do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

## Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas do Grupo AdP estão também sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

## 5. Análise Económica e Financeira

A Simtejo fechou o ano de 2014 com um resultado antes de impostos de 10,1 milhões de euros, tendo os resultados operacionais atingido 11,8 milhões de euros, superiores em 1,1 milhões de euros face ao ano anterior, e os financeiros, apesar de negativos, foram também melhores em 790 mil euros.

A Simtejo fechou assim o ano de 2014 com um resultado líquido positivo de seis milhões de euros, tendo este sido prejudicado pela correção dos impostos diferidos, por recálculo da diferença entre amortizações fiscais e contabilísticas que implicou o agravamento do valor de impostos diferidos já reconhecidos em exercícios anteriores, esta situação decorreu de inspeção da Autoridade Tributária aos modelos 22 de 2010 a 2012.

À semelhança de 2013, também o exercício de 2014, principalmente no final do ano, foi bastante beneficiado ao nível da tesouraria. Para além do recebimento das amortizações de capital previstas dos acordos de pagamento celebrados, contribuiu ainda o recebimento antecipado do acordo de pagamentos celebrado com Lisboa, no valor de 23,6 milhões de euros.

Esta nova conjuntura ao nível da tesouraria teve impacto direto e significativo nos prazos médios de recebimentos e de pagamentos, verificando-se uma melhoria significativa da situação das dívidas a fornecedores assim como, a amortização das linhas de financiamento de curto prazo.

### Resultados

Demonstração dos Resultados	31.12.2014	31.12.2013	Var. %	Var. Eur
Volume de negócios	50.454.179	49.237.741	2%	1.216.439
Custo das vendas/ variação dos inventários	(1.918.498)	(1.940.411)	-1%	21.913
Fornecimentos e serviços externos	(14.312.586)	(13.491.891)	6%	(820.694)
Gastos com pessoal	(5.711.539)	(6.389.728)	-11%	678.189
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(18.483.105)	(18.254.520)	1%	(228.585)
Subsídios ao investimento	2.037.585	1.597.051	28%	440.535
Outros (gastos e perdas) rendimentos e ganhos operacionais	(229.000)	(95.613)	140%	(133.387)
<b>Resultados operacionais</b>	<b>11.837.037</b>	<b>10.662.629</b>	<b>11%</b>	<b>1.174.408</b>
Gastos financeiros	(5.777.281)	(5.981.768)	-3%	204.487
Rendimentos financeiros	4.097.258	3.512.027	17%	585.231
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(1.680.023)</b>	<b>(2.469.741)</b>	<b>-32%</b>	<b>789.718</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>10.157.015</b>	<b>8.192.888</b>	<b>24%</b>	<b>1.964.127</b>
Imposto do exercício	(6.371.393)	(5.687.512)	12%	(683.882)
Imposto diferido	2.223.047	2.731.581	-19%	(508.534)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>6.008.668</b>	<b>5.236.957</b>	<b>15%</b>	<b>771.711</b>

### Volume de negócios

Face ao ano anterior o volume de negócios aumentou por via do aumento dos caudais mínimos (EVEF) e pelo facto de se ter reconhecido no exercício de 2014 os rendimentos respeitantes à faturação ao município de Sintra não só do próprio ano como também os respeitantes a 2013 e a parte de 2012. O contrato de recolha com o Município foi assinado contudo, a Câmara Municipal de Sintra endendeu requerer visto do Tribunal de Contas, situação que só ficou regularizada posteriormente ao fecho de contas.

Quanto à da tarifa, o valor praticado em 2014, foi igual ao do ano anterior.



## Gastos operacionais

Gastos operacionais	31.12.2014	31.12.2013	Var. %	Var. Eur
Custo das vendas/variação dos inventários	1.918.498	1.940.411	-1,13%	(21.913)
Fornecimentos e serviços externos	14.312.586	13.491.891	6,08%	820.694
Gastos com pessoal	5.711.539	6.389.728	-10,61%	(678.189)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	18.483.105	18.254.520	1,25%	228.585
Outros gastos e perdas operacionais	408.511	542.901	-24,75%	(134.390)
	<b>40.834.239</b>	<b>40.619.450</b>	<b>0,53%</b>	<b>214.788</b>

Os gastos operacionais de 2014 mantiveram-se idênticos aos de 2013, verificando-se um ligeiro aumento de aproximadamente 215 mil euros.

É contudo de referir o aumento, face ao ano anterior, nos Fornecimentos e Serviços Externos e a diminuição dos gastos com o Pessoal.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, a variação negativa, por mais gastos em 2014 no valor de 820 mil euros deve-se essencialmente a maiores gastos com conservação e reparação de equipamento básico, electricidade e outros fornecimentos e serviços externos.

Considerando a atividade comparável, houve em 2014 uma redução dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação a 2009, 2010 e a 2011, bem como uma estabilização em relação a 2012 e 2013.

A diminuição verificada nos gastos com Pessoal relativamente ao ano anterior, em cerca de 678 mil euros, resulta, fundamentalmente da diminuição da rubrica de remunerações do pessoal e conseqüente diminuição dos encargos sobre as mesmas, assim como do aumento do valor capitalizado desta natureza de gastos, decorrente de um maior volume de investimento. Recorde-se que em 2013 pelo facto de o Tribunal Constitucional ter declarado inconstitucional algumas das matérias previstas na Lei de Orçamento de Estado para 2012 e 2013, nomeadamente o não pagamento de subsídio de férias, originou que o subsídio de férias pago em 2013 mas respeitante a 2012, tenha sido reconhecido em 2013 e não em 2012, como seria habitual, para além do usual reconhecimento do subsídio de férias do ano, a pagar no ano seguinte.

## Resultados financeiros

Os gastos financeiros apresentam uma ligeira diminuição face a 2013, situação influenciada por uma menor utilização das linhas de crédito de curto prazo ao longo de 2014, decorrente de uma melhor conjuntura da tesouraria. É ainda de referir uma maior capitalização de gastos financeiros decorrente de um maior volume de investimento, face ao ano anterior.

Nos rendimentos financeiros, há a referir o aumento do valor referente a débito de juros de mora aos clientes da Simtejo que apresentam saldos vencidos em dívida, sendo tal situação, explicada essencialmente por maiores juros aplicados ao Município de Lisboa que durante o ano de 2014 não liquidou qualquer fatura, para além das constantes do Acordo de Pagamentos.

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Juros obtidos	481.752	557.703
Juros de mora	3.615.506	2.954.319
Correções relativas a exercícios anteriores	0	5
<b>Total de rendimentos financeiros</b>	<b>4.097.258</b>	<b>3.512.022</b>
	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Juros suportados	5.168.400	5.126.475
Comissões bancárias	966.205	1.071.349
Outros gastos financeiros	6.163	13.645
	<b>6.140.768</b>	<b>6.211.469</b>
Gastos financeiros capitalizados	(363.487)	(229.701)
<b>Total de gastos financeiros</b>	<b>5.777.281</b>	<b>5.981.768</b>

## Situação patrimonial

<b>BALANÇO</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>Var. %</b>	<b>Var. Eur</b>
Ativos intangíveis	271.225.186	271.001.373	0%	223.813
Investimentos financeiros	8.859.593	7.864.911	13%	994.682
Impostos diferidos ativos	29.604.340	29.266.138	1%	338.202
Clientes	50.851.213	67.739.873	-25%	(16.888.660)
Caixa e seus equivalentes	19.151.687	2.022.265	847%	17.129.422
Outros ativos	2.485.035	3.519.330	-29%	(1.034.295)
<b>Total do ativo</b>	<b>382.177.054</b>	<b>381.413.889</b>	<b>0%</b>	<b>763.165</b>
Empréstimos médio e longo prazo	151.336.275	152.868.485	-1%	(1.532.210)
Empréstimos curto prazo	2.024.271	6.846.303	-70%	(4.822.032)
Impostos diferidos passivos	13.476.021	15.360.865	-12%	(1.884.845)
Acrésc. custos do investimento contratual	75.708.513	68.019.809	11%	7.688.704
Subsídios ao investimento	60.940.062	62.959.101	-3%	(2.019.039)
Fornecedores	4.484.993	3.457.667	30%	1.027.326
Outros passivos	4.204.383	4.077.240	3%	127.143
<b>Total do passivo</b>	<b>312.174.518</b>	<b>313.589.470</b>	<b>0%</b>	<b>(1.414.952)</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b>70.002.536</b>	<b>67.824.419</b>	<b>3%</b>	<b>2.178.117</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>382.177.054</b>	<b>381.413.889</b>	<b>0%</b>	<b>763.165</b>

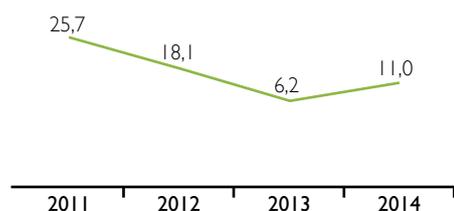
## Ativos intangíveis

A variação positiva face ao ano anterior resulta essencialmente do aumento do investimento, por outro lado, com efeito contrário existe o efeito das amortizações do exercício (8,6 milhões de euros) e da transferência de 2,2 mil euros da rubrica de acréscimos de custos do investimento contratual.

## Investimento

O investimento do ano correspondeu a 11 milhões de euros. A Empresa retomou o ritmo do investimento, que já tivera em exercícios anteriores, e que havia desacelerado fundamentalmente por limitações de acesso ao crédito e das inerentes orientações de limitação de endividamento, acentuadas pelas dificuldades de tesouraria da Simtejo em anos anteriores.

## Investimento (milhões de euros)



## Investimento financeiro

A variação dos investimentos financeiros resulta do reforço do Fundo de Reconstituição do Capital Social previsto no Contrato de Concessão.

## Clientes

As dívidas de clientes municipais a 31 de dezembro estavam assim discriminadas:

Dívidas de Clientes Municipais	Vencido	Não vencido	Acordos	Total
Lisboa	27.297.587	4.765.656		32.063.243
Loures	2.125.853	1.377.860	6.763.269	10.266.982
Odivelas	1.873.268	875.766	2.730.063	5.479.097
V.F. Xira		717.532		717.532
Mafra	503.835	334.993		838.829
Amadora		446.261		446.261
Oeiras		95.806		95.806
	<b>31.800.544</b>	<b>8.613.875</b>	<b>9.493.331</b>	<b>49.907.750</b>

Nas contas da Empresa estão classificadas como dívidas não correntes os montantes respeitantes a dívidas de Municípios referentes aos acordos de pagamento celebrados cujo pagamento se estende para além de dezembro de 2015, no montante de 5,8 milhões de euros.

Assim, a dívida do município de Loures, um dos dois maiores clientes da Simtejo, bem como a do município de Odivelas, dívidas que determinaram uma deterioração da situação financeira da Simtejo em 2012, foram objeto de acordos que permitem o seu pagamento em quatro anos e meio.

Com o município de Lisboa foi celebrado no final do ano um Contrato de Cessão de Créditos sobre o Acordo de Pagamentos celebrado em maio de 2013, o que permitiu à Simtejo o recebimento antecipado do valor do acordo ainda em dívida, no total de 23,6 milhões de euros.

Em termos de dívida corrente, verifica-se uma deterioração face ao ano anterior, mais 10 milhões de euros de dívida, o que decorre, apesar do permanente acompanhamento dos valores em dívida, e dos contactos para estabelecimento de planos de recuperação dos valores vencidos, do acumular da dívida do município de Lisboa.

Decorrente dos contactos efetuados, que permitiram a antecipação do recebimento do Acordo de Pagamentos celebrado em 2013 com o município de Lisboa, encontra-se em negociação novo Acordo de Pagamentos com posterior celebração de Contrato de Cessão de Créditos, a efetivar no início de 2015.

## Fornecedores

A melhoria da situação financeira da Simtejo permitiu à Empresa honrar os seus compromissos e pagar atempadamente aos seus credores. O aumento verificado nas contas a pagar (fornecedores e outros credores) face a 2013, apenas respeita a faturação corrente e não vencida associada às empreitadas em curso que aumentaram significativamente.

O prazo médio de recebimentos aumentou de 124 para 206 dias, circunstância justificada, como já referido, pelo acumular da dívida do município de Lisboa, o maior cliente da Simtejo.

O prazo médio de pagamentos passou de 84 para 40 dias, situação devida à melhor situação financeira da Empresa.

	2011	2012	2013	2014
Prazo médio de recebimentos	199	373	124	206
Prazo médio de pagamentos	37	75	84	40

Com ressalva de alguns casos em que houve a necessidade de estabilizar a relação contratual com empreiteiros, a Simtejo procurou evitar a projeção exterior ao Grupo da pendência de pagamentos por prazos superiores ao adequado.

## Financiamentos (dívida financeira)

Em 2014 foram amortizadas as linhas de financiamento de curto prazo junto da banca comercial no montante 5,6 milhões de euros.

Durante o ano de 2014, foram ainda amortizadas as prestações previstas do financiamento do Banco Europeu de Investimento no montante de 1,215 milhões de euros.

## 6. Atividade Operacional

### 6.1 Investimentos

#### 6.1.1 Estudos e projetos

Faz-se em seguida a discriminação dos estudos e projetos que durante o ano de 2014 estavam concluídos, em curso ou em concurso.

##### Subsistema de Alcântara

- Projeto de execução da remodelação do descarregador da Av. Infante Santo (Dcs5/6) (concluído);
- Projeto de execução da remodelação dos descarregadores da Rua Maria Pia e Triste Feia (concluído);
- Projeto de execução da remodelação dos descarregadores da Rua Prior do Crato (antes referida à Rua Vieira da Silva) (concluído);
- Projeto de execução da remodelação do descarregador da Rua Tenente Valadim (concluído);
- Projeto de execução da remodelação dos descarregadores do Cais Sodré (concluído);
- Revisão do projeto de execução dos descarregadores D16 e D17 da frente de drenagem Algés-Alcântara e avaliação hidráulica com simulação dinâmica da sua implementação (concluído);
- Projeto de execução da reparação do Caneiro-Parque Urbano da Quinta do José Pinto (concluído);
- Projeto de execução do Caneiro de Alcântara fase II-Obra D (concluído);
- Adaptação do projeto de execução da Praça do Império - Fase II (concluído);
- Projeto de execução dos coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara (em curso);
- Projeto de execução dos coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara (em curso).

##### Subsistema de Alverca

- Projeto de execução da reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria - tamisagem (concluído);
- Projeto de execução da Estação Elevatória da Póvoa de Santa Iria e estudo do comportamento hidráulico do sistema (em curso).

##### Subsistema de Beirolas

- Projeto de execução da beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I (concluído);
- Projeto de execução eficiência energética-Beirolas (Difusores) - Fase I (concluído);
- Controlo de controlo caudais pluviais Moscavide (concluído);
- Projeto de execução da reabilitação do sistema de espessamento de lamas da ETAR de Beirolas (concluído);
- Projeto de execução do sistema de drenagem da bacia norte afluente à Estação Elevatória de Sacavém - Intercetores de Camarate, Apelação e Unhos (em curso).

##### Subsistema de Chelas

- Projeto de execução da Remodelação da Estação Elevatória 7 de Chelas (Calçada do Forte) (concluído).

### Subsistema de Frielas

- Elaboração do plano de controlo de caudais pluviais no subsistema de Frielas – Fase I e Fase II (concluído);
- Projeto de execução da remodelação e otimização processual da ETAR de Frielas (concluído);
- Projeto de reabilitação do coletor de Frielas (concluído);
- Adaptação do projeto de execução do emissário de Montemor (concluído).

### Subsistemas do município de Mafra

- Emissário dos Salgados (concluído);
- Beneficiação da ETAR de Mafra-Fase I (concluído);
- Projeto de execução da Estação Elevatória da Arrifana (em curso).

### Subsistema de Vila Franca de Xira

- Projeto de execução da Estação Elevatória do Bairro Atral-Cipan (em curso).

### De âmbito geral

- Prestação de serviços de execução de servidões (em curso);
- Prestação de serviços de levantamentos topográficos (em curso);
- Prestação de serviços de consultoria, assessoria técnica e prospeção geológica – geotécnica (em curso);
- Monitorização ambiental dos meios recetores da Simtejo (em curso);
- Assessoria técnica e acompanhamento arqueológico no âmbito do sistema de saneamento integrado dos municípios do Tejo e Trancão - 2014-2016 (em curso).

## 6.1.2 Empreitadas

Faz-se em seguida a discriminação das empreitadas que durante o ano de 2014 estavam concluídas, em curso ou em concurso.

### Subsistema de Alcântara

- Conceção/construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara (concluído);
- Construção do emissário da Praça do Império e descarregadores e infraestruturas associadas das bacias de drenagem D3 a D9 (concluído);
- Execução de caminhos de vigilância e adaptação da cobertura da ETAR de Alcântara (concluído);
- Reparação do Caneiro de Alcântara - Braço de Sete Rios/Twin Towers (em curso);
- Fornecimento e montagem de sistema de aproveitamento de água subterrânea dos furos de captação para o reservatório da água de rega da ETAR de Alcântara (em curso);
- Benfeitorias nos sistemas elevatórios de Alcântara - fase I (em curso);
- Construção da duplicação da Ribeira da Falagueira (em curso);
- Reparação da comporta mural e respetivo sistema de comando da Estação Elevatória das Agências (em curso);
- Controlo de caudais pluviais - Alfragide (em curso);
- Remodelação do descarregador da Av. Infante Santo (Dcs 5/6) (em curso);
- Beneficiação dos apoios da conduta elevatória da Estação Elevatória 2 de Alcântara (em curso);
- Remodelação dos descarregadores da Rua Maria Pia e Triste Feia (em curso);
- Remodelação dos descarregadores da Rua Prior do Crato (antes referida à Rua Vieira da Silva) (em curso);
- Beneficiação do sistema de desinfecção por UV da ETAR de Alcântara - Linha A (em concurso);
- Reparação do Caneiro-Parque Urbano da Quinta do José Pinto (em concurso);
- Construção do emissário da Praça do Império - 2ª fase (em concurso);
- Reabilitação do descarregador da Rua Tenente Valadim (Dcs7) (em concurso).

### Subsistema de Alverca

- Reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria-Conduto elevatória (concluído);
- Centro de supervisão da ETAR de Alverca (concluído);
- Telegestão dos sistemas elevatórios de Alverca (concluído);
- Selagem do furo FRI da ETAR de Alverca (concluído);
- Fornecimento e montagem de um tamisador para reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria (em curso);
- Beneficiação da Estação Elevatória da Quinta das Drogas (em curso).

### Subsistema de Beirolas

- Fornecimento e montagem de grelha mecânica para a ETAR de Beirolas (concluído);
- Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Beirolas (em curso);

- Reparação de cobertura metálica na gradagem e substituição de tampas metálicas diversas na ETAR de Beirolas (em curso);
- Fornecimento e montagem de grupo de cogeração na ETAR de Beirolas (em concurso);
- Remodelação da desodorização da fase sólida da ETAR de Beirolas (em concurso);
- Fornecimento e montagem de grade mecânica na Obra de Entrada da ETAR de Beirolas (em concurso).

### Subsistema de Chelas

- Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo "bolha fina" para as ETAR de Chelas e Frielas (concluído);
- Reparação de coberturas na ETAR de Chelas (em curso);
- Adaptação dos interceptores e emissários do subsistema de Chelas aos sistemas unitários-Fase I (em curso);
- Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Chelas (em curso);
- Instalação de novos quadros elétricos nas Estação Elevatória 9 e Estação Elevatória 11 de Chelas (em curso);
- Reparação da instalação elétrica da cave do edifício de aquecimento de lamas da ETAR de Chelas (em concurso);
- Reabilitação dos filtros de areia da ETAR de Chelas-2 (em preparação de concurso).

### Subsistema de Frielas

- Remodelação do sistema de desinfecção da ETAR de Frielas (em fase de manutenção);
- Fornecimento e montagem de agitadores para o tanque de equalização da ETAR de Frielas (concluído);
- Adaptação estrutural do tanque e tubagens de ligação aos circuitos hidráulicos existentes no reator biológico 6 da ETAR de Frielas - Construção Civil (concluído);
- Conversão global do reator biológico 6 da ETAR de Frielas em reator Nereda™ (concluído);
- Automação da remodelação do reator biológico n.º 6 da ETAR de Frielas (concluído);
- Instalação elétrica da remodelação do reator biológico n.º 6 da ETAR de Frielas (concluído);
- Remodelação do sistema de alarmes das Estações Elevatórias da Ericeira e disponibilização para o Aquasafe dos dados das ETAR de S.J. da Talha e de Mafra e das Estações Elevatórias de Frielas (concluído);
- Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo "bolha fina" para as ETAR de Chelas e Frielas (concluído);
- Montagem de sistema de doseamento de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas e respetiva bombagem para os silos existentes (em curso);
- Sistema de doseamento de cal para as lamas desidratadas da ETAR de Frielas (em curso);
- Reparação e substituição de serralharias diversas na ETAR de Frielas (em curso);
- Reparação do interceptor de Frielas (em curso);
- Reparação da ponte raspadora do espessador de lamas da ETAR de Frielas (em curso);
- Controlo de caudais pluviais no Subsistema de Frielas-Fase I (em concurso);
- Controlo de caudais pluviais no Subsistema de Frielas - Fase II (em concurso);
- Conceção/construção de remodelação e otimização processual da ETAR de Frielas (em concurso);
- Manutenção preventiva de quadros de MT e disjuntores de BT da ETAR de Frielas (em concurso).

### Subsistema de S. João da Talha

- Remodelação da iluminação exterior da ETAR de S. João da Talha (em curso);
- Empreitada de reparação dos purificadores de biogás das ETAR de São João da Talha e de Vila Franca de Xira (em curso);
- Fornecimento e montagem de grupo de cogeração para ETAR de S. João da Talha (em curso);
- Reabilitação do gasómetro da ETAR de São João da Talha (em concurso);
- Reparação das pontes raspadoras dos decantadores primários da ETAR de S. João da Talha (em curso);
- Remodelação de vários quadros elétricos na ETAR de S. João da Talha (em preparação de concurso).

### Subsistema de Vila Franca de Xira

- Reparação dos purificadores de biogás das ETAR de São João da Talha e de Vila Franca de Xira (em curso);
- Reabilitação do tanque de lamas mistas da ETAR de Vila Franca de Xira (em curso);
- Deslocalização de selos líquidos do circuito de biogás da ETAR de Vila Franca de Xira (em concurso).

### Subsistema da Foz do Lizandro

- Acabamentos de construção civil na ETAR da Foz do Lizandro (concluído);
- Pavimentação da ETAR da Foz do Lizandro (concluído);
- Construção da estação elevatória da Carvoeira-Fase I (concluído);
- Construção dos emissários da Foz do Lizandro - fase I (concluído);
- Equipamentos e instalações elétricas da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Programação do SBR da ETAR da Foz do Lizandro (em curso).

## Outros do município de Mafra

- Beneficiação e ampliação dos subsistemas de Igreja Nova, Cheleiros e Encarnação (concluído);
- Construção da conduta elevatória da Estação Elevatória 2 de Alcaínça (concluído);
- Telegestão das estações elevatórias da Ericeira (concluído);
- Fornecimento e montagem de um novo quadro elétrico na Estação Elevatória 4 da Ericeira (concluído);
- Ampliação e beneficiação do subsistema da Póvoa da Galega - fase I - descarregadores de tempestade (em curso);
- Conção/construção para a remodelação da ETAR da Póvoa da Galega (em concurso);
- Construção da Estação Elevatória 2 de Alcaínça (em curso);
- Remodelação do quadro elétrico da Estação Elevatória 4 da Ericeira (em concurso);
- Beneficiação dos descarregadores da Malveira (em curso);
- Beneficiação da obra de entrada da ETAR da Malveira (em curso);
- Fornecimento e montagem de grade mecânica na obra de entrada da ETAR da Malveira (em concurso);
- Construção do emissário de Salgados (em concurso);

## Simtejo (Geral)

- Fornecimento e montagem dos grupos de emergência da Estação Elevatória 1 e Estação Elevatória 2 de Alcântara e da Estação Elevatória 9 da Ericeira (concluído);
- Reparações gerais de construção civil e pequenas intervenções na área da Simtejo – 2013/2014 (concluído);
- Beneficiação da segurança nas instalações dos Subsistemas de Alverca, Vila Franca de Xira, Mafra, Beirolas e Chelas (em curso);
- Beneficiação da segurança nas instalações dos Subsistemas de Frielas e São João da Talha (em curso);
- Reparações e pequenas intervenções em tubagens de sistemas interceptores - 2014/2015 (em curso);
- Reparações e pequenas intervenções de construção civil em ETAR e Estações Elevatórias - 2014/2015 (em curso);
- Reparações e pequenas intervenções em tubagens de Sistemas Interceptores - 2015 (em concurso);
- Fornecimento de grupos eletrobomba para Estações Elevatórias dos Subsistemas de Alcântara, Beirolas e Mafra (em concurso)
- Fornecimento e montagem da instalação elétrica de comando e controlo da centrífuga Guinard D5L na linha 2 da sala de desidratação da ETAR de Frielas (em concurso);
- Reparações de tampas em várias Estações Elevatórias e ETAR (em preparação de concurso);
- Reparações de serralharias várias em Estações Elevatórias e ETAR (em preparação de concurso);
- Reparações de poços em várias Estações Elevatórias (em preparação de concurso);
- Reparações de Tanques em várias ETAR (em preparação de concurso).

## 6.2 Exploração

### 6.2.1 Análise global e por Centro Operacional

Em termos globais, os resultados de serviços de exploração prestados pela Simtejo durante o ano de 2014 foram positivos, tendo-se tratado durante o ano um volume global ligeiramente superior a 135 milhões de metros cúbicos de águas residuais, o que representa um novo máximo histórico para a Empresa.

Durante o ano de 2014 entrou em serviço, em janeiro, a estação elevatória de Valbom no subsistema da Foz do Lizandro, a bombear caudal para uma ETAR compacta operada pela BE Water e, em março, a estação elevatória de Vila Nova no subsistema de Igreja Nova, o que permitiu desativar a ETAR de Vila Nova. No final de 2014 o conjunto de infraestruturas operadas pela Simtejo incluía 28 ETAR, 80 estações elevatórias e 294 quilómetros de interceptores e condutas elevatórias.

Em 2014 foi registado um bom desempenho processual global, tendo-se registado melhorias na ETAR de Frielas fruto da entrada em serviço pleno da nova instalação de desinfecção. A ocorrência de descargas industriais indevidas, particularmente no subsistema de São João da Talha, continuou a ser a principal condicionante no que diz respeito à garantia de resultados nos sistemas.

### Centro Operacional de Alcântara

A ETAR de Alcântara funcionou de forma satisfatória tendo-se concluído o período de testes da responsabilidade do empreiteiro.

A ETAR obteve resultados de tratamento globalmente adequados, sendo que foi necessária a utilização de reagentes no tratamento primário mesmo em tempo seco, resultado da entrada de maré no sistema interceptor com conseqüente intrusão salina. De referir que um dos principais pontos de entrada de maré no sistema, localizado na Praça do Império, foi eliminado no decorrer de empreitada, que eliminou, também, de forma definitiva, a perda de águas residuais não tratadas junto ao Padrão dos Descobrimentos em Belém.

De referir que no final do ano a ETAR passou a fornecer águas residuais tratadas à Câmara Municipal de Lisboa para utilização em trabalhos de higiene urbana.

## Centro Operacional de Alverca

O subsistema de Alverca funcionou em 2014 de modo estável, com um adequado funcionamento de todas as suas infraestruturas. O desempenho da ETAR foi regular e positivo, mesmo tendo em consideração a complexidade das águas residuais a tratar, com forte componente industrial.

Mantiveram-se as diligências, em colaboração com os SMAS de Vila Franca de Xira, no sentido de se sistematizarem procedimentos e de se conhecerem as descargas de águas residuais industriais que, em algumas situações, podem afetar negativamente o tratamento biológico da ETAR, tendo-se efetivado mais algumas ligações de origem industrial.

## Centro Operacional de Beirolas

O subsistema de Beirolas teve um bom desempenho, proporcionando um efluente final de excelente qualidade. O funcionamento dos sistemas decorreu de forma normal sem registo de ocorrências negativas.

## Subsistema de Chelas

O subsistema de Chelas teve um bom desempenho, proporcionando um efluente final de excelente qualidade. O funcionamento dos sistemas decorreu de forma normal sendo de destacar o incidente na cogeração ocorrido em abril e que fez com que a ETAR estivesse com a digestão anaeróbia parada e sem produção de energia até final do ano.

De referir, pelo impacto que irá ter em termos de eficiência energética, a substituição integral dos difusores do arejamento de um dos reatores biológicos.

## Centro Operacional de Frielas (subsistemas de Frielas e Bucelas)

A ETAR de Frielas funcionou de forma regular, com um bom desempenho, sendo de destacar os bons resultados obtidos a nível da desinfecção final do efluente resultado do funcionamento estacionário do novo sistema de desinfecção por ultravioletas.

Em 2014 foi concluída, com sucesso, a conversão total de um dos reatores biológicos em Nereda™ (duas linhas), o que permitiu melhorar a fiabilidade dos resultados de tratamento da ETAR (com aumento da sua robustez processual).

De referir, pelo impacto que irá ter em termos de eficiência energética, a substituição integral dos difusores do arejamento de um dos reatores biológicos.

A ETAR de Bucelas manteve a sua fiabilidade e estabilidade processual bem como a qualidade da água tratada, sem registo de situações especiais.

## Centro Operacional de São João da Talha

O Subsistema de São João da Talha funcionou com algumas dificuldades pontuais, influenciado negativamente pelas características inadequadas das águas residuais industriais afluentes ao sistema, mantendo a tendência registada em 2013. Continuaram os trabalhos de monitorização da rede de forma a poder antecipar os problemas anteriormente referenciados.

Os grupos de cogeração deixaram de funcionar em abril pelo que, até final do ano a ETAR não produziu energia a partir do biogás. Um novo grupo de cogeração entrará em serviço em janeiro de 2015.

## Centro Operacional de Vila Franca de Xira (subsistemas do município de Vila Franca de Xira com exceção do subsistema de Alverca)

A ETAR de Vila Franca de Xira manteve o desempenho do tratamento com índices de qualidade muito bons, garantindo o cumprimento sistemático dos parâmetros da licença de descarga.

A ETAR continuou a produzir eletricidade a partir do biogás da digestão anaeróbia, sendo esta eletricidade vendida à rede pública em regime de minigeração; os valores produzidos e vendidos aproximam-se do máximo permitido, ou seja, 50% da energia consumida na ETAR e adquirida pela instalação à rede elétrica exterior.

Os pequenos subsistemas do Centro Operacional de Vila Franca de Xira funcionaram de forma estabilizada, com excelentes resultados de tratamento.

## Centro Operacional de Mafra (subsistemas do município de Mafra)

As ETAR geridas pela Simtejo no município de Mafra tiveram um funcionamento global satisfatório, continuando contudo a registar-se ocorrências de descargas de águas residuais industriais indevidas, com interferências nos desempenhos das ETAR do Barril, do Milharado,

de Lagoa, da Encarnação e da Póvoa da Galega. A situação no Barril foi nitidamente melhorada, resultado do trabalho da Simtejo que conduziu à implementação de pré-tratamento na indústria responsável pelas anomalias e que permitiu estabilizar a qualidade do afluente.

A estação elevatória de Valbom no subsistema da Foz do Lizandro entrou em serviço em janeiro, bombeando, contudo, para ETAR compacta da BE Water pelo facto da ETAR da Foz do Lizandro se encontrar em construção. Em março foi desativada a ETAR de Vila Nova e colocada em serviço nova estação elevatória que bombeia para a ETAR de Igreja Nova.

## 6.2.2 Aspetos específicos

### Caudais

A Simtejo tratou nas suas instalações, no ano de 2014, 135.132.699 m<sup>3</sup> de águas residuais, o que corresponde a uma média diária de 370.227 m<sup>3</sup> e representa um aumento de 10% face a 2013. Em 2014 registaram-se vários máximos históricos, designadamente o maior caudal mensal (15.023.097 m<sup>3</sup>/mês em janeiro) e o maior caudal médio diário (530.729 m<sup>3</sup>/dia em fevereiro). Tratando-se de um ano com precipitação superior à do ano anterior, o aumento de caudal ocorreu em praticamente todas as instalações, sendo de referir que os aumentos nas ETAR de maior dimensão foram da mesma ordem de grandeza do aumento global. No caso da ETAR de Cheleiros ocorreu uma redução significativa de caudal tendo em conta a correção de uma infra-estrutura que deixava entrar água de uma linha de água, o mesmo acontecendo no caso das ETAR da Quinta de Coutada e de Cachoeiras onde ocorreram reduções importantes provocadas pela redução de problemas da rede em baixa que antes não tinham sido resolvidos pela respetiva entidade gestora (cada uma das ETAR trata cerca de 40 m<sup>3</sup>/dia).

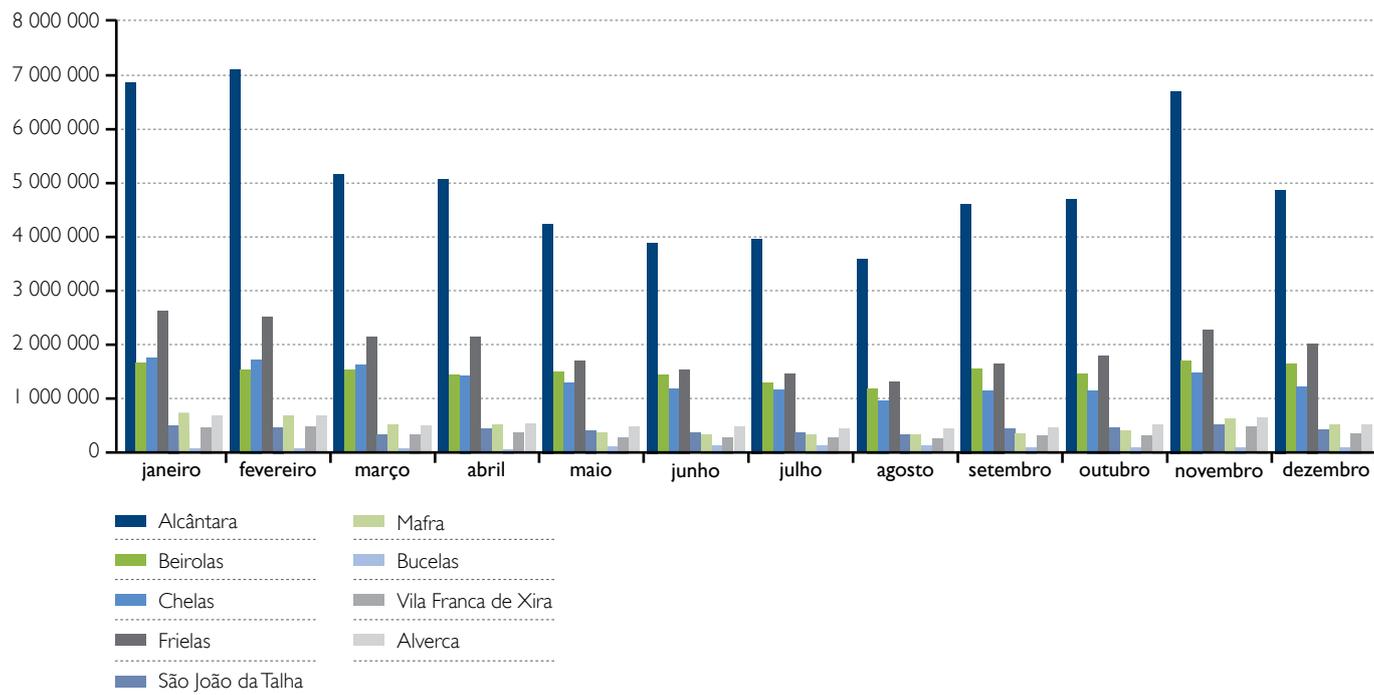
### Caudais afluentes (m<sup>3</sup>)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S.J. da Talha	Mafra <sup>(1)</sup>	Bucelas	V.F.Xira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
Janeiro	6.885.824	1.627.200	1.716.183	2.605.578	433.255	653.173	44.976	403.127	653.781	<b>15.023.097</b>
Fevereiro	7.058.793	1.497.710	1.695.085	2.472.325	407.917	639.263	40.392	414.787	634.130	<b>14.860.402</b>
Março	5.117.402	1.458.680	1.547.810	2.073.756	366.825	460.543	44.778	281.531	484.227	<b>11.835.552</b>
Abril	5.028.084	1.410.513	1.441.214	2.069.537	388.495	451.912	42.779	306.264	498.417	<b>11.637.215</b>
Mai	4.217.123	1.414.042	1.263.915	1.635.260	324.614	309.916	41.632	231.631	449.974	<b>9.888.107</b>
Junho	3.849.363	1.359.327	1.132.562	1.482.020	314.754	279.155	36.263	221.641	432.712	<b>9.107.797</b>
Julho	3.931.179	1.253.083	1.101.979	1.402.800	316.562	267.976	25.293	206.169	401.265	<b>8.906.306</b>
Agosto	3.505.817	1.177.188	889.476	1.250.400	289.479	265.250	20.508	194.665	373.572	<b>7.966.355</b>
Setembro	4.580.250	1.509.769	1.094.644	1.590.640	366.155	292.150	38.892	259.359	420.043	<b>10.151.902</b>
Outubro	4.639.948	1.434.379	1.113.390	1.739.820	385.347	331.938	44.578	263.654	461.177	<b>10.414.231</b>
Novembro	6.716.537	1.656.497	1.439.048	2.232.520	445.296	579.485	47.687	388.925	613.544	<b>14.119.539</b>
Dezembro	4.837.169	1.600.183	1.171.994	1.997.392	362.587	452.357	50.623	275.519	474.372	<b>11.222.196</b>
<b>Total</b>	<b>60.367.489</b>	<b>17.398.571</b>	<b>15.607.300</b>	<b>22.552.048</b>	<b>4.401.286</b>	<b>4.983.118</b>	<b>478.401</b>	<b>3.447.272</b>	<b>5.897.214</b>	<b>135.132.699</b>

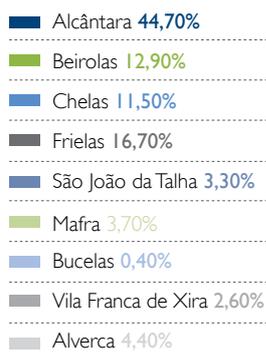
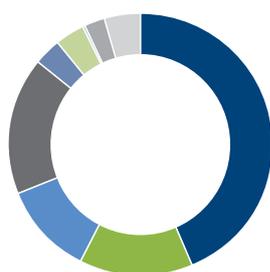
<sup>(1)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Mafra.

<sup>(2)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Vila Franca de Xira com exceção do Subsistema de Alverca.

## Caudais afluentes (m<sup>3</sup>)



## Repartição de caudais por subsistema (%)



## Remoção de areias e gradados

No ano de 2014 foram removidas das águas residuais tratadas 3.456,1 toneladas de areias e 1.949,2 toneladas de gradados e gorduras, correspondendo, respetivamente, a variações de +21% e 0% face ao ano anterior. Em termos de areias, e no que diz respeito aos subsistemas com maiores produções em termos absolutos, ocorreram diminuições significativas em Alverca (-45,9%, para 57 ton), em Chelas (-11,7%, para 312 ton), em Frielas (-15,6%, para 438 ton), S.J. da Talha (-68%, para 68 ton) e V.F.Xira (-63,7%, para 29 ton), tendo ocorrido aumentos importantes em Alcântara (+56,6%, para 2.189 ton), Beirolas (+20,3%, para 250 ton), Ericeira (+103%, para 23 ton) e Malveira (+94,1%, para 59 ton. No que diz respeito aos gradados, e também no que diz respeito aos subsistemas com maiores produções em termos absolutos, registaram-se diminuições em Chelas (-8,3%, para 182 ton), Frielas (-3,4%, para 322 ton), S.J. da Talha (-17,9%, para 59 ton) e V.F. de Xira (-18,6%, para 66 ton), tendo ocorrido aumentos em Alcântara (+7,1%, para 720 ton) e Beirolas (+6,5%, para 302 ton), tendo-se mantido a produção estável em Alverca (197 ton). Em termos de

remoção específica de areias, verifica-se que a ETAR de Alcântara é a que apresenta valores superiores. Na remoção específica de gradados, o valor mais alto continuou a ser registado na ETAR de Bucelas.

### Quadro 3 - Remoção de resíduos (kg/m<sup>3</sup>)

	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S.J. da Talha	Bucelas	Mafra <sup>(1)</sup>	V.F.Xira <sup>(2)</sup>	Alverca
Produção Específica de gradados (kg/m <sup>3</sup> )	0,036	0,014	0,020	0,019	0,016	0,023	0,000	0,009	0,010
Produção Específica de areias (kg/m <sup>3</sup> )	0,012	0,017	0,012	0,014	0,014	0,014	0,063	0,020	0,033

<sup>(1)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Mafra.

<sup>(2)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Vila Franca de Xira, exceto o Subsistema de Alverca.

### Remoção de lamas

A produção de lamas atingiu em 2014 as 93.181 toneladas, o que representa um aumento de 6,1% face aos valores de 2013, mantendo-se Alcântara como o principal produtor com 51% do total, seguido de Frielas com 12,6%. Nas ETAR de maior dimensão, é de destacar o aumento de produção de 13,4% em Frielas, de 6,7% em Alcântara, de 5,9% em Beirolas e de 18,3% em S.J. da Talha e V.F. de Xira. Em Chelas ocorreu uma redução de 5,7%, tendo-se mantido Alverca nos valores do ano anterior.

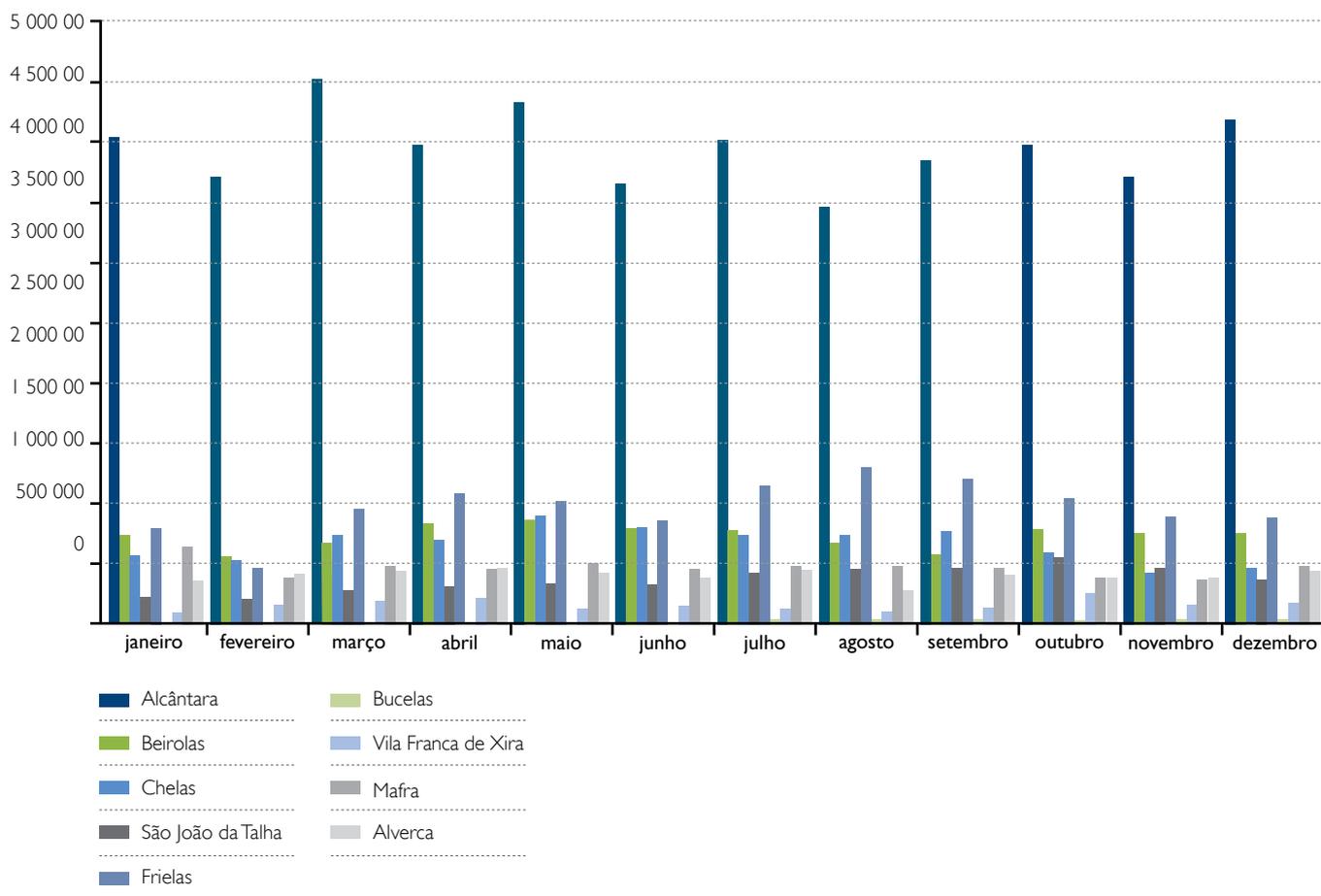
### Quadro 4 - remoção de lamas (ton.)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S.J. da Talha	Mafra <sup>(1)</sup>	Bucelas	V.F.Xira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
Janeiro	4.058,44	742,78	566,60	809,08	213,44	641,15	0,00	99,72	371,08	<b>7.502,3</b>
Fevereiro	3.708,14	562,44	548,80	459,82	207,84	391,17	0,00	154,14	410,86	<b>6.443,2</b>
Março	4.533,12	682,80	743,62	965,18	296,48	484,06	0,00	199,03	450,80	<b>8.355,1</b>
Abril	3.980,66	845,20	704,08	1.085,90	322,26	443,62	0,00	225,74	465,24	<b>8.072,7</b>
Maiο	4.341,92	851,92	879,10	1.032,96	343,60	504,58	0,00	129,67	427,64	<b>8.511,4</b>
Junho	3.666,54	781,36	810,82	871,88	342,90	452,39	17,91	156,03	380,52	<b>7.480,4</b>
Julho	4.013,88	766,54	736,72	1.151,22	417,50	482,54	17,91	127,81	452,38	<b>8.166,5</b>
Agosto	3.471,66	675,76	744,28	1.306,26	443,46	490,55	11,94	103,75	296,88	<b>7.544,5</b>
Setembro	3.858,78	583,48	768,96	1.209,64	458,86	461,83	17,91	125,35	400,08	<b>7.884,9</b>
Outubro	3.991,08	783,10	618,56	1.048,17	559,76	614,97	17,91	254,14	386,44	<b>8.274,1</b>
Novembro	3.711,88	754,86	413,86	883,56	462,50	370,53	0,00	152,38	388,00	<b>7.137,6</b>
Dezembro	4.194,60	763,26	459,06	893,58	370,44	477,15	17,91	174,79	457,58	<b>7.808,4</b>
<b>Total</b>	<b>47.530,7</b>	<b>8.793,5</b>	<b>7.994,5</b>	<b>11.717,3</b>	<b>4.439,0</b>	<b>5.814,5</b>	<b>101,5</b>	<b>1.902,5</b>	<b>4.887,5</b>	<b>93.181,0</b>

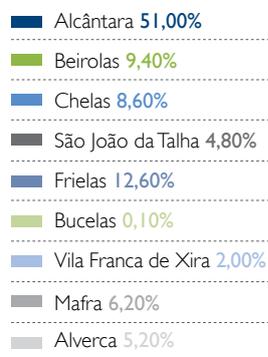
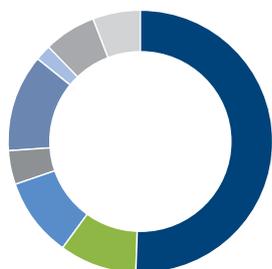
<sup>(1)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Mafra.

<sup>(2)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca.

## Remoção de lamas (Ton)



## Repartição da produção de lamas (%)



## Energia

Em 2014 consumiram-se cerca de 56,6 milhões de kWh, o que traduz num aumento de 3,4% face a 2013. A este aumento de consumo correspondeu um aumento de 1% do custo. Nos sistemas com maiores consumos, e apesar do aumento generalizado de caudal, verificaram-se apenas aumentos em Alcântara (8,2%), Alverca (4,4%) e Frielas (2,2%). Os aumentos de energia em Alcântara e Frielas resultaram de forma muito importante (cerca de 50% em Alcântara e mais do dobro em Frielas, dos valores do aumento

registado) da entrada em serviço de novos sistemas de ventilação e desodorização. É de destacar o baixo custo específico do kWh em Vila Franca de Xira, fruto da receita originada pela venda de energia em regime de minigeração.

## Energia consumida (kWh)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra <sup>(1)</sup>	Bucelas	V.F.Xira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
Janeiro	1.940.760	504.994	519.597	738.984	270.055	353.869	25.151	164.587	310.399	<b>4.828.396</b>
Fevereiro	2.045.151	457.362	461.005	802.034	250.940	318.945	22.041	152.239	289.055	<b>4.798.772</b>
Março	2.000.473	508.018	499.415	867.523	274.063	270.185	24.823	148.788	296.256	<b>4.889.544</b>
Abril	1.984.979	493.367	467.149	852.590	265.681	291.394	24.971	143.309	298.519	<b>4.821.959</b>
Maiο	1.835.425	504.362	482.753	825.490	251.626	262.434	24.327	134.272	305.826	<b>4.626.515</b>
Junho	1.874.236	480.731	429.210	932.272	252.774	261.690	24.945	126.661	317.357	<b>4.699.876</b>
Julho	1.885.318	525.801	499.918	885.267	278.268	271.145	25.387	129.116	300.140	<b>4.800.360</b>
Agosto	1.799.461	462.414	466.842	861.920	284.687	277.308	22.659	119.687	297.504	<b>4.592.482</b>
Setembro	1.883.061	465.742	446.155	827.968	289.065	265.336	24.953	128.472	304.781	<b>4.635.533</b>
Outubro	1.955.076	528.947	413.547	768.419	288.459	278.240	24.200	108.989	317.686	<b>4.395.104</b>
Novembro	2.071.069	433.245	418.551	754.155	265.673	326.502	26.597	151.398	307.353	<b>4.754.543</b>
Dezembro	1.986.367	527.804	446.609	791.168	265.145	271.989	27.899	150.719	307.926	<b>4.775.626</b>
<b>Total</b>	<b>23.261.376</b>	<b>5.892.787</b>	<b>5.550.751</b>	<b>9.907.789</b>	<b>3.236.436</b>	<b>3.449.037</b>	<b>297.953</b>	<b>1.658.237</b>	<b>3.652.802</b>	<b>56.618.709</b>
kWh/m <sup>3</sup>	0,385	0,339	0,356	0,439	0,735	0,692	0,623	0,481	0,619	<b>0,419</b>

Energia consumida nos Subsistemas, incluindo os consumos registados nas Estações Elevatórias; entende-se por energia consumida a soma da energia adquirida à rede elétrica com a energia produzida nas instalações de cogeração e autoconsumida (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas, S. J. da Talha e V. F. de Xira).

<sup>(1)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Mafra.

<sup>(2)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca.

## Energia consumida (euros)

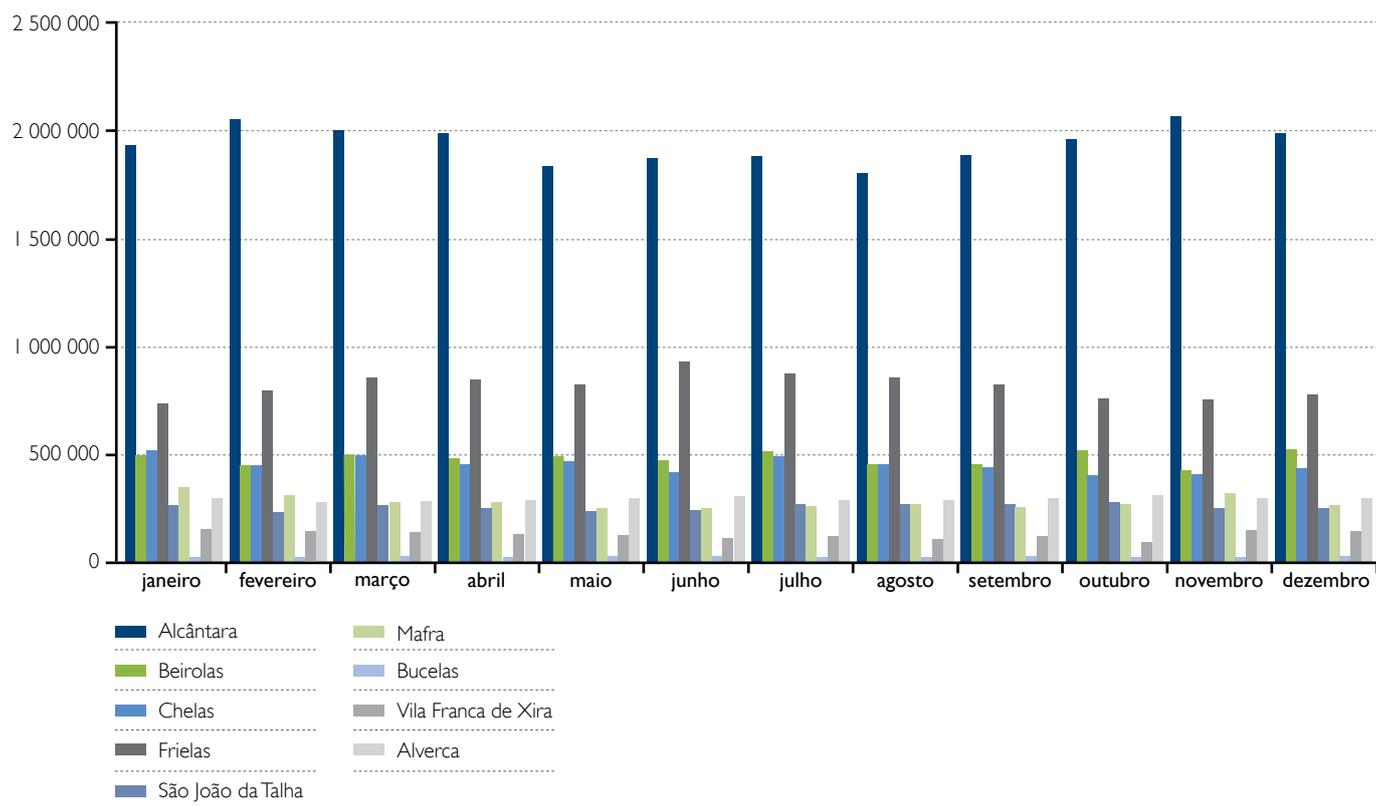
Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra <sup>(1)</sup>	Bucelas	V.F.Xira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
Janeiro	192.212,28	38.302,10	45.044,60	69.027,57	18.547,50	43.705,70	2.453,97	11.181,06	30.639	<b>451.113,64</b>
Fevereiro	200.470,91	36.176,02	41.559,75	69.861,05	17.684,65	39.467,05	2.155,40	10.965,47	28.547	<b>446.887,34</b>
Março	198.063,98	36.068,82	41.338,40	60.715,22	17.956,72	33.503,87	2.411,40	9.450,90	29.359	<b>428.867,96</b>
Abril	194.788,30	35.578,54	37.576,80	61.612,75	21.114,16	35.852,84	2.393,27	8.496,95	28.836	<b>426.249,98</b>
Maiο	182.835,31	36.328,53	44.436,04	55.365,22	23.307,28	32.390,66	2.346,76	8.186,32	29.989	<b>415.185,35</b>
Junho	181.356,66	33.858,18	40.427,18	65.712,17	22.933,74	31.787,20	2.387,59	7.735,67	30.723	<b>416.921,43</b>
Julho	187.412,25	37.097,27	48.469,85	65.940,98	25.887,57	33.099,53	2.469,36	8.897,36	29.680	<b>438.953,86</b>
Agosto	177.263,64	31.481,72	42.904,16	56.367,84	26.256,89	34.301,88	2.205,34	8.840,15	29.184	<b>408.805,66</b>
Setembro	187.488,28	33.525,17	42.167,55	56.266,10	27.152,02	32.515,21	2.425,96	9.451,10	29.999	<b>420.990,33</b>
Outubro	191.679,13	38.351,53	39.150,21	54.763,06	27.081,70	33.714,43	2.344,92	10.562,14	30.142	<b>427.789,23</b>
Novembro	198.973,80	19.996,20	39.483,52	54.633,73	24.279,98	38.596,57	2.477,00	9.453,87	30.260	<b>418.154,28</b>
Dezembro	187.267,13	24.930,46	41.621,26	60.276,70	24.240,00	32.621,42	2.573,94	8.587,71	29.315	<b>411.433,25</b>
<b>Total</b>	<b>2.279.811,66</b>	<b>401.694,53</b>	<b>504.179,32</b>	<b>730.542,41</b>	<b>276.442,22</b>	<b>421.556,37</b>	<b>28.644,91</b>	<b>111.808,71</b>	<b>356.672,20</b>	<b>5.111.352,31</b>
kWh/m <sup>3</sup>	0,0980	0,0682	0,0908	0,0737	0,0854	0,1222	0,0961	0,0674	0,0976	<b>0,0898</b>

Notas: Energia consumida nos subsistemas, incluindo os consumos registados nas Estações Elevatórias; entende-se por energia consumida a soma da energia adquirida à rede elétrica com a energia produzida nas instalações de cogeração e autoconsumida (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas, S. J. da Talha e V. F. de Xira). Ao custo da energia adquirida em V. F. de Xira é descontado o valor (proveito) da energia vendida no regime de minigeração.

<sup>(1)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Mafra

<sup>(2)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca.

## Energia consumida (kWh)



## Energia produzida internamente e respetiva taxa de cobertura

Mês	Beirolas		Chelas		Frielas		S.J.Talha		V. F. Xira		
	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Cobertura (%)
Janeiro	139.381	27,6	57.360	11,0	34.045	4,6	72.204	26,7	3.525	41.317	28,7%
Fevereiro	119.340	26,1	33.720	7,3	81.734	10,2	61.667	24,6	2.738	36.003	26,6%
Março	169.520	33,4	58.577	11,7	234.815	27,1	80.579	29,4	3.364	43.148	32,6%
Abril	160.250	32,5	57.360	12,3	199.390	23,4	35.188	13,2	3.549	44.494	35,1%
Maió	158.020	31,3	0	0,0	248.169	30,1	0	0,0	3.262	41.721	35,2%
Junho	157.590	32,8	0	0,0	229.146	24,6	0	0,0	3.006	37.838	33,7%
Julho	160.400	30,5	0	0,0	196.924	22,2	0	0,0	2.701	32.315	28,4%
Agosto	155.120	33,5	0	0,0	262.412	30,4	0	0,0	2.143	27.693	26,2%
Setembro	151.550	32,5	0	0,0	245.701	29,7	0	0,0	2.345	29.831	26,3%
Outubro	159.080	30,1	0	0,0	205.685	26,8	0	0,0	2.676	33.323	35,1%
Novembro	140.210	32,4	0	0,0	184.406	24,5	0	0,0	2.723	33.796	25,3%
Dezembro	169.630	32,1	0	0,0	146.496	18,5	0	0,0	3.208	39.203	29,5%
<b>TOTAL</b>	<b>1.840.091</b>	<b>31,2%</b>	<b>207.017</b>	<b>3,7%</b>	<b>2.268.922</b>	<b>22,9%</b>	<b>249.638</b>	<b>7,7%</b>	<b>35.240</b>	<b>440.682</b>	<b>27,9%</b>

Nota: taxa de cobertura calculada em relação ao consumo de energia do subsistema não apenas da ETAR.

No ano de 2014 registou-se uma redução de 21,1% da energia produzida, num total de 5.041.590 kWh. Esta redução deveu-se, essencialmente, aos problemas ocorridos em Chelas e São João da Talha que fizeram com a produção naquelas duas ETAR tivesse sido suspensa durante o mês de abril e até final do ano. A produção em Frielas aumentou tendo diminuído em Vila Franca de Xira e, muito ligeiramente, em Beirolas.

## Reagentes

Em termos globais, verificou-se em 2014 um aumento de 10,6% nos custos com reagentes, motivado, essencialmente, pelo aumento significativo dos consumos na ETAR de Alcântara, que originaram aumentos de custo de 19,1%; este aumento (superior em termos nominais ao aumento global anual da Simtejo - 206 mil euros face a 185 mil euros) aconteceu no tratamento primário da ETAR

devido à afluência de cloretos no afluente, que impôs o recurso frequente à adição de cloreto férrico e floculante. Em Beirolas, Chelas e São João da Talha registaram-se reduções de, respetivamente, 6,8%, 22,9% e 20,9%, ao passo que em Frielas, Vila Franca de Xira e Alverca foram registados aumentos de, respetivamente, 13,6%, 15% e 8,6%.

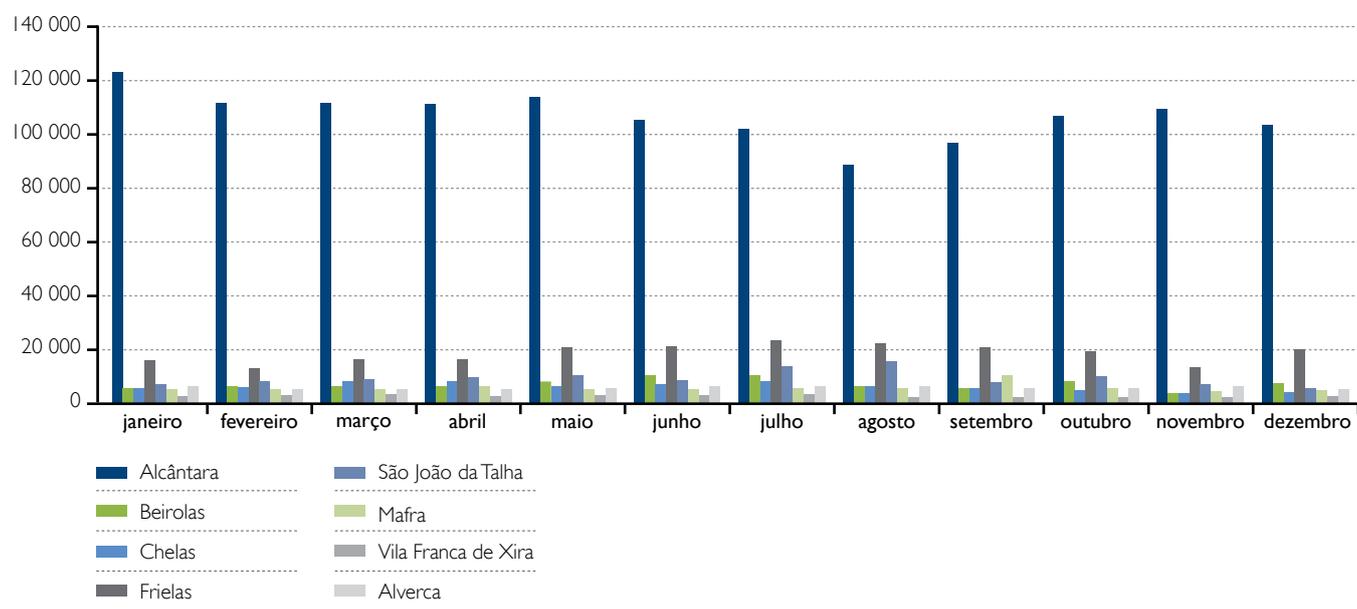
## Custo de reagentes (euro)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra <sup>(1)</sup>	Bucelas	V. F. Xira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
Janeiro	123.371,66	5.445,76	5.493,67	15.632,51	7.252,41	5.130,63	0,00	2.805,18	6.418,94	171.550,77
Fevereiro	111.793,42	6.106,17	5.584,01	12.765,21	8.122,53	4.845,55	0,00	2.781,28	4.865,91	156.864,08
Março	111.823,29	6.384,06	8.039,72	15.953,79	8.933,60	5.598,98	0,00	3.442,26	5.235,41	165.411,11
Abril	111.024,20	8.566,06	7.079,20	12.903,32	9.745,40	6.222,57	0,00	2.693,34	8.932,93	167.167,03
Maió	113.822,33	8.004,03	6.338,54	20.796,79	10.677,93	5.485,23	0,00	3.075,10	5.982,01	174.181,96
Junho	105.775,49	10.130,53	7.254,84	21.172,58	8.610,33	5.314,84	70,31	3.027,07	6.511,24	167.867,24
Julho	101.770,54	9.932,29	8.190,60	23.737,67	13.772,97	5.518,94	0,00	2.723,35	5.935,06	171.581,43
Agosto	88.284,52	6.260,00	6.355,33	22.135,75	15.130,64	5.283,19	51,34	1.972,78	5.938,78	151.412,33
Setembro	96.261,18	5.558,27	5.449,77	20.769,09	8.081,46	10.116,91	75,50	1.551,25	5.048,91	152.912,35
Outubro	106.517,02	7.390,74	4.541,66	19.207,26	9.907,10	5.181,97	78,52	1.961,56	4.999,06	159.784,88
Novembro	109.017,29	3.535,15	3.466,92	12.895,30	6.816,20	4.343,61	0,00	1.724,04	5.714,66	147.513,17
Dezembro	103.376,10	7.092,87	3.950,78	20.477,87	4.999,70	4.591,62	75,50	2.452,56	5.112,21	152.129,21
<b>Total</b>	<b>1.282.837,05</b>	<b>84.405,94</b>	<b>71.745,04</b>	<b>218.447,14</b>	<b>112.050,27</b>	<b>67.634,05</b>	<b>351,17</b>	<b>30.209,77</b>	<b>70.695,13</b>	<b>1.938.375,55</b>

<sup>(1)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Maфра.

<sup>(2)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca.

## Custo de reagentes (euro)



## Água potável

No ano de 2014 manteve-se a tendência de 2013, tendo-se registado nova diminuição (2%) no consumo global no de água potável, a que correspondeu uma diminuição com custos em cerca de 5,4%. As reduções mais significativas em termos de volume ocorreram nos subsistemas de Alcântara (-2.585 m<sup>3</sup>; -4%) e V. F. Xira (-1.965 m<sup>3</sup>; -37%), e em termos percentuais (nos subsistemas de maiores consumos), em S. J. da Talha (-22%) e Alverca (-12%). Em sentido contrário foram registados aumentos importantes em Frielas (+2.614 m<sup>3</sup>; 24%), Ericeira (+444 m<sup>3</sup>; +41%) e Chelas (+521 m<sup>3</sup>; +27%).

## Custo de água potável (euro)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. Talha	Mafra <sup>(1)</sup>	Bucelas	V. F. Xira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
Janeiro	12.027,96	672,32	1.285,78	3.045,74	190,50	2.558,22	24,27	1.296,65	1.177,39	<b>22.278,83</b>
Fevereiro	11.143,71	852,34	1.066,53	2.628,48	175,28	2.127,41	23,92	1.393,16	1.147,04	<b>20.557,87</b>
Março	12.343,15	1.029,09	964,49	3.813,69	219,37	2.004,51	29,54	1.262,19	1.263,61	<b>22.929,64</b>
Abril	11.853,63	853,71	980,87	4.522,01	200,39	1.926,79	30,59	1.248,42	1.244,81	<b>22.861,22</b>
Mai	12.889,83	860,48	827,16	5.080,22	209,75	2.083,73	24,27	1.275,99	1.287,38	<b>24.538,80</b>
Junho	11.518,14	771,64	802,59	5.357,39	197,19	2.110,83	25,32	1.165,69	1.481,24	<b>23.430,03</b>
Julho	12.800,19	604,20	950,95	11.461,41	190,50	2.326,89	26,03	1.110,54	1.490,90	<b>30.961,62</b>
Agosto	12.758,20	648,17	844,58	6.707,60	193,71	2.725,18	27,78	1.258,75	502,53	<b>25.666,50</b>
Setembro	13.563,29	747,70	1.405,22	5.315,59	165,12	2.735,14	25,32	1.162,26	1.468,05	<b>26.587,69</b>
Outubro	14.320,46	625,65	1.038,58	5.956,99	187,30	1.995,35	24,27	1.162,24	1.823,14	<b>27.133,98</b>
Novembro	12.361,96	698,50	1.145,83	6.361,25	184,36	1.503,10	27,07	1.204,01	1.473,46	<b>24.959,54</b>
Dezembro	12.865,25	629,20	1.181,00	5.365,63	203,33	1.557,27	24,17	1.290,13	1.244,73	<b>24.360,71</b>
<b>Total</b>	<b>150.445,76</b>	<b>8.993,00</b>	<b>12.493,58</b>	<b>65.616,00</b>	<b>2.316,80</b>	<b>25.654,42</b>	<b>312,55</b>	<b>14.830,03</b>	<b>15.604,28</b>	<b>296.266,42</b>

Inclui os consumos da ETAR e das EE de cada subsistema

<sup>(1)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Mafra

<sup>(2)</sup> Inclui todos os Subsistemas do município de Vila Franca de Xira exceto o subsistema de Alverca

## Resultados analíticos

Os resultados globais de tratamento foram positivos, tendo-se atingido 99,5% de população servida com tratamento satisfatório (indicador ERSAR).

## 6.3 Manutenção

Durante o ano de 2014, realizaram-se intervenções de manutenção preventiva, corretiva e curativa. No âmbito da manutenção preventiva executaram-se os planos de inspeções e de lubrificações previamente definidos. No âmbito das intervenções de manutenção corretiva e curativa efetuaram-se levantamentos e verificações com vista à renovação e beneficiação de equipamentos e instalações antigas e obsoletas.

Também durante o ano de 2014 se procedeu à renovação da autorização de funcionamento de diversos equipamentos sob pressão. Ainda durante o ano de 2014 procedeu-se à inventariação patrimonial dos ativos existentes. Esta inventariação irá ainda prolongar-se durante o 1º semestre de 2015.

Das reparações e substituições de equipamentos efetuadas destacam-se as seguintes:

### Subsistema de Alcântara:

- Substituição de eletrobomba da biofiltração da ETAR;
- Reparação da centrífuga G2-115 TAG 211 da ETAR;
- Substituição da chumaceira de um parafuso de Arquimedes da ETAR.

### Subsistema de Beirolas

- Substituição de uma grade mecânica da ETAR;
- Revisão dos aparelhos de elevação do subsistema de Beirolas;
- Reparação de um parafuso de Arquimedes da elevação inicial;
- Revisão dos compressores de ar de processo;
- Substituição de eletrobomba na EE13;
- Instalação de nova unidade de tratamento de ar novo no Laboratório.

### Subsistema de Chelas

- Revisão dos aparelhos de elevação do subsistema de Chelas.

### Subsistema de S. João da Talha

- Reparação de dois Agitadores do tanque de equalização da ETAR;

- Reparação do purificador de biogás da ETAR;
- Instalação de novo grupo de cogeração na ETAR.

### Subsistema da Ericeira

- Automação da extração de lamas primárias da ETAR da Ericeira.

### Subsistema de Frielas

- Reparação da ponte raspadora de um espessador da ETAR de Frielas.

### Subsistema de Vila Franca de Xira

- Substituição de eletrobomba na EE de Povos.

## 6.4 Laboratórios

Durante o ano de 2014 foram recebidas 11.371 amostras, das quais 741 foram extra plano, tendo sido realizados no total cerca de 45.017 ensaios, nas duas Unidades Laboratoriais.

O trabalho efetuado foi desenvolvido no âmbito do cumprimento dos planos analíticos pré-estabelecidos com a Direção de Operação e das solicitações extra, decorrentes da monitorização de descargas atípicas ou da otimização do controlo de processo, sempre que são detetadas situações anómalas nos Centros Operacionais e ainda campanhas de caracterização resultantes de necessidades específicas de funcionamento solicitadas quer pelas diversas áreas, desde ao I&D até à área de Projeto e Obra.

Assume especial relevância o trabalho efetuado em colaboração com a área de I&D nos diversos projetos, designadamente SW4E, Programas de análise para a calibração das diversas sondas em contínuo, e a campanha intensiva de caracterização da ETAR de Alcântara.

São exemplo de trabalhos extra a partir dos centros operacionais a fase final das campanhas do projeto *Trust* em Beirolas e da avaliação da eficiência da desinfecção da ETAR de Frielas, a monitorização de descargas de fossas sépticas, no Centro Operacional de Mafra e a descarga de efluentes industriais no Centro Operacional de Alverca.

Foram assegurados os trabalhos de caracterização analítica para águas naturais, ao nível dos meios recetores, para as três ETAR cuja título de utilização dos recursos hídricos inclui esta obrigação.

Deu-se continuidade, para o Cliente interno e Administração, ao sistema/procedimento de controlo e emissão de alertas relativos aos valores limite de emissão, associados aos requisitos de qualidade da água tratada, impostos pelos títulos de utilização de recursos hídricos.

Os indicadores de desempenho do laboratório registaram elevados índices mantendo a taxa média de 98,9% de cumprimento para o prazo de execução (TR), com um valor médio <1 dia, nos 1,1 % de situações de prazo não cumprido e uma taxa de resultados provisórios confirmados (RPM) de 98,0%. Indicadores aferidos a partir da disponibilização dos dados na plataforma IN-LABLims.

No mês de outubro o laboratório através da área de I&D, integrou, a convite LNEC, a preparação da candidatura a um projeto europeu no âmbito do controlo e tratamento de poluentes emergentes de natureza farmacológica: Projeto *"LiFE Impetus - Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants"*, integrando o grupo de participantes constituído por Águas do Algarve, EHS, EPAL, FCUL, FFUL, Simtejo, UAIG.

Foram concluídos os trabalhos no âmbito da colaboração em projetos de doutoramento e mestrado a decorrerem na EPAL e na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Foram assegurados no âmbito do Grupo de Trabalho para o estudo da Microbiologia das Águas Residuais Hospitalares (CML, DGS, Laboratório do IST, ARSLVT e Hospital Egas Moniz), as duas campanhas de amostragem e programa de analítico associado à caracterização microbiológica das águas residuais de oito hospitais do município de Lisboa e respetivas ETAR recetoras. Os ensaios foram assegurados pelos Laboratórios da Simtejo, IST e INSA, com o apoio e gestão de amostragem da CML. Este grupo tem como objetivo caracterizar a qualidade microbiológica das águas residuais hospitalares drenadas no município de Lisboa com vista a decidir parâmetros e níveis de qualidade a prever nas licenças de descarga na rede de drenagem das unidades hospitalares.

O Laboratório foi convidado a integrar o Grupo de Trabalho GT3-Amostragem, da Comissão Setorial da Qualidade da Água da Relacre, bem como o Grupo de Trabalho CT05 - Metrologia Química, no âmbito da Comissão Técnica RELACRE CTR 04 - METROLOGIA

Foi dada continuidade ao programa de manutenção periódica preventiva dos equipamentos de amostragem aos mesmos e apoio à resolução de avarias, com especial incidência para o trabalho realizado na ETAR de Alcântara.

Foi mantida a acreditação do Laboratório para 23 ensaios na Unidade de Beirolas e 28 ensaios na unidade de Frielas, tendo sido emitido anexo técnico correspondente a 16-12-2014. No âmbito deste ciclo de auditoria foi assegurada a extensão da acreditação para os parâmetros matéria orgânica em lamas (unidade de Beirolas e Frielas), pH em lamas (unidade de Beirolas), como método normativo, de acordo com o imposto no DL 276/2009, possibilitando assim a emissão de resultados para efeitos de avaliação da conformidade legal.

O Laboratório participou ainda em ensaios Interlaboratoriais para todo o âmbito da acreditação, promovidos pelas entidades IELAB e LGC, nos circuitos QWAS e QM (Aquachek) e Relacre tendo o desempenho sido globalmente satisfatório.

O Laboratório manteve-se, durante o ano 2014, integrado como área complementar ou de suporte, no âmbito do processo de Certificação em Qualidade Ambiente e Segurança.

Foi mantido o regime de subcontratação de ensaios, sendo esta efetuada maioritariamente, para efeitos de avaliação da conformidade legal em Lamas, seguido do controlo de processo e controlo de qualidade do biogás. Verificou-se um aumento de 2% no número de amostras em relação ao ano anterior e de 4,9% no total de ensaios.

## 6.5 Qualidade e responsabilidade social

Renovada em 2012 a Certificação do seu sistema integrado da Qualidade (NP EN ISO 9001), Ambiente (NP EN ISO 14001) e Segurança (OHSAS 18001), em 2014 a Simtejo obteve na 2ª Auditoria de Acompanhamento um resultado que permitiu a manutenção da mesma nos 21 subsistemas do seu âmbito.

Com os resultados já obtidos, a receção provisória integral da ETAR de Alcântara efetuada, bem como um conjunto de intervenções muito relevantes na ETAR de Frielas, ficaram criadas as condições para ser requerida a extensão da Certificação para estes dois subsistemas, ficando assim a Simtejo com 23 Sistemas Certificados.

## 6.6 Comunicação e educação ambiental

Em 2014, a estratégia de atuação refletiu-se no seu Plano de Atividades, ao nível interno e externo, onde se pretendeu traduzir e divulgar a missão da Simtejo, desenvolvendo o seu espírito de Grupo e de corpo empresarial. Neste contexto, promoveu-se a evolução quantitativa e qualitativa da Empresa, assim como os seus resultados e as ações que protagoniza. No âmbito da sua responsabilidade social e ambiental, o foco foi centrado no desenvolvimento de atividades de promoção da saúde e de bem-estar e educação ambiental. Para cumprir estes objetivos realizaram-se várias atividades, em que se destacam:

### **Programa "Ama a Água" 2014/2015**

A Simtejo deu continuidade ao Programa Educativo "Ama a Água", em parceria com os Municípios acionistas da Simtejo, desenvolvendo novos materiais pedagógicos. As escolas já aderentes ao Programa vão receber, ao longo do ano letivo, painéis de exposição, um guia de exploração, um autocolante informativo, e ainda a "História Sensorial da Água".

O Programa "Ama a Água" tem como objetivo contribuir para a sensibilização e preservação dos recursos hídricos, de forma a consciencializar que a água é um recurso escasso, essencial à vida. O "Ama a Água" pretende alterar para a importância da água, das suas ameaças e das soluções para reduzir a sua poluição e escassez.

### **Ação Ano Novo, Vida Nova**

Como o arranque de 2014, foi lançada uma ação para promover bons hábitos alimentares e de saúde. Foram criados cartazes informativos e uma semana para promover a prática de exercício físico, onde os colaboradores foram convidados para realizar uma aula prática.

### **"Inspirar para um melhor recomeço"**

Foram preparadas um conjunto de visitas a projetos em curso para o público interno da Empresa: visitas às obras do Caneiro de Alcântara (reparação Campolide + Ribeira da Falagueira) e visitas aos novos espaços do Telhado Verde da ETAR de Alcântara.

## Dia Mundial da Água

Para comemorar o Dia Mundial da Água, a Hibrobox “História Sensorial da água” - uma peça que utiliza apenas sons, sem imagens ou palavras - este em Vila Franca de Xira para sensibilizar a população em geral para a importância da água.

## “Dar Sangue é Salvar Vidas”

A “Ação Dar Sangue é Salvar Vidas” convidou os colaboradores a participarem numa ação solidária de recolha de sangue para o Instituto Português do Sangue.

O Instituto Português do Sangue deslocou-se à sede da Simtejo e recolheu 10 litros de sangue. Esta recolha visou ajudar a manter as reservas de sangue em níveis adequados, evitando uma situação de rutura que poderá interferir com o tratamento de doentes e a realização de cirurgias nos Hospitais.

## Iniciativa: adoção de posturas corretas no trabalho

Considerando a importância da adoção de posturas corretas no local de trabalho como forma de maximizar a saúde e o bem-estar físico, bem como minimizar os acidentes de trabalho, foram realizadas várias sessões com vista à correção dos principais erros posturais dos colaboradores.

Numa primeira fase foi efetuada uma análise e registo dos principais erros da postura dos colaboradores, dando-se seguimento a várias sessões de esclarecimento.

## “Ciência Viva no Verão”

A Simtejo voltou a participar no Projeto “Ciência Viva no Verão”, disponibilizando as suas ETAR para a realização de nove visitas com suporte técnico. A destacar nesta iniciativa a “Visita ao Esgotos de Lisboa”, com uma procura que ultrapassou a capacidade da visita.

## Participação na iniciativa “Lisboa - Open House” - Trienal de Arquitetura

A ETAR de Alcântara acolheu mais uma vez a iniciativa Open House, no dia 11 de outubro, com a realização de várias visitas guiadas.

Organizado pela Trienal de Arquitetura de Lisboa, este evento internacional abriu as portas ao público geral, em 60 espaços por toda a cidade. Estes espaços, de valor arquitetónico e cultural, foram visitados de forma gratuita durante esse fim-de-semana através de um extenso programa de visitas guiadas.

## Decoração de espaços da Sede

Ao longo do ano, o CEA procedeu à colocação de placas de identificação dos gabinetes e dos espaços interiores do edifício e bem como dos parques de estacionamento e zonas exteriores. Foram também desenvolvidos quadros com vista à decoração dos gabinetes e salas de reunião do edifício.

## Ginástica laboral

Sempre fundamental para o bem-estar pessoal e profissional, a Simtejo promoveu uma aula de exercício físico, onde foram dominantes os movimentos corporais que minimizam tensões e lesões ligadas a posturas no trabalho.

## Visitas às ETAR

O CEA apoiou a organização e acolhimento das visitas às ETAR da Simtejo. Ao longo do ano, foram realizadas várias visitas nas infraestruturas da Simtejo, quer por entidades governamentais ou empresariais quer por escolas, que procuram informação sobre a atividade e o *know-how* da Simtejo. A ETAR de Alcântara, dado a sua importância a nível tecnológico e arquitetónico, tem recebido inúmeros visitantes nacionais e estrangeiros.

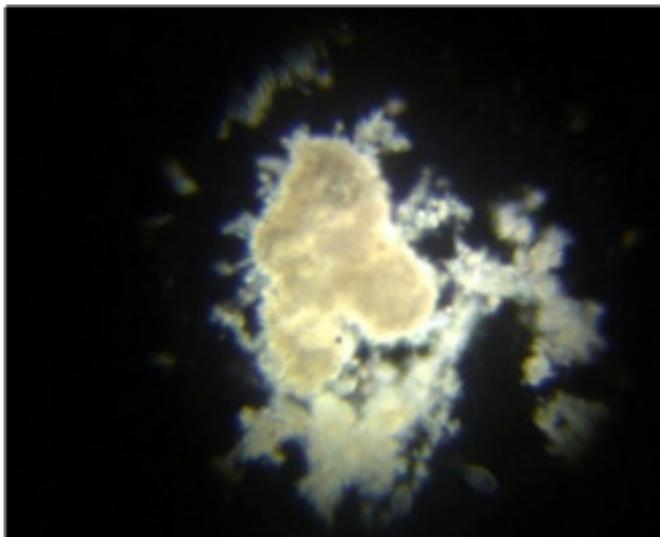
## 6.7. Investigação & Desenvolvimento e Inovação

No ano de 2014 consolidaram-se as atividades de Investigação e Desenvolvimento a decorrer dos anos anteriores e iniciaram-se novas atividades e projetos:

### Projeto Nereda

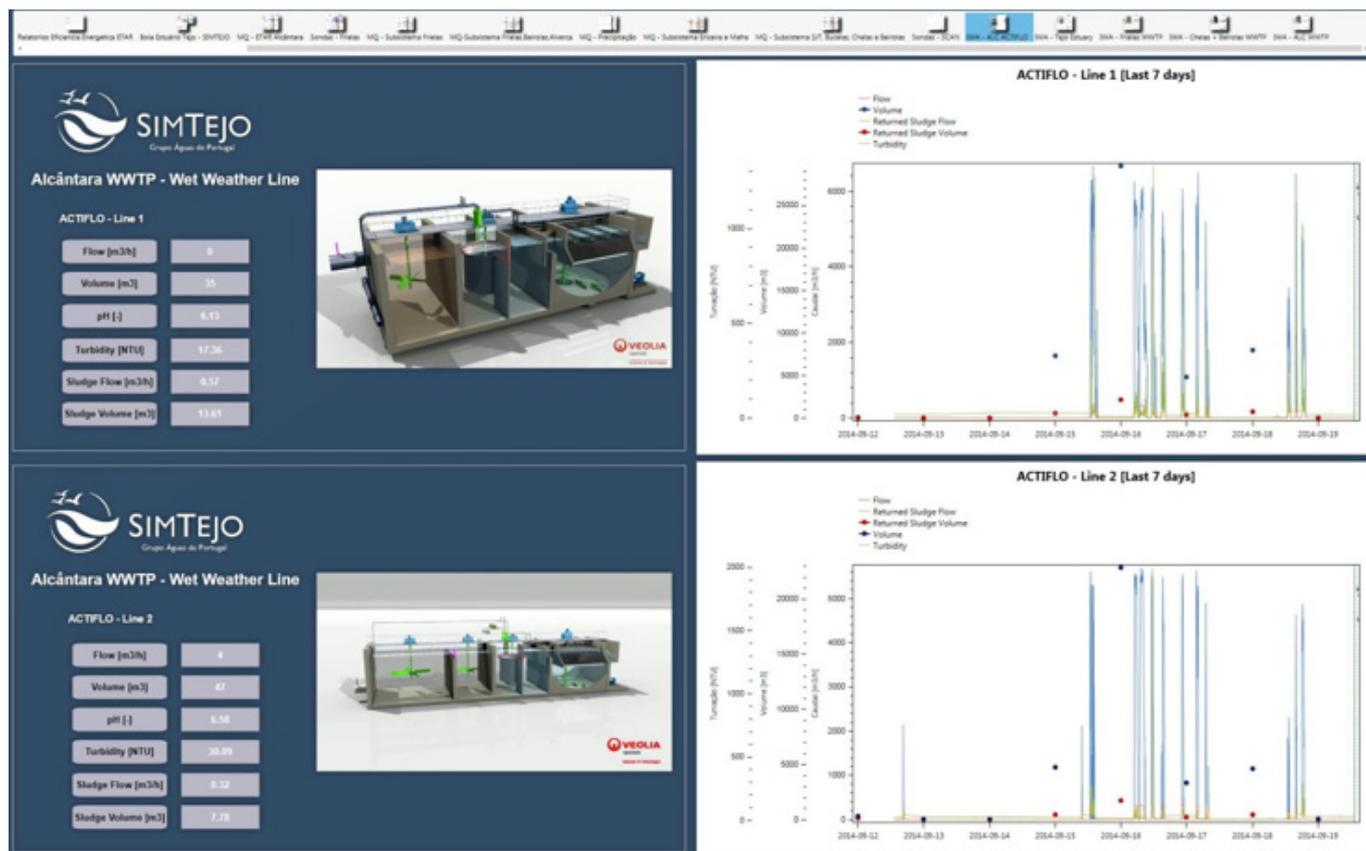
No ano 2014 deu-se início ao arranque do reator biológico 6 da ETAR de Frielas, que atualmente é um reator 100% NEREDA. É expectável a formação de grânulos no primeiro semestre de 2015.

Salienta-se a apresentação em setembro de 2014 no Congresso Mundial da Água da IWA realizado em Lisboa, designadamente, "The First Worldwide Conversion Of A CAS To The Aerobic Granular Biomass Technology: Frielas WWTP".



## Projeto Aquasafe

Em 2014 deu-se continuidade ao desenvolvimento do Aquasafe, nomeadamente através da disponibilização de novas funcionalidades, tais como a execução de operações entre séries temporais e agregação temporal e criação de *dashboards* com tabelas. Estas funcionalidades permitiram o desenvolvimento de *workspaces* de mais fácil interpretação:



A aplicação do Aquasafe na Simtejo foi apresentada no Stand da AdP no congresso IWA que decorreu em Lisboa em setembro de 2014.

## Monitorização dos meios recetores

Em 2014 deu-se continuidade ao trabalho de monitorização ambiental dos meios recetores da Simtejo e que se encontra em desenvolvimento desde 2004. No que concerne o Estuário do Tejo o trabalho tem sido desenvolvido em parceria com a Simarsul.

À semelhança dos anos anteriores foram monitorizados os meios recetores listados em baixo:

- No Estuário do Tejo (44 locais);
- Na bacia hidrográfica do rio Trancão (15 locais);
- Nas ribeiras do Oeste (município de Mafra) e de Vila Franca de Xira (37 locais);
- Na costa oceânica da Ericeira (12 locais).

Em 2014 finalizou-se a implementação de uma base de dados específica para armazenar os dados da monitorização dos meios recetores. Entre outras funcionalidades a referida base de dados permite armazenar os dados em bruto e organizar as estações de monitorização e parâmetros por categorias. Tornando assim a pesquisa de dados mais eficiente e amigável do utilizador:

**Base de dados** My Account Help Logout

## Monitorização dos meios recetores da SimTejo

Data query Manage data Settings Users

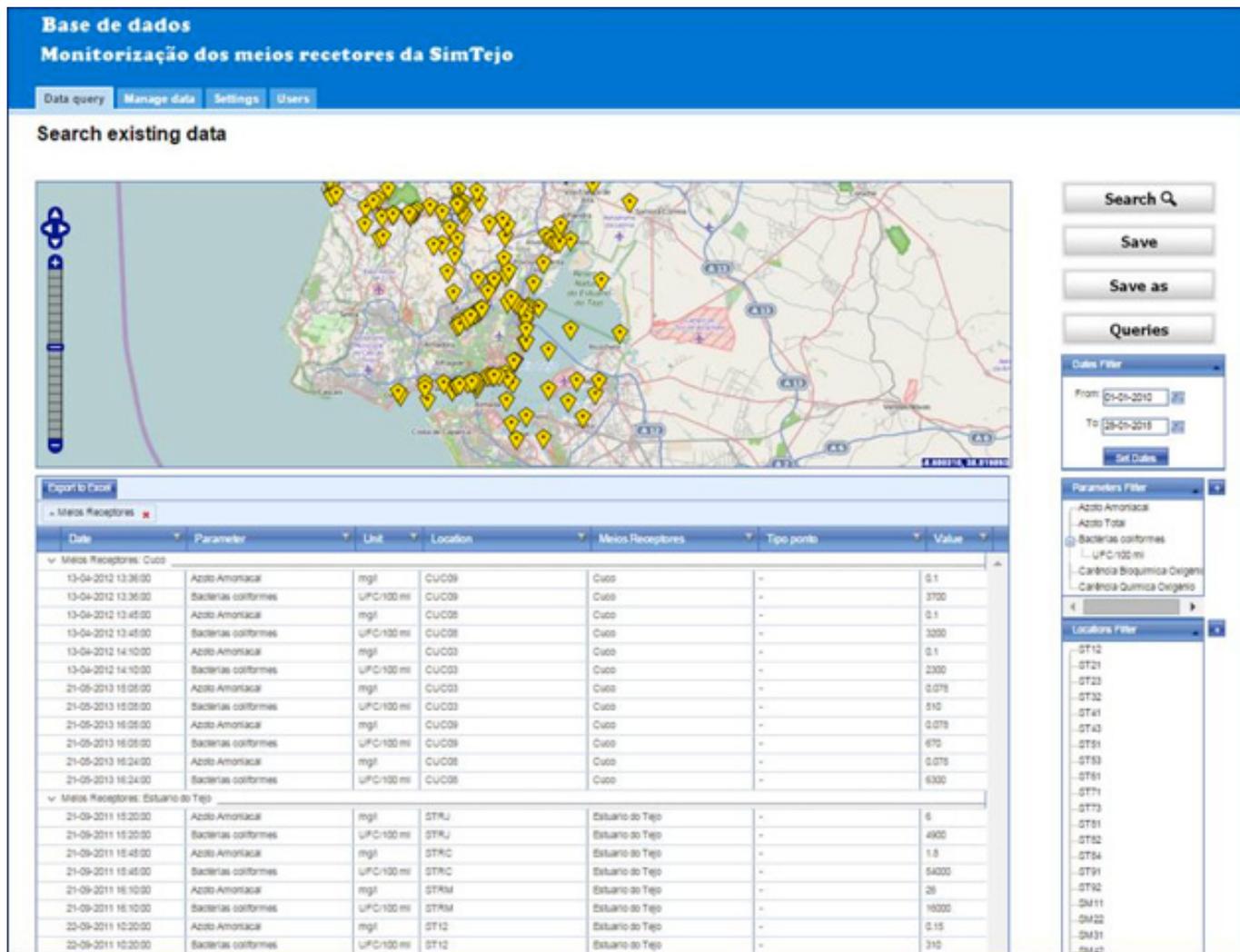
Parameters Parameter groups Locations Location groups

### List of location groups

Category Name: Meios Recetores

Group	Commands
Cuco	
Estuário do Tejo	
Grande Pipa	
Lizandro	
Outros	
Praias	
Safarajo	
Sizandro	
Tranco	
Verdelha	

Registos 1 - 10 de 10



## SimT\_90

Foi apresentado na Conferência Internacional da Água (IWA 2014) o produto desenvolvido pela Simtejo em parceria com a Hidromod para simulação de microrganismos no estuário do Tejo, meio recetor de seis das maiores ETAR da Simtejo, designadamente, "Operational decision support system for integrated Urban Wastewater systems".

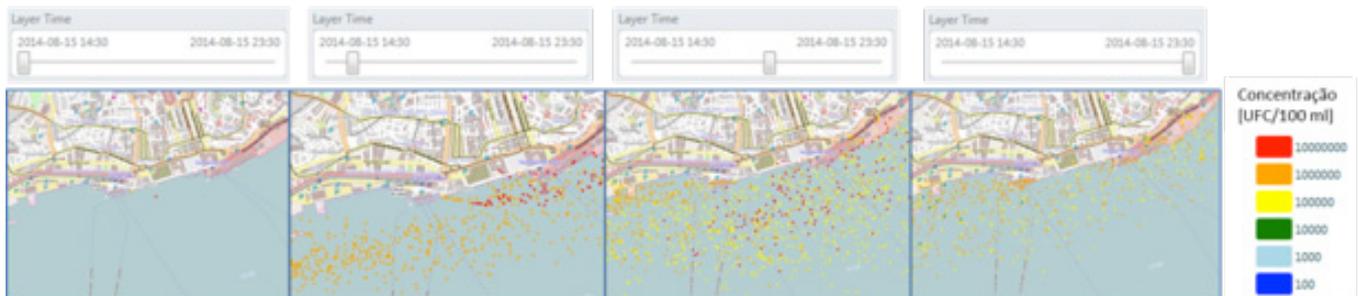
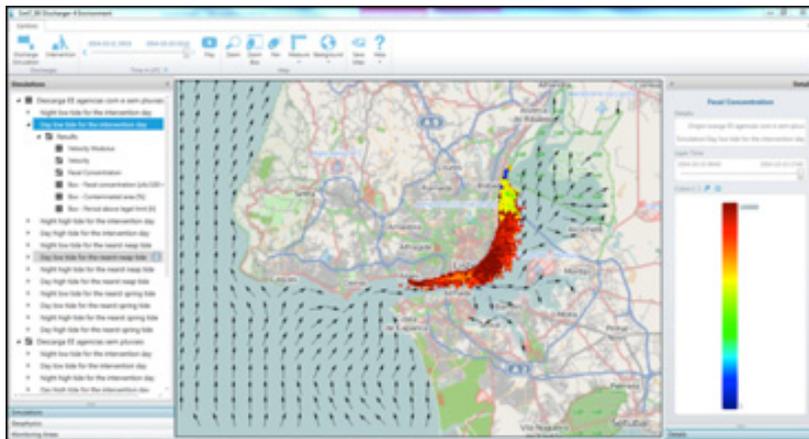
O SIMT90 consiste numa ferramenta intuitiva, fácil de operar e interpretar por não-especialistas e por qualquer técnico das entidades gestoras, que permitisse fazer uma análise de cenários baseada em modelos hidrodinâmicos e de qualidade de água. O SimT\_90 tem pré-carregado um conjunto de dados que permite incluir na simulação as seguintes entidades:

- ETAR junto ao Estuário do Tejo;
- Principais EE's com descarregador para o Estuário;
- Pluviais com descarregador para o Estuário.

O produto SimT\_90 executa automaticamente um conjunto cenários de forma a combinar diferentes períodos de maré e do dia (devido ao efeito dominante da radiação solar sobre coliformes fecais).

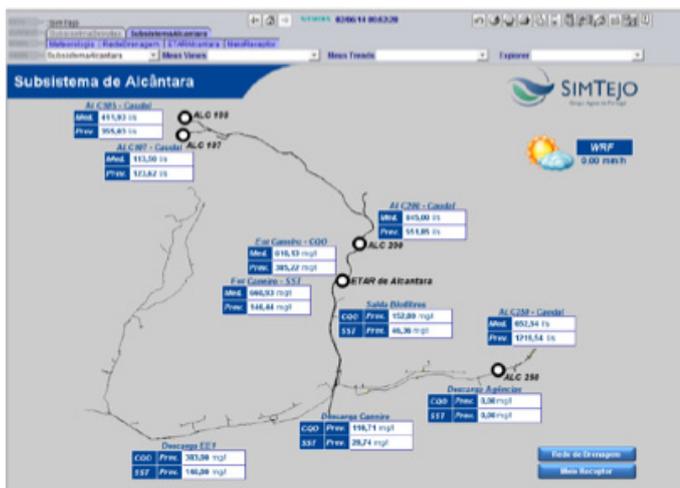
Para análise dos resultados o SimT\_90 gera os seguintes *outputs*:

- Mapa com dispersão de coliformes;
- Síntese destes resultados por caixas;
- Relatório excel com indicadores chave de desempenho (KPI) global e por caixa de análise.



## Si-GeA

O projeto SI-GeA é um projeto de I&D que tem como objetivo final a criação de um sistema inteligente de apoio à gestão otimizada de sistemas urbanos de águas residuais, baseado em monitorização e simulação em tempo real. A otimização permite integrar toda a informação relevante, tendo em vista, nomeadamente, a redução do risco de inundações, de aflúncias indevidas e de descargas poluentes nos meios recetores, a custos mínimos.



Conceção do sistema Si-GeA



Manutenção regular da sonda espectrofotométrica S:CAN

A Simtejo, como entidade que gere sistemas desta natureza, teve a seu cargo a definição de orientações de desenvolvimento da solução. O seu papel foi fundamental ao nível da definição dos modelos e rede de monitorização bem como ao nível do teste da solução.

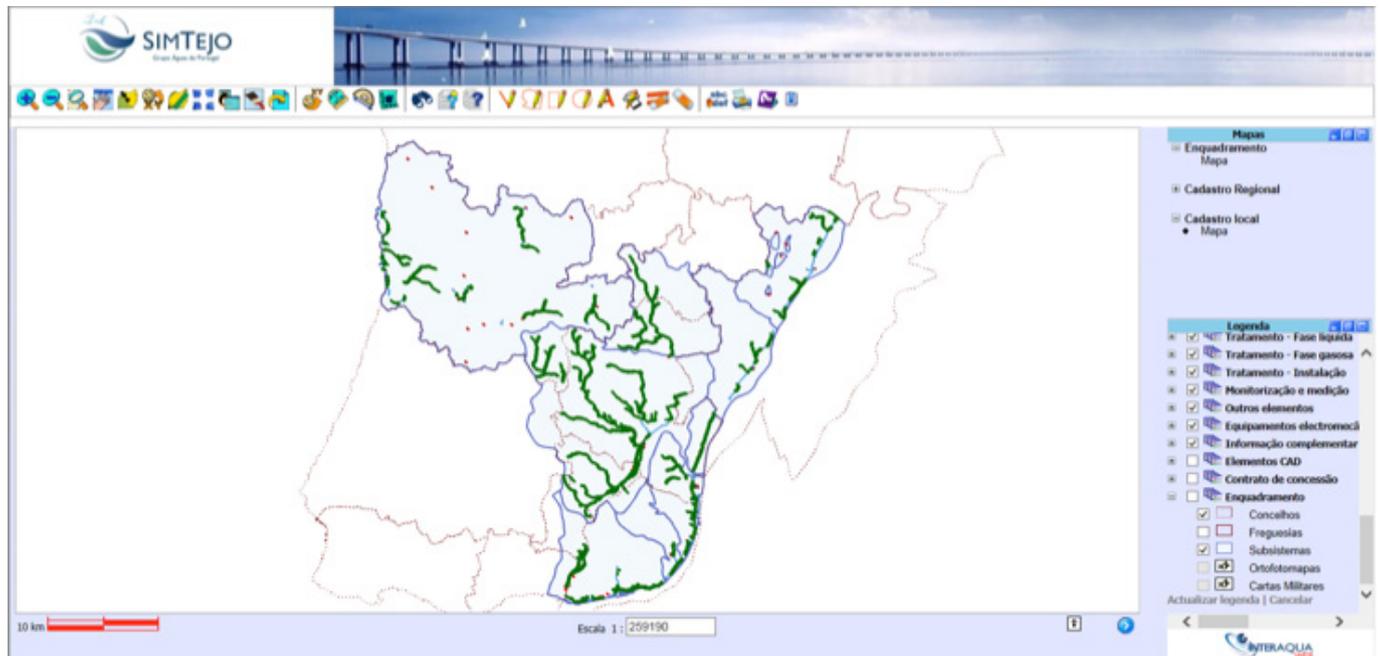
Os resultados do projeto, concluído em 2014, foram:

- Desenvolvimento de um sistema de previsão em tempo real que cobre todo o ciclo da drenagem em zonas urbanas, desde a bacia drenante, rede de coletores, ETAR e meio recetor; baseada em modelos avançados, devidamente acoplados para terem em conta as interações entre os vários meios;
- Desenvolvimento de uma plataforma inteligente para gestão diária e de emergência de infraestruturas de águas residuais, baseada na solução XHQ da SIEMENS;
- Demonstração dos produtos acima em modo operacional numa grande infraestrutura urbana: sistema de drenagem Terreiro do Paço-Alcântara.

## SIG

Tendo sido finalizada a prestação de serviços com a empresa AQUASIS no que diz respeito à gestão da base de dados do SIG da Simtejo em 2013, atualmente todos os carregamentos e edições necessárias a efetuar ao SIG são efetuadas na Simtejo.

Após a fase de arranque com a AQUASIS, o SIG encontra-se nesta altura em fase de “exploração” da ferramenta por parte da Simtejo.



WebSIG

## Projeto Aquavir

Deu-se continuidade ao Projeto AQUAVIR (FP7-NMP-2013-SMALL-7) liderado pelo Departamento de Micro e Nanotecnologia da Universidade Técnica da Dinamarca (DTU), no qual a Simtejo participa, na qualidade de utilizador final.

Este projeto pretende testar, validar e divulgar um sistema inovador portátil de monitorização de três tipos de vírus entéricos humanos em diferentes locais geográficos e para diferentes aplicações, nomeadamente em águas residuais tratadas durante um período de 36 meses.

## Medição de caudal (MQ)

Em 2014 evoluiu o sistema de medição de caudais para fins de faturação.

Deu-se continuidade aos estudos de caracterização dos caudais entregues na fronteira entre os municípios da Amadora e de Lisboa na bacia de Alcântara, com a execução de campanhas em tempo húmido.

No âmbito da Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema de Medição de Caudais da Simtejo, prosseguiu o trabalho de manutenção e verificação dos medidores, essencial para a produção de dados de medição credíveis, e afinaram-se metodologias de verificação dos medidores de caudal ultrassónicos e eletromagnéticos para faturação, localizados nas ETAR do sistema Simtejo.

As alterações no serviço de comunicações da Simtejo, condicionaram a recolhas de dados em alguns pontos de medição no ano de 2014, o que motivou falhas de medição, e exigiram a implementação de novas soluções de comunicação em alguns locais.

Foi concluída a prestação de serviços “avaliação de caudais de infiltração na zona alta de alcântara, incluindo contribuições dos caneiros da Falagueira e Damaia, na Amadora”, que inclui os resultados das campanhas de verão e de inverno, em secções dos Caneiros da Damaia e Falagueira, na Amadora, e de Alcântara, junto da ETAR, em Lisboa.

A avaliação da contribuição da infiltração foi efetuada com base em resultados de medição de caudais e razões isotópicas, ao longo do tempo, naquelas secções, e é apresentada em termos de proporção do caudal médio total e do caudal de tempo seco sem infiltração, mas também em termos de caudais unitários (l/(s.km de rede), e caudais específicos ( $m^3/(\text{dia.cm.km})$ ) isto é,  $m^3/\text{dia por cm de diâmetro e por km de rede}$ , para cada uma das sub-bacias.

## Emissões NOX nas Etar da Simtejo

A Simtejo irá participar com o Instituto de Biologia Experimental Tecnológica (IBET) num projeto de investigação a realizar no âmbito de um doutoramento, que visa aprofundar o conhecimento sobre estratégias de prevenção de libertação de óxido nitroso ( $N_2O$ ) em sistemas de lamas ativadas.

O  $N_2O$  é um gás com elevado potencial de efeito de estufa, sendo que os principais mecanismos responsáveis pela emissão deste gás nas estações de tratamento de águas residuais (ETAR) ainda são desconhecidos.

O objetivo do plano de doutoramento é “analisar as condições ambientais e operacionais em ETAR, e analisar a sua correlação com a estrutura e atividade da população microbiana (nomeadamente dos microrganismos envolvidos no ciclo do azoto), de forma a perceber em que condições as emissões de  $N_2O$  são mínimas.”

## SmartWater4Energy

O projeto Smart Water 4 Energy (SW4E) é um projeto QREN em co-promoção que visa desenvolver um sistema inteligente para gestão energética das ETAR. O SW4E está em desenvolvimento, desde março de 2013, pelo consórcio Simtejo (Promotor), ISQ e Hidromod. Pretende contribuir para o desafio que o setor de gestão de águas residuais enfrenta, a nível global, de diminuir o consumo energético no processo de tratamento, em simultâneo com a adoção de limites mais exigentes a nível da qualidade do efluente a descarregar nos meios recetores.

O trabalho desenvolvido pelo consórcio durante 2014, incidiu no acompanhamento dos sistemas de monitorização do processo e energia implementados no semestre anterior tendo sido o maior esforço investido no desenvolvimento do Sistema Inteligente de Gestão de Energia em ETAR. Deu-se ainda início à atividade de aplicação da solução nos dois casos de estudo do projeto (ETAR de Alcântara e de Frielas).

Foi realizado um extenso trabalho no que concerne os sistemas de monitorização do processo o qual incidiu em:

- Instalação da sonda ASP-Con e resolução de problemas;
- Manutenção das sondas de qualidade de Frielas;
- Manutenção da sonda SCAN de Frielas;
- Resolução de problemas das sondas SCAN de Alcântara;
- Realização de campanhas analíticas exaustivas na ETAR de Alcântara.

Na atividade 4 do projeto foi desenvolvida uma plataforma operacional de monitorização de consumos energéticos e de processo. Esta plataforma pode ser decomposta em três módulos principais:

- Servidor de dados onde são centralizados todos os dados medidos e modelados;
- Modelação energia/ETAR aplicada já à ETAR de Alcântara;
- Ferramentas de *reporting* e análise de dados.



Foram ainda desenvolvidas diversas ações de promoção e divulgação do projeto:

- i) Manutenção do Website do projeto;
- ii) Artigo na revista Indústria e Ambiente - 01-07-2014 (Anexo 6);
- iii) Apresentação do SW4E no Stand do IWA a decorrer em setembro 2014 em Lisboa.

## ARTICA

A candidatura do projeto "A multivariable advanced control product for sustainable performance of nutrient removal urban WWTPs (ARTICA)", para demonstração da aplicação da tecnologia ARTICA na ETAR de Chelas, ao programa de financiamento Eco-Innovation foi aprovada, tendo-se dado início à realização do projeto (<http://www.artica4nr.eu/>).

O projeto ARTICA tem como objetivo a demonstração da aplicação de um controlador inteligente para ETAR de lamas ativadas com remoção de azoto, tendo em vista a otimização em tempo real da recirculação de lamas, nitratos e caudal de ar de processo, para respetiva redução de custos energéticos.

## SIMAI

O projeto de I&D SIMAI foi concluído em 2014 tendo-se atingido os seguintes objetivos específicos:

- Contribuir para a divulgação dos sistemas de monitorização e aviso em Portugal (princípios, metodologias e aplicação);
- Promover e melhorar a investigação científica diretamente associada à gestão estratégica dos sistemas de drenagem, tendo em conta os riscos envolvidos, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de reabilitação do desempenho dos sistemas de drenagem urbanos e promovendo a criação de ferramentas potencialmente aplicáveis pela comunidade técnica e que contribuam para a resolução dos problemas de gestão daqueles sistemas, em particular os de maior complexidade;
- Contribuir para a preservação da saúde pública e da qualidade ambiental. Referem-se ainda, como objetivos do projeto, a realização de estudos experimentais no sentido de implementar um sistema de medição em contínuo da qualidade dos efluentes, nomeadamente baseado em equipamentos de medição por espectrofotometria, que permita avaliar a concentração de parâmetros indicadores de poluição (tais como CBO<sub>5</sub>, CQO ou SST).

## Candidaturas de projetos de I&D+

### LIFE + 2014

Na sequência da abertura da Call - do Programa LIFE+2014 a Simtejo foi convidada a integrar na qualidade de Parceiro a candidatura do projeto IMPETUS. A candidatura do projeto tem como objetivo o estudo e desenvolvimento de medidas de adaptação das configurações atuais dos sistemas de tratamento das ETAR na remoção de micropoluentes farmacêuticos.

### SIFIDE

Na sequência da candidatura da Simtejo ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) a Comissão Certificadora emitiu o parecer final referente a 2013, resultando num benefício fiscal líquido para a Simtejo de 236.393 euros

## 7. Objetivos de Gestão

A Assembleia-Geral de Acionistas da Simtejo, de 17 de junho de 2010, aprovou orientações estratégicas para a administração da Empresa.

### Orientações estratégicas gerais

O Despacho n.º 14277/2008, 23 de maio de 2008, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, determina que, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro, devem as empresas públicas não financeiras prestar informação, mediante o envio à Inspeção - Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças dos seguintes elementos, e segundo os prazos que se seguem:

- Planos de atividades anuais e plurianuais, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, os objetivos e as orientações definidas pelo Estado, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, as orientações e os objetivos definidos pelo Estado, acompanhados dos pareceres do órgão de fiscalização, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Documentos de prestação anual de contas individuais e consolidadas, bem como os relatórios produzidos pelos auditores externos, quando disponíveis, e o relatório anual da fiscalização do revisor oficial de contas, com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data da Assembleia-Geral anual;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que sejam exigíveis, nos 30 dias subsequentes à data final do período a que respeitam;
- Cópias das atas das assembleias-gerais e das deliberações unânimes por escrito, nos 15 dias subsequentes à sua realização;
- Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da Empresa e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução da sua situação económico - financeira, nos 10 dias subsequentes à realização do pedido, salvo indicação de prazo diverso.

### Orientações estratégicas específicas

O Despacho conjunto n.º 169/2006, de 10 de fevereiro de 2006, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, estabelece que o Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão corrente da Empresa, deve desenvolver a suas atividades tendo por base as seguintes orientações estratégicas:

- Cumprir as metas, as obrigações e as responsabilidades estabelecidas no contrato de concessão e nos contratos de fornecimento de água e recolha de águas residuais;
- Implementar, desenvolver e assegurar:
  - A conceção, a construção, o financiamento, a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal;
  - A disponibilização, aos seus utilizadores, de um serviço público regular, com o nível adequado e custos socialmente aceitáveis em linha com o previsto no contrato de concessão;
  - A sustentabilidade económica, financeira e social dos Sistemas através de uma gestão Empresarial exigente e responsável;
  - A utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social;
  - A otimização da gestão do Sistema e a geração de economias de escala e de gama;
- Garantir o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas no âmbito do contrato de gestão para a Empresa;
- Colaborar com o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto concedente, na adaptação e adequação do contrato de concessão:
  - Às circunstâncias decorrentes da reestruturação e reorganização das concessões e das medidas de saneamento financeiro das concessionárias que se venham a revelar necessárias;
  - Aos ajustamentos dos investimentos previstos aos objetivos e à legislação em vigor em cada momento;
- Desenvolver atividades que, com base na estratégia definida para o setor no PEAASAR para o período 2007 - 2013, permitam e possibilitem:
  - Alargar a outros Municípios e territórios a prestação do serviço público disponibilizado, sempre que as economias daí resultantes o recomendem;
- Garantir o cumprimento dos Planos de Atividades, dos Orçamentos e dos Planos de Investimentos anuais e plurianuais da Empresa;
- Adotar, desenvolver e implementar medidas que, no quadro das orientações estratégicas que venham a ser determinadas, permitam:
  - A recuperação das dívidas respeitantes ao capital social por parte dos acionistas das Empresas concessionárias;
  - A cobrança dos serviços prestados pela Empresa aos utilizadores e aos clientes;
  - A redução das dívidas acumuladas referentes aos serviços prestados;
  - Assegurar e garantir o cumprimento, por parte dos acionistas e dos utilizadores, de todas as obrigações devidamente contratualizadas;

- Cumprir escrupulosamente e atempadamente as obrigações para com o Concedente e o Regulador, garantindo que as determinações destes são acatadas;
- Cumprir as obrigações ambientais decorrentes do Quadro normativo em vigor, bem como as orientações estratégicas que vierem a ser estabelecidas pelas entidades competentes na área do ambiente e que abrangem a Empresa;
- Promover a realização dos procedimentos que garantam a obtenção das autorizações, licenças e contratos que habilite a Empresa para o exercício das suas atividades;
- Estabelecer prioridades de investimento, incluindo o desenvolvimento e apresentação de propostas de revisão do plano técnico constante do contrato de concessão junto do Concedente, se necessário;
- Promover a elaboração e a implementação de um plano de ação de subcontratação de funções e tarefas relacionadas com a exploração, incluindo a operação e manutenção das infraestruturas integradas no Sistema, tendo em vista contribuir para o reforço do tecido empresarial nacional neste setor;
- Implementar as medidas tendentes à certificação em Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social;
- Reorganizar as suas áreas de intervenção através da associação ou fusão com Sistemas existentes, privilegiando aqueles cujas atividades sejam complementares ou possibilitem a criação de áreas de intervenção com coerência territorial e gerem economias de gama, de escala e de processo;
- Elaborar e manter atualizado o plano de negócios da Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Elaborar e implementar um plano de médio prazo para a área da formação dos recursos humanos, que permitam consolidar a estrutura em termos qualitativos e quantitativos e, promovam uma adequada gestão do conhecimento;
- Adotar uma política de contenção do crescimento da massa salarial e dos encargos complementares, contribuindo deste modo para o esforço nacional de crescimento da competitividade da economia nacional;
- Contribuir ativamente para a valorização e requalificação do tecido produtivo nacional, pela via da introdução de novas tecnologias ou processos tecnológicos associados à sua atividade;
- Identificar e potenciar o desenvolvimento de áreas de negócio complementares às atividades da Empresa, visando a otimização de custos de exploração e num quadro de eco-eficiência;
- Assegurar o desenvolvimento de projetos de I&D, devidamente enquadrados nos seus Planos de Atividade, e em estreita colaboração com as outras Empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

O Conselho de Administração, no âmbito dos assuntos de gestão geral, devem assumir a responsabilidade de:

- Assegurar a gestão operacional da Empresa em todas as suas vertentes, garantindo uma articulação eficaz entre as áreas técnica, financeira e administrativa;
- Garantir o bom funcionamento das infraestruturas cumprindo os objetivos de qualidade do serviço e assegurando o cumprimento da legislação;
- Controlar a tesouraria e os meios financeiros necessários à execução do seu Plano de Atividades, nomeadamente os apoios provenientes do Fundo de Coesão e de outros programas comunitários e dos empréstimos bancários, quando existam;
- Garantir junto das entidades financiadoras, com o suporte e apoio do acionista maioritário, os recursos necessários à prossecução dos objetivos definidos no Orçamento e nos Planos de Atividade e de Investimento;
- Assegurar que os seus membros e os colaboradores da Empresa se comportem com isenção, neutralidade, rigor e equidade no relacionamento e colaboração com os Municípios - acionistas e utilizadores -, as entidades públicas e as empresas privadas;
- Adotar as medidas e as ações que possibilitem implementar e cumprir orientações estratégicas e procedimentos uniformizados, em todas as Empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito das relações com os acionistas, o Conselho de Administração deve:

- Colaborar ativamente com os acionistas ou os seus representantes no desempenho das suas funções;
- Garantir a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo acionista;
- Reportar, com a devida oportunidade, todos os aspetos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão e dos respetivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes.
- Informar os acionistas sobre todos os assuntos em análise com o concedente e com o regulador, designadamente:
  - Orçamentos, Planos de Atividade e projetos tarifários;
  - Alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal;
  - Avaliação de infraestruturas;
  - Abertura a novas áreas de negócio complementares.

No âmbito das relações com o Grupo Águas de Portugal os membros do Conselho de Administração devem desenvolver a sua atividade de forma a:

- Garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do Plano de Atividades, Plano de Investimentos, controlo de gestão e informação financeira;

- Garantir a execução dos contratos de gestão corporativa e de prestação de serviços de assistência técnica em todas as suas vertentes, assegurados e operacionalizados através da AdP Serviços Ambientais, S.A., em particular a que respeita a atividades relacionadas com a normalização de práticas e procedimentos;
- Propiciar o desenvolvimento na Empresa da cultura de Grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração entre as estruturas internas da Empresa, com outras Empresas concessionárias de Sistemas Multimunicipais e as estruturas do Grupo AdP.

Não foram fixados objetivos de Gestão para a Simtejo para o ano de 2014.

## 8. Cumprimento das orientações legais

A Simtejo deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Objetivos de Gestão</b>			X		<b>Ver capítulo B.7</b>
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	X			<b>Autorização prévia em A.G. para aumentar endividamento</b>	<b>Assembleias-Gerais de 21 de julho de 2011 e de 19 de julho de 2012</b>
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>		X		<b>84 dias (59 dias no 2º semestre)</b>	
<b>Atrasos nos Pagamentos "Arrears"</b>					
<b>Recomendações do acionista na aprovação de contas</b>			X	<b>Não aplicável</b>	<b>Não existiram</b>
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	X			Não aplicável	-
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	X			ver infra	-
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			ver infra	-
Órgãos sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 28º e 29º da Lei n.º 66-B/2012	X			ver infra	-
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei nº 66-B/2012			X	Não aplicável	-
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 28º e 29º da Lei n.º 66-B/2012	X			ver infra	-
Proibição de valorização remuneratória, nos termos dos arts.º 35.º da Lei n.º 66-B/2012	X			ver infra	-
<b>Artigo 32º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito	X			Não aplicável	-
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			Não aplicável	-
<b>Contratação Pública</b>					
Normas de contratação pública	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			1 contrato	Submetida contratação para aquisição de serviços, recolha transporte e envio para destino final, de lamas de ETAR produzidas na Simtejo; Visto concedido
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>			X	<b>Não aplicável</b>	<b>Ver capítulo A.14</b>
<b>Parque Automóvel</b>	X			<b>Variação nula</b>	<b>Ver capítulo A.14</b>
<b>Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 62º, 63º e 64º da Lei n.º 66-B/2012</b>	X				
Redução de gastos operacionais			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Redução de gastos com comunicações e deslocações			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
<b>Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes</b>					
Nº de efetivos			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Nº de cargos dirigentes			X		
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)</b>			X		<b>A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.</b>
<b>Limites ao endividamento (DL 133/2013)</b>			X		<b>A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.</b>

## Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do seu objeto social, procurando a *holding* criar os meios necessários para fazer face às necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio e prudência da estrutura de financiamento e risco de liquidez numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas participadas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram aplicados junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, mantendo-se os excedentes temporários como caução parcial das linhas de financiamento de curto prazo obtidas. Para este efeito foi solicitada pela AdP SGPS, em nome das empresas do Grupo AdP, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUTE). Esta dispensa parcial foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do Grupo AdP através do Despacho n.º 2671/14 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

### % de cash depositado no IGCP

Por tipo de aplicação	Total	IGCP	Outros
Médio e longo prazo	17,49%	55,29%	-
Curto prazo	82,51%	44,71%	100,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## Objetivos de gestão (Despacho 155/2011, de 28 de abril; DL 133/2013)

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2014.

## Gestão do risco financeiro (Despacho 101/2009-SETF; Despacho 155/2011-MEF, de 28 de abril)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

## Evolução do prazo médio de pagamento RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos

PMP (dias)	2014				2013				Var. (%) 4ºT 2014/ 4ºT 2013
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
Prazo médio de pagamento	53	49	38	40	90	93	84	84	51%

A variação positiva do prazo médio de pagamento, face ao ano anterior, é reflexo de uma melhor situação de tesouraria durante o ano de 2014, situação que adveio do facto de a Empresa ter fechado o ano de 2013 numa situação bastante confortável, com os recebimentos ocorridos no 2º semestre de 2013, nomeadamente dos subsídios do Fundo de Coesão, do cumprimento em 2014 dos pagamentos por parte da maioria dos Municípios, do recebimento das prestações de capital previstas nos acordos de pagamento celebrados com os Municípios, e mais recentemente pela celebração de contrato de cessão de créditos que permitiu à Simtejo receber antecipadamente o valor em dívida do acordo de pagamentos com Lisboa, no valor de 23,6 milhões de euros.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, apresentam-se os pagamentos em atraso à data de 31 de dezembro de 2014 (em Euros):

Dívidas vencidas	Até 90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	904.646	1.627	5.758	19.801	11.832
Aquisição de Capital	47.725	291.890	0	21.399	727.606
<b>Total</b>	<b>952.371</b>	<b>293.517</b>	<b>5.758</b>	<b>41.200</b>	<b>739.438</b>

Com a exceção de alguns casos em que houve a necessidade de estabilizar a relação contratual com empreiteiros, a Simtejo procurou evitar a projeção exterior ao Grupo da pendência de pagamentos por prazos superiores ao adequado.

## Compras, contratação pública e medidas de racionalização de política de provisionamento de bens e serviços

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes e os equipamentos e contentores utilizados pela Unidade de Negócio Resíduos, entre outros. De entre o universo das categorias contratadas destaque para a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições. Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada. Na sua atividade, a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria com benefícios apreciáveis como os que foi possível obter com a realização de um leilão eletrónico para a contratação dos serviços de voz fixa e móvel para o universo do Grupo AdP.

## Medidas de redução de gastos operacionais

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

Considerando a atividade comparável, houve em 2014 uma redução dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação a 2009, 2010 e a 2011, bem como uma estabilização em relação a 2012 e 2013.

## Cumprimento da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e Despacho n.º 2424/13 - SET no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a *holding* a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes

temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela AdP SGPS, a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado, a qual foi concedida através do despacho n.º 2424/13, de 19 de dezembro, da Secretaria de Estado do Tesouro.

## Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores e da análise relativa aos excedentes de tesouraria.

No exercício de 2014 a Empresa, com base no Despacho n.º 2671/14 da Secretária de Estado do Tesouro, de 19 de dezembro de 2014, relativo à exceção do princípio da Unidade de Tesouraria pelo Grupo AdP, anulou a Simtejo desreconhecimento que havia feito em 2013, referente ao proveito com juros vencidos no 2º semestre decorrentes de aplicações de curto prazo na banca comercial.

## Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.

## 9. Factos relevantes após o termo do exercício

Em janeiro de 2015 foi possível proceder à faturação do valor correspondente à prestação de serviços ao município de Sintra desde maio de 2012 até ao fim de 2014, com o montante total de 892 mil euros.

Prevê-se também que, tal como já acontecera com o município de Lisboa, tenha lugar a muito breve prazo o pagamento dos valores respeitantes aos Acordos de Pagamento antes celebrados com os municípios de Loures e Odivelas.

Foram criadas recentemente as condições para celebração de um novo Acordo de Pagamentos com a Câmara Municipal de Lisboa, já aprovado em reunião de Câmara, de que resultará a liquidação de 25 milhões euros de dívida vencida, ficando assim a dívida vencida referida à data do presente relatório reduzida a 90 dias

## 10. Sucursais da Sociedade

Não se aplica à Simtejo.

## 11. Considerações Finais

O Conselho de Administração da Simtejo agradece todos, Concedente, ERSAR, Águas de Portugal e Municípios, a colaboração prestada em 2014, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia-Geral, ao Conselho Fiscal e ao Auditor; e reitera a sua disponibilidade para desenvolver ainda os laços institucionais.

A Simtejo está certa de que dessa colaboração, como o passado tem comprovado, só pode resultar a melhoria contínua dos serviços da Empresa prestados a Clientes e Utentes, bem como a beneficiação progressiva da qualidade ambiental dos meios recetores das águas residuais recolhidas e tratadas.

Reconhecendo o trabalho desenvolvido, a Simtejo quer agradecer aos seus Colaboradores a cooperação e o interesse demonstrados no exercício de 2014, que é extensível à maioria dos prestadores externos.

## 12. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2014, no valor positivo de 6.008.668,41 euros (seis milhões, oito mil, seiscentos e sessenta e oito euros e quarenta e um cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- a) 300.433,42 euros (trezentos mil, quatrocentos e trinta e três euros e quarenta e dois cêntimos) para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.295º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) 2.800.906,47 euros (dois milhões, oitocentos mil, novecentos e seis euros e quarenta e sete cêntimos), para distribuição de Dividendos aos Acionistas, a efetuar de acordo com o definido no contrato de concessão;
- c) 1.303.447,55 euros (um milhão, trezentos e três mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos) para a conta de reservas contratuais, podendo esta ser usada para aumento de capital, cobertura de prejuízos e distribuição de dividendos;
- d) O remanescente, 1.603.880,97 euros (um milhão, seiscentos e três mil, oitocentos e oitenta euros e noventa sete cêntimos), para a conta de resultados transitados.

## 13. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º5 do art.º 447º e do n.º4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Simtejo, S.A. era, em 31 de dezembro de 2014, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte:

		Capital subscrito	Ações detidas
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,50%	19.543.500	3.908.700
Município de Lisboa	23,50%	9.094.500	1.818.900
Município de Loures	11,50%	4.450.500	890.100
Município de Vila Franca de Xira	4,00%	1.548.000	309.600
Município de Amadora	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Mafra	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Odivelas	3,50%	1.354.500	270.900
	<b>100%</b>	<b>38.700.000</b>	<b>7.740.000</b>

Em cumprimento do disposto no n.º4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, na data do encerramento do exercício social, o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.908.700 de ações com o valor nominal de 5 euros (cinco euros), correspondentes a 50,5% do Capital Social da Simtejo, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2014:

- A Sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus Administradores;
- A Sociedade não tem qualquer sucursal.

## 14. Relatório dos Administradores não Executivos

### Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos

#### 1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos Administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2014.

#### 2. Atividade

Nos termos da lei, e das competências que o estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da Empresa e o desempenho dos administradores executivos e da Comissão Executiva.

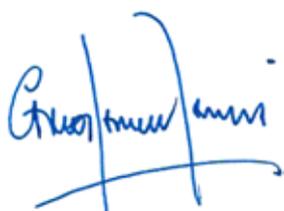
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

#### 3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação dos administradores executivos que integram a Comissão Executiva de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Lisboa, 17 de fevereiro de 2015

#### Os Administradores não executivos



Carlos Manuel Martins  
(Presidente do Conselho de Administração)



José Fernando da Silva Ferreira  
(Vogal do Conselho de Administração)



Ricardo Alexandre da Silva Bastos  
(Vogal do Conselho de Administração)



José Esteves Ferreira  
(Vogal do Conselho de Administração)



# B - Contas do Exercício de 2014





# B - Contas do Exercício de 2014

## Demonstração da Posição Financeira (Balanço)

(unidade: euros)

	Notas	31.12.2014	31.12.2013
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos intangíveis	6	271.225.186	271.001.373
Investimentos financeiros	7	8.859.593	7.864.911
Impostos diferidos ativos	8	29.604.340	29.266.138
Clientes e outros ativos não correntes	10	5.839.204	32.942.997
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>315.528.324</b>	<b>341.075.420</b>
<b>Ativos correntes</b>			
Inventários	9	151.055	107.692
Clientes	10	45.012.008	34.796.875
Estado e outros entes públicos	11	0	86.411
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	0	142.825
Outros ativos correntes	12	2.333.980	3.182.402
Caixa e seus equivalentes	13	19.151.687	2.022.265
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>66.648.730</b>	<b>40.338.469</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>382.177.054</b>	<b>381.413.889</b>
<b>Capital próprio dos acionistas majoritários</b>			
Capital social	14	38.700.000	38.700.000
Reservas e outros ajustamentos	14	14.601.815	13.898.612
Resultados transitados	14	10.692.053	9.988.850
Resultado líquido do exercício	14	6.008.668	5.236.957
<b>Total do capital próprio</b>		<b>70.002.536</b>	<b>67.824.419</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	15	120.000	120.000
Responsabilidades com pensões			
Empréstimos	16	151.336.275	152.868.485
Fornecedores e outros passivos não correntes		0	0
Impostos diferidos passivos	8	13.476.021	15.360.865
Acréscimos de custos do investimento contratual	17	75.708.513	68.019.809
Subsídios ao investimento	18	60.940.062	62.959.101
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>301.580.871</b>	<b>299.328.261</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Empréstimos	16	2.024.271	6.846.303
Fornecedores	19	4.484.993	3.457.667
Outros passivos correntes	20	2.473.175	2.777.999
Imposto sobre o rendimento do exercício	21	617.079	0
Estado e outros entes públicos	11	994.129	1.179.241
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>10.593.647</b>	<b>14.261.209</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>312.174.518</b>	<b>313.589.470</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>382.177.054</b>	<b>381.413.889</b>

## Demonstração dos Resultados por Natureza

(unidade: euros)

	Notas	31.12.2014	31.12.2013
Vendas	22	31.977	36.495
Prestações de serviços	22	50.422.202	49.201.246
Volume de negócios		50.454.179	49.237.741
Custo das vendas/variação dos inventários	23	(1.918.498)	(1.940.411)
<b>Margem bruta</b>		<b>48.535.681</b>	<b>47.297.330</b>
Fornecimentos e serviços externos	24	(14.312.586)	(13.491.891)
Gastos com pessoal	25	(5.711.539)	(6.389.728)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	26	(18.483.105)	(18.254.520)
Provisões e reversões do exercício	27	0	53.600
Perdas por imparidade e reversões	28	(1.339)	2.399
Subsídios ao investimento	18	2.037.585	1.597.051
Subsídios à Exploração	29	114.281	144.077
Outros gastos e perdas operacionais	30	(408.511)	(542.901)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	31	66.569	247.211
<b>Resultados operacionais</b>		<b>11.837.037</b>	<b>10.662.629</b>
Gastos financeiros	32	(5.777.281)	(5.981.768)
Rendimentos financeiros	33	4.097.258	3.512.027
Ganhos/Perdas de investimentos financeiros			
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(1.680.023)</b>	<b>(2.469.741)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>10.157.015</b>	<b>8.192.888</b>
Imposto do exercício	22	(6.371.393)	(5.687.512)
Imposto diferido	8 e 22	2.223.047	2.731.581
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>6.008.668</b>	<b>5.236.957</b>
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>6.008.668</b>	<b>5.236.957</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	<b>14</b>	<b>0,78</b>	<b>0,68</b>
<b>Resultado integral por ação (básico e diluído)</b>	<b>14</b>	<b>0,78</b>	<b>0,68</b>

## Demonstração das Variações do Capital Próprio

(unidade: euros)

	Capital social	Reserva legal	Resultados contratual	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2013	38.700.000	2.533.063	11.365.548	9.988.850	5.236.957	67.824.419
Aplicação do resultado líquido do exercício 2013	-	261.848	441.355	703.203	(1.406.406)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(3.830.552)	(3.830.552)
Constituição de reserva contratual	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	6.008.668	6.008.668
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2014</b>	<b>38.700.000</b>	<b>2.794.911</b>	<b>11.806.904</b>	<b>10.692.053</b>	<b>6.008.668</b>	<b>70.002.536</b>

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

(unidade: euros)

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	75.465.048	54.812.995
Pagamentos a fornecedores	(21.127.587)	(23.504.855)
Pagamentos ao pessoal	(3.260.000)	(4.219.963)
Pagamento/Recebimento do IRC	(7.094.257)	(6.235.494)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(1.456.127)	409.468
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>42.527.077</b>	<b>21.262.152</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Recebimentos de subsídios de investimento	0	26.038.189
Recebimentos de juros e rendimentos similares	359.663	371.202
Pagamentos de investimentos financeiros	(994.682)	(975.479)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	-	-
Pagamentos de ativos intangíveis	(8.952.973)	(16.947.622)
	<b>(9.587.993)</b>	<b>8.486.290</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos de empréstimos obtidos	4.450.000	94.923
Outros recebimentos de atividades de financiamento	30.796	1.006.332
Pagamentos de empréstimos obtidos	(10.081.270)	(23.157.971)
Pagamentos de juros e gastos similares	(6.341.617)	(11.356.643)
Pagamentos de dividendos	(3.867.539)	(5.486.622)
	<b>(15.809.629)</b>	<b>(38.899.981)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>17.129.455</b>	<b>(9.151.539)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.022.231	11.173.771
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19.151.687	2.022.231
	<b>17.129.455</b>	<b>(9.151.539)</b>

## Decomposição de caixa e seus equivalentes

(unidade: euros)

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Caixa	4.158	4.764
Depósitos à ordem	2.147.529	517.500
Depósitos a prazo	17.000.000	-
	<b>19.151.687</b>	<b>2.022.265</b>
Descobertos bancários	0	(33)
	<b>19.151.687</b>	<b>2.022.231</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## 1. Atividade económica da Simtejo, S.A.

### 1.1. Introdução

A Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. (adiante designada também por Simtejo ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 10 de novembro de 2001, tendo a sua sede social na ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta, em Lisboa. A Empresa tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão.

### 1.2. Atividade

A Simtejo foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e a sua estrutura acionista é composta pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e pelos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos, "...a exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão para recolha, tratamento, rejeição de efluentes dos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira."

A concessão da exploração e gestão do Sistema à Simtejo foi efetuada através de um contrato celebrado com o Estado Português em 3 de dezembro de 2001, e por um período de 30 anos, que tem por objeto os seguintes pressupostos:

- Concessão e construção de todos os órgãos necessários à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais, incluindo a instalação de condutas e a concessão e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- A aquisição, manutenção e renovação de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes que o sistema deva receber;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados e dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Em setembro de 2009 foi assinado pelo Concedente o Aditamento ao Contrato de Concessão, instrumento fundamental para garantir a viabilidade económica e financeira da Empresa, tendo como principal alteração a prorrogação do prazo por mais 13 anos, totalizando deste modo um período de 43 anos.

### 1.3 Acionistas

São acionistas da Empresa a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (50,5% do capital social), o município de Lisboa (23,5%), o município de Loures (11,5%), o município de Vila Franca de Xira (4%), o município de Amadora (3,5%), o município de Mafra (3,5%) e o município de Odivelas (3,5%).

### 1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade no dia 18 de fevereiro de 2015.

## 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

### 2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Simtejo foram preparadas segundo a convenção do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas

estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

## 2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

- **Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 1 de janeiro de 2014:**

- **Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)**

O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação - Entidades com finalidade especial. Um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente: **(a)** poder sobre a investida; **(b)** exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e **(c)** a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 requerem que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores.

A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, foi também emitida uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28. A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas. Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais. O objetivo desta Norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem: **(a)** a natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e **(b)** os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Para isso, uma entidade deve divulgar: **(a)** os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e **(b)** informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade. Para efeitos desta Norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade. Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de ações ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

- **Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)**

O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

- **Emenda IAS 39 Instrumentos financeiros derivados**

A emenda cobre as novações: que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes; que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado para além das alterações diretamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação. Todas as

condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta exceção. A emenda cobre novações efetuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários. Para as novações que não cumpram os critérios da exceção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

- **Emenda à IAS 32 – Instrumentos financeiros derivados (divulgações)**

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos. O parágrafo 42 **a)** da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros. O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

- **Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)**

A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.

- **Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)**

As principais alterações envolvem: **(i)** a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; **(ii)** introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o *goodwill*) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; **(iii)** introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; **(iv)** remoção do termo “material”, por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo *goodwill*) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão “material” de imparidade tenha sido incorrida durante o período.

- **Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)**

O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

- **Alterações à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)**

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

- **Alterações à IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures**

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

- **Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2015:**

- **Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho)**

Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: **a)** saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e **b)** coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

- **IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados**

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

- **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012**

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 2 Pagamentos com base em Ações**

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

- IFRS 3 Combinações de Negócios**

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

- IFRS 8 Segmentos Operacionais**

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmentos. A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

- IFRS 13 Mensuração ao Justo valor**

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

### **IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis**

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

### **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas**

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

### **• Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013**

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

#### **IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro**

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

#### **IFRS 3 Combinações de Negócios**

Actualiza a exceção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos” clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

#### **IFRS 13 Mensuração ao Justo valor**

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao portfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

#### **IAS 40 Propriedades de Investimento**

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

**- Novas normas, interpretações e alterações, ainda não endossadas pela União Europeia, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2015:**

- IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de julho de 2014)
- IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de setembro de 2014)
- IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014)
- IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas (Emendas emitidas em 6 de maio de 2014)
- IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (Emenda emitida em 12 de agosto 2014)
- IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (emitida em 30 de janeiro de 2014)
- IFRS 15 Rébito de contratos com clientes (emitida em 28 de maio de 2014)
- IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014)

- IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola (Emendas emitidas em 30 de junho de 2014)
- IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de maio de 2014)
- Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de setembro de 2014)
  - IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas
  - IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações
  - IAS 19 - Benefícios de Empregados
  - IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar

## 2.2 Conversão cambial

### 2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Simtejo estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Simtejo e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### 2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Simtejo de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

### 2.2.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	31.12.2014		31.12.2013	
		médio	final	médio	final
Franco Suíço	CHF	0,8240	0,8300	0,8180	0,8157
Coroa Norueguesa	NOK	0,1177	0,1100	0,1254	0,1186

## 2.3 Atividade regulada - reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

### 2.3.1 Introdução

A Simtejo, enquanto empresa gestora de SMM (sistemas multimunicipais) atua no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR – Decreto Lei n.º 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto Lei n.º 151/2002, de 23 de maio, e Decreto Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Simtejo, S.A., com atividade regulada, adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras determinam que a Empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se:

- (i) um órgão credenciado (como o Regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e
- (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) for determinado de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Simtejo, S.A. é regulada, no sentido em que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador - ERSAR, Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador; (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

### 2.3.2 Acréscimos de custos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica gastos de depreciação e de amortização e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

## 2.4 Atividade concessionada - IFRIC 12

### 2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Simtejo presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária)

porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

## 2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Simtejo assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Simtejo como concessionária de sistema multimunicipal classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis - Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

## 2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Ano	Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total de caudais do contrato de concessão (m <sup>3</sup> )	Total do investimento da concessão revisto	Número de anos da concessão	Total de caudais revisto (m <sup>3</sup> )	Taxa média de amortização do ano
<b>2014</b>	<b>494.925.839</b>	<b>30</b>	<b>3.111.702</b>	<b>705.894.976</b>	<b>43</b>	<b>4.057.318.900</b>	<b>3,24%</b>

#### 2.4.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros - valor a receber.

#### 2.4.5 Rédito - serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 - contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 - contratos de construção. A Simtejo na fase de construção das infraestruturas atua como um "agente"/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Simtejo, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo Regulador.

#### 2.4.6 Prazo da concessão e indexante

	Tipo	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

### 2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis, são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	4,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Simtejo. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e alvo de aplicação prospectiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contábilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

## 2.6 Ativos intangíveis

### 2.6.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.2.

### 2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

## 2.7 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: **(i)** expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou **(ii)** o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

### 2.7.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Simtejo são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação - trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Simtejo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i)** empréstimos e contas a receber; **ii)** investimentos detidos até à maturidade; **iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

#### 2.7.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Simtejo não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de seis meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

#### **2.7.1.2 Investimentos detidos até à maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Simtejo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### **2.7.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados**

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

### **2.7.2 Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

#### **2.7.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados**

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

#### **2.7.2.2 Empréstimos bancários**

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Simtejo, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

#### **2.7.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor; e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## **2.8 Clientes e outras contas a receber**

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Simtejo no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

## 2.9 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

## 2.10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

## 2.11 Imparidade

### 2.11.1 Imparidade de ativos financeiros

É analisado a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um Grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

#### Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Simtejo não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iii)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

### 2.11.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Simtejo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para *Goodwill* e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados anualmente para o regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Simtejo. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (dois a três anos) a Simtejo efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

#### Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

## Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 2.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.13 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

## 2.14 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Simtejo cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

## 2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Simtejo divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

## 2.16 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.5 a Simtejo apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação da tarifa aprovada pelo concedente e escrutinadas pelo Regulador. O rédito é reconhecido como segue:

## 2.18 Prestação de serviços

### Atividade regulada - Serviços em “alta” - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em valores mínimos garantidos.

### Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do serviço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

### 2.18.1 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Simtejo reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash-flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

## 2.19 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

## 2.20 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

## 2.21 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

# 3. Políticas de gestão do risco financeiro

## 3.1 Fatores de risco

As atividades da Simtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de

Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

## 3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Simtejo está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (saneamento). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país no último ano, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 10 - clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: **i)** o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; **ii)** o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e **iii)** a condição financeira do cliente.

O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns Municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Simtejo e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, e o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Simtejo continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Simtejo ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2014, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

<b>Ativos financeiros bancários</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Depósitos à ordem	2.147.529	517.500
Depósitos a prazo	17.000.000	1.500.000
Fundo de reconstituição do capital	8.859.593	7.864.911
	<b>28.007.122</b>	<b>9.882.411</b>
<b>Rating</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
A2 (Moody's)	-	87.647
B1 (Moody's)	-	5.535
Ba1 (Moody's)	8.861.238	11.989
Ba3 (Moody's)	93.711	9.777.240
Baa1 (Moody's)	11.820	-
Baa3 (Moody's)	14.586	-
B2 (Moody's)	19.025.767	-
	<b>28.007.122</b>	<b>9.882.411</b>

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2015.

<b>Banco</b>	<b>Rating</b>	<b>31.12.2014</b>
Novo Banco	B2	2.588.572
BPI	Ba3	93.711
BST	Baa1	11.820
CGD	Baa3	14.586
MG	B2	16.437.195
IGCP	Ba1	8.861.238
		<b>28.007.122</b>

### 3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Simtejo pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Simtejo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a Simtejo atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a Simtejo procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacte financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Simtejo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	2.024.271	16.596.532	134.739.743
Fornecedores e outros passivos	6.958.168	-	-

### 3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Simtejo advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Simtejo ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Simtejo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

#### Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

		31.12.2014	31.12.2013
Juros suportados	Real	5.152.404	4.237.981
Juros suportados	tx média +1%	6.721.090	5.897.059
Juros suportados	tx média -1%	3.583.718	2.578.904

### 3.5 Risco de capital

O objetivo da Simtejo em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Simtejo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos não correntes	151.336.275	152.868.485
Empréstimos correntes	2.024.271	6.846.303
Disponibilidades	-19.151.687	-2.022.265
<b>Dívida</b>	<b>134.208.860</b>	<b>157.692.523</b>
Subsídios ao investimento	60.940.062	62.959.101
Total do capital próprio	70.002.536	67.824.419
<b>Capital</b>	<b>130.942.598</b>	<b>130.783.520</b>
<b>Dívida/ total do capital</b>	<b>1,02</b>	<b>1,21</b>

O modelo de financiamento da Simtejo assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

### 3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos setores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o setor integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

## 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Simtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.1 Provisões

A Simtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Simtejo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

### 4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Simtejo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Simtejo. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Simtejo os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Simtejo, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros. À data de emissão das demonstrações financeiras da Simtejo não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se

por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Simtejo.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a <b>31.12.2014</b>
Ativos intangíveis	-	-	-	271.225.186	<b>271.225.186</b>
Investimentos financeiros	8.859.593	-	8.859.593	-	<b>8.859.593</b>
Impostos diferidos ativos	-	-	-	29.604.340	<b>29.604.340</b>
Inventários	-	-	-	151.055	<b>151.055</b>
Clientes	50.851.213	-	50.851.213	-	<b>50.851.213</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	0	<b>0</b>
Estado e outros entes públicos	0	-	0	-	<b>0</b>
Outros ativos correntes	2.333.980	-	2.333.980	-	<b>2.333.980</b>
Caixa e seus equivalentes	19.151.687	-	19.151.687	-	<b>19.151.687</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>81.196.472</b>	<b>-</b>	<b>81.196.472</b>	<b>300.980.582</b>	<b>382.177.054</b>
Provisões	-	-	-	120.000	<b>120.000</b>
Responsabilidades com pensões	-	-	-	-	<b>-</b>
Empréstimos não correntes	-	151.336.275	151.336.275	-	<b>151.336.275</b>
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	-	-	-	<b>-</b>
Impostos diferidos passivos	-	-	-	13.476.021	<b>13.476.021</b>
Acréscimos custos inv. contratual	-	-	-	75.708.513	<b>75.708.513</b>
Subsídios ao investimento	-	-	-	60.940.062	<b>60.940.062</b>
Empréstimos correntes	-	2.024.271	2.024.271	-	<b>2.024.271</b>
Fornecedores	-	4.484.993	4.484.993	-	<b>4.484.993</b>
Outros passivos correntes	-	2.473.175	2.473.175	-	<b>-</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	<b>617.079</b>
Estado e outros entes públicos	-	-	-	994.129	<b>994.129</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>160.318.714</b>	<b>160.318.714</b>	<b>151.855.804</b>	<b>312.174.518</b>

## 6. Ativos intangíveis

	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013
Despesas de desenvolvimento	<b>51.008</b>	-
Propriedade industrial e outros direitos	<b>152.486</b>	161.283
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	<b>257.995.327</b>	259.558.721
Ativos em curso	<b>13.026.365</b>	11.228.656
	<b>271.225.186</b>	<b>271.001.373</b>

## 6.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2013	Aumentos	Abates	ajustam.	Transfer	31.12.2014
Despesas de desenvolvimento	1.033.219	-	-	-	0	1.033.219
Propr. industrial e outros direitos	577.472	-	-	-	-	577.472
DUI	336.039.268	367.453	-	-	8.853.051	345.259.772
Ativos Intangíveis em Curso	11.228.656	10.650.761	-	-	(8.853.051)	13.026.365
	<b>348.878.615</b>	<b>11.018.213</b>	-	-	-	<b>359.896.828</b>

Amortizações acumuladas	31.12.2013	Aumentos	Abates	Ajustam.	Transfer	31.12.2014
Despesas de desenvolvimento	(980.505)	(1.706)	-	-	-	(982.211)
Propr. industrial e outros direitos	(416.189)	(8.797)	-	-	-	(424.986)
DUI	(76.480.547)	(8.570.298)	-	-	(2.213.600)	(87.264.445)
	<b>(77.877.241)</b>	<b>(8.580.801)</b>	-	-	<b>(2.213.600)</b>	<b>(88.671.642)</b>
Valor líquido	<b>271.001.373</b>	<b>2.437.413</b>	-	-	<b>(2.213.600)</b>	<b>271.225.186</b>

O investimento realizado pela Simtejo no exercício de 2014 ascendeu a 11 milhões de euros, e está essencialmente relacionado com as seguintes infraestruturas:

- Foz do Lizandro - fase I
- Cais do Sodré-Alcântara
- Caneiro - fase II
- Caneiro Amadora
- Alcântara Vertente C
- Praça do Império

Durante o ano de 2014 foram transferidos de ativos intangíveis em curso para firme 9 milhões de euros, sendo os principais projetos os seguintes:

- Foz do Lizandro - fase I
- Caneiro - fase II
- Alcântara Vertente C
- Beneficiação da ETAR de Frielas
- Praça do Império

De acordo com o estipulado no contrato de concessão e com as regras regulatórias foram transferidos 2.213.600 euros de acréscimos de custos do investimento contratual relativos às infraestruturas transferidas para DUI (ver notas 2.3.2 e 17).

## 6.2 DUI - movimentos do período

	31.12.2014	31.12.2013
<b>DUI Líquido (saldo inicial)</b>	<b>259.558.721</b>	<b>265.421.883</b>
Adições	9.220.504	2.994.641
Abates	-	-
Alienações	-	-
Amortizações do exercício	-8.570.298	-8.173.679
Reversões de amortizações e ajustam.	-	0
Transferências/ajustamentos	-2.213.600	-684.123
Perdas por imparidade	-	-
<b>DUI Líquido (saldo final)</b>	<b>257.995.327</b>	<b>259.558.721</b>

## 7. Investimentos financeiros

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Fundo de reconstituição de capital social	<b>8.859.593</b>	7.864.911
Investimento financeiro	-	-
	<b>8.859.593</b>	<b>7.864.911</b>

De acordo com a cláusula 18.<sup>a</sup> do Contrato de Concessão, a Simtejo está obrigada a entregar em cada ano, a instituição autorizada, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um Fundo de Reconstituição do Capital Social. Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital social investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano deduzidos aos gastos e encargos, pelo que a Simtejo poderá, a todo o tempo, utilizá-los.

O valor da dotação do ano de 2014 - 994.682 euros - resulta da anuidade do capital social subscrito e integralmente realizado, no valor total de 38,7 milhões de euros.

## 8. Impostos diferidos

	<b>31.12.2013</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Efeito taxa</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>31.12.2014</b>
Reversão dos custos plurianuais	0	33.130	33.130	-		(33.130)	<b>0</b>
Investimento contratual	94.401.689	(122.213)	94.279.477	-	9.902.304	(762.356)	<b>103.419.425</b>
Diferença amortizações	5.329.591	650.381	5.979.972	-	265.881	(478.420)	<b>5.767.434</b>
Diferença subsídios	2.920.904	11.445	2.932.349	-	-	(446.857)	<b>2.485.492</b>
	102.652.185	572.743	103.224.928	-	10.168.186	(1.720.762)	<b>111.672.351</b>
<b>Imposto diferido ativo</b>	<b>29.266.138</b>	<b>163.289</b>	<b>29.429.427</b>	<b>(2.064.499)</b>	<b>2.695.586</b>	<b>(456.174)</b>	<b>29.604.340</b>

	<b>31.12.2013</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Efeito taxa</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>31.12.2014</b>
Rec. custo amortizado dos financiamentos	0	147.622	147.622	-	-	(147.622)	<b>0</b>
Reversão do Subsídio AdP	0	39.240	39.240	-	-	(39.240)	<b>0</b>
Investimento contratual	48.529.172		48.529.172	-	-	(1.565.457)	<b>46.963.714</b>
Diferença amortizações	1.419.535	78.046	1.497.581	-	-	(1.497.581)	<b>0</b>
Diferença subsídios	3.930.162	83.203	4.013.365	-	-	(143.353)	<b>3.870.011</b>
	53.878.869	348.111	54.226.979	-	-	(3.393.254)	<b>50.833.726</b>
<b>Imposto diferido passivo</b>	<b>15.360.865</b>	<b>99.246</b>	<b>15.460.112</b>	<b>(1.084.540)</b>	<b>-</b>	<b>(899.552)</b>	<b>13.476.021</b>

A taxa utilizada no apuramento do imposto diferido foi de 28,51% em 2013 e 26,51% em 2014.

### Impostos diferidos ativos

A Simtejo procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes dos acréscimos de custos para investimentos contratuais. De acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos são reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

## Impostos diferidos passivos

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para a Simtejo o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que a Empresa tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, devendo a Simtejo aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (Exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos cinco exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os cinco exercícios.

Ver nota 22.4 – Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão.

## 9. Inventários

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Matérias-primas e subsidiárias	<b>151.055</b>	107.692
	<b>151.055</b>	<b>107.692</b>

## 10. Clientes

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>Clientes - não corrente</b>		
Município de Lisboa	-	23.632.924
Município de Loures	<b>4.184.723</b>	6.554.524
Município de Odivelas	<b>1.654.482</b>	2.755.549
<b>Total não corrente</b>	<b>5.839.204</b>	<b>32.942.997</b>
<b>Clientes - corrente</b>		
Município de Lisboa	<b>32.063.243</b>	21.201.794
Município de Loures	<b>6.082.259</b>	6.465.184
Município de Odivelas	<b>3.824.615</b>	5.279.076
Município de V.F. Xira	<b>717.532</b>	359.926
Município de Mafra	<b>838.829</b>	823.207
Município de Amadora	<b>446.261</b>	443.968
SMAS Oeiras	<b>95.806</b>	190.788
	<b>44.068.546</b>	<b>34.763.944</b>
<b>Clientes municipais - total</b>	<b>49.907.750</b>	<b>67.706.941</b>
Outros	<b>51.396</b>	32.931
<b>Total corrente</b>	<b>44.119.942</b>	<b>34.796.875</b>
<b>Devedores p/ Acréscimos de rendimentos</b>	<b>892.066</b>	
<b>Total corrente e não corrente</b>	<b>50.851.213</b>	<b>67.739.873</b>

Face ao exercício anterior, o saldo de clientes apresenta uma diminuição de 25%. Esta variação positiva deve-se à redução da dívida do Município de Lisboa, parte dela classificada como dívida não corrente, pelo recebimento antecipado do valor em dívida do Acordo de Pagamentos celebrado em maio de 2013, e cujo plano de pagamento se previa por 4,5 anos com pagamento de prestações semestrais.

No respeitante ainda à dívida de clientes, destacam-se também as seguintes variações:

- Faturas em atraso do município de Lisboa, de dezembro de 2013 a dezembro de 2014. Embora o Município tenha cumprido com os pagamentos relativos ao acordo estabelecido com a Empresa, não liquidou a dívida respeitante à faturação corrente desses meses;
- A recuperação de 27,5% dívida do município de Odivelas, que durante o ano de 2013 atrasou a liquidação da sua dívida por razões decorrentes da articulação com os SMAS de Loures.
- O valor registado em Devedores por Acréscimo de Rendimentos, no montante de 892.066 euros, respeita ao reconhecimento no exercício de 2014 dos rendimentos respeitantes à faturação ao Município de Sintra, não só do próprio ano, como também dos respeitantes a 2013 e a parte de 2012. O contrato de recolha com o Município foi assinado contudo, no fim de 2014 aguardava-se ainda o visto do Tribunal de Contas e a comunicação de Sintra à Simtejo de autorização para emissão da faturação.

### 10.1 Clientes - Municípios

Valores respeitantes à dívida vencida e não vencida:

<b>Clientes municipais</b>	<b>Serviço</b>	<b>TRH</b>	<b>Juros de mora</b>	<b>Acordos</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Município de Lisboa	29.725.438	268.081	2.069.724	-	<b>32.063.243</b>	44.834.718
Município de Loures	3.277.199	42.850	183.664	6.763.269	<b>10.266.982</b>	13.019.708
Município de Odivelas	2.313.171	9.421	426.442	2.730.063	<b>5.479.097</b>	8.034.625
Município de Vila Franca de Xira	707.452	10.081	-	-	<b>717.532</b>	359.926
Município de Mafra	816.759	10.504	11.566	-	<b>838.829</b>	823.207
Município de Amadora	440.515	5.746	-	-	<b>446.261</b>	443.968
SMAS Oeiras	94.325	1.481	-	-	<b>95.806</b>	190.788
	<b>37.374.860</b>	<b>348.163</b>	<b>2.691.396</b>	<b>9.493.331</b>	<b>49.907.750</b>	<b>67.706.941</b>

No final de 2014 a Simtejo tinha acordos de pagamentos com os municípios de Loures e Odivelas que preveem o pagamento dos valores em dívida em 4,5 anos.

A Simtejo debita juros de mora para os saldos em dívida para além do prazo de pagamento definido contratualmente (60 dias), com base na taxa da dívida comercial.

## 10.2 Clientes - Municípios - total da dívida (corrente e não corrente)

Clientes municipais	Corrente			Não corrente	
	serv/trh/jur	Acordos	Total	Acordos	Total
Município de Lisboa	32.063.243	0	<b>32.063.243</b>	0	<b>32.063.243</b>
Município de Loures	3.503.713	2.578.546	<b>6.082.259</b>	4.184.723	<b>10.266.982</b>
Município de Odivelas	2.749.034	1.075.581	<b>3.824.615</b>	1.654.482	<b>5.479.097</b>
Município de Vila Franca de Xira	717.532	-	<b>717.532</b>	-	<b>717.532</b>
Município de Mafra	838.829	-	<b>838.829</b>	-	<b>838.829</b>
Município de Amadora	446.261	-	<b>446.261</b>	-	<b>446.261</b>
SMAS Oeiras	95.806	-	<b>95.806</b>	-	<b>95.806</b>
	<b>40.414.419</b>	<b>3.654.127</b>	<b>44.068.546</b>	<b>5.839.204</b>	<b>49.907.750</b>

## 10.3 Clientes - Municípios - total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Clientes municipais	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total 2014	Total 2013
Município de Lisboa	-	-	26.935.238	27.297.587	4.765.656	<b>32.063.243</b>	44.834.718
Município de Loures	-	-	2.125.853	2.125.853	8.141.129	<b>10.266.982</b>	13.019.708
Município de Odivelas	-	-	1.827.921	1.873.268	3.605.829	<b>5.479.097</b>	8.034.625
Município de Vila Franca de Xira	-	-	-	-	717.532	<b>717.532</b>	359.926
Município de Mafra	-	-	503.835	503.835	334.993	<b>838.829</b>	823.207
Município de Amadora	-	-	-	-	446.261	<b>446.261</b>	443.968
SMAS Oeiras	-	-	-	-	95.806	<b>95.806</b>	190.788
	-	-	<b>31.392.848</b>	<b>31.800.544</b>	<b>18.107.206</b>	<b>49.907.750</b>	<b>67.706.941</b>

Em termos de antiguidade da dívida, e pela razões já expostas, destacava-se o aumento da dívida do município de Lisboa e, contrariamente, a diminuição da dívida do município de Odivelas.

## II. Estado e outros entes públicos

	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013
IVA a receber	0	86.411
Outros	0	0
<b>EOEP ativos</b>	<b>0</b>	<b>86.411</b>
IVA a pagar	99.536	0
Retenções - IRS	75.136	107.047
Retenções - Segurança social	125.395	118.756
Retenções - Outros	0	0
Outras Tributações - TRH	694.062	953.438
<b>EOEP passivos</b>	<b>994.129</b>	<b>1.179.241</b>
	<b>(994.129)</b>	<b>(1.092.830)</b>

## 12. Outros ativos correntes

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Fundo de coesão a receber	1.281.572	1.277.002
Adiantamentos a fornecedores	288.768	33.389
Outros devedores	172.578	205.456
Acréscimos de rendimentos	371.378	1.483.617
Gastos a reconhecer	219.684	182.938
	<b>2.333.980</b>	<b>3.182.402</b>

No que respeita aos valores a receber junto do Fundo de Coesão, estes resultam de investimento realizado totalmente concluído e cujo saldo final se espera receber subsequentemente.

O aumento valor de adiantamentos a fornecedores, comparativamente com o exercício anterior, deve-se essencialmente a adiantamentos de imobilizado em curso.

Na rubrica de acréscimos de rendimentos, a variação é explicada pelo facto de apenas estarem reconhecidos os de juros a faturar no âmbito do acordo estabelecido entre a Simtejo e o município de Odivelas, na medida em que o acordo existente com o Município de Lisboa foi objeto de Cessão de Créditos.

## 13. Caixa e bancos

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Caixa	4.158	4.764
Depósitos à ordem	2.147.529	517.500
Depósitos a prazo	17.000.000	-
	<b>19.151.687</b>	<b>2.022.265</b>

## 14. Capital

		Capital subscrito <b>31.12.2014</b>	Capital realizado <b>31.12.2014</b>	Capital subscrito 31.12.2013	Capital realizado 31.12.2013
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,5%	19.543.500	19.543.500	19.543.500	19.543.500
Município de Lisboa	23,5%	9.094.500	9.094.500	9.094.500	9.094.500
Município de Loures	11,5%	4.450.500	4.450.500	4.450.500	4.450.500
Município de Vila Franca de Xira	4,0%	1.548.000	1.548.000	1.548.000	1.548.000
Município de Amadora	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Mafra	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Odivelas	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
	100%	38.700.000	38.700.000	38.700.000	38.700.000

### 14.1 Resultado por ação

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Resultado líquido	6.008.668	5.236.957
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	7.740.000	7.740.000
<b>Resultado por ação</b>	<b>0,78</b>	<b>0,68</b>

## 14.2 Movimentos do período

	31.12.2013	Afetação do resultado líquido	Constit. de reservas	Dividendos	Resultado líquido	<b>31.12.2014</b>
Reservas e outros ajustamentos	13.898.612		703.203			<b>14.601.815</b>
Resultados transitados	9.988.850	703.203				<b>10.692.053</b>
Resultado líquido do exercício	5.236.957	(1.406.406)		(3.830.552)	6.008.668	<b>6.008.668</b>
	<b>29.124.419</b>	<b>(703.203)</b>	<b>703.203</b>	<b>(3.830.552)</b>	<b>6.008.668</b>	<b>31.302.536</b>

## 15. Provisões

	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013
Provisões para processos judiciais	120.000	120.000
	<b>120.000</b>	<b>120.000</b>

A Empresa mantém a provisão referente à Injunção intentada pela Massa Insolvente da Hidrocontrato.

## 15.1 Movimentos do período

	31.12.2013	Aumentos	Reversões	<b>31.12.2014</b>
Provisões para processos judiciais	120.000	0	0	<b>120.000</b>
	<b>120.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>120.000</b>

## 16. Empréstimos

	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013
Empréstimos bancários BEI	<b>151.336.275</b>	152.868.485
Empréstimos - AdP SGPS	-	0
<b>Não correntes</b>	<b>151.336.275</b>	<b>152.868.485</b>
Descobertos bancários	-	5.631.303
Empréstimos bancários BEI	<b>2.024.271</b>	1.215.000
<b>Correntes</b>	<b>2.024.271</b>	<b>6.846.303</b>
<b>Total de empréstimos</b>	<b>153.360.546</b>	<b>159.714.788</b>

Durante o ano de 2014, a Empresa procedeu à amortização no valor de 1.215 mil euros do capital previsto referente ao empréstimo BEI, assim como à amortização da totalidade dos empréstimos de curto prazo contraídos junto da banca comercial.

## 16.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013
Até 1 ano	<b>2.024.271</b>	6.846.303
De 1 a 2 anos	<b>3.725.390</b>	2.024.271
De 2 a 3 anos	<b>3.940.248</b>	3.725.390
De 3 a 4 anos	<b>4.089.289</b>	3.940.248
De 4 a 5 anos	<b>4.841.605</b>	4.089.289
Superior a 5 anos	<b>134.739.743</b>	139.089.287
	<b>153.360.546</b>	<b>159.714.788</b>

## 16.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Taxa de juro variável	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 ano	-	6.598.803
De 1 a 2 anos	-	967.500
De 2 a 3 anos	-	1.397.500
Superior a 3 anos	-	144.576.076
	-	<b>153.539.879</b>

Taxa de juro fixa	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 ano	2.024.271	-
De 1 a 2 anos	3.725.390	1.056.771
De 2 a 3 anos	3.940.248	2.327.890
Superior a 3 anos	143.670.637	2.542.748
	153.360.546	<b>6.174.909</b>
	153.360.546	<b>159.714.788</b>

## 16.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

	31.12.2014	31.12.2013
Expira num ano (taxa variável)	8.500.000	12.368.730
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	-	-
	8.500.000	<b>12.368.730</b>

## 16.4 Justo valor dos financiamentos

	Valor contabilist. 31.12.2014	Valor contabilist. 31.12.2013	Justo valor 31.12.2014	Justo valor 31.12.2013
Empréstimos bancários BEI	151.336.275	152.868.485	99.729.720	73.752.077
Empréstimos - Empresa-mãe	-	-	-	-
<b>Não correntes</b>	<b>151.336.275</b>	<b>152.868.485</b>	<b>99.729.720</b>	<b>73.752.077</b>

As taxas de juros utilizadas para o apuramento do justo valor foram de 6,32% para o ano de 2013 e de 3,84% para o ano de 2014.

## 17. Acréscimos de custos de investimento contratual

	31.12.2014	31.12.2013
Acréscimos de custos de investimento contratual	75.708.513	68.019.809
	75.708.513	<b>68.019.809</b>

## 17.1 Movimentos do período

	31.12.2014	31.12.2013
Saldo inicial	68.019.809	58.649.705
Dotação do exercício	9.902.304	10.054.228
Transferência para direito de utilização de infraestruturas <sup>(a)</sup>	(2.213.600)	(684.123)
<b>Saldo final</b>	<b>75.708.513</b>	<b>68.019.809</b>

<sup>(a)</sup> Ver nota 6.1.

## 18. Subsídios ao investimento

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Fundo de Coesão	60.089.327	62.094.268
Outros subsídios	850.735	864.833
	<b>60.940.062</b>	<b>62.959.101</b>

### 18.1 Movimentos do período

	<b>31.12.2013</b>	<b>Resultados</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Regularizações</b>	<b>31.12.2014</b>
Fundo de Coesão	62.094.268	(2.009.511)	-	4.570	60.089.327
Outros subsídios	864.833	(28.074)	-	13.976	850.735
	<b>62.959.101</b>	<b>(2.037.585)</b>	-	<b>18.546</b>	<b>60.940.062</b>

## 19. Fornecedores correntes

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Fornecedores de investimentos	2.859.438	2.099.225
Fornecedores gerais	1.310.093	1.139.613
Fornecedores empresas do Grupo	267.135	218.829
Fornecedores faturas em receção e conferência	48.327	-
	<b>4.484.993</b>	<b>3.457.667</b>

Uma melhor posição de tesouraria da Simtejo, ao longo de 2014, permitiu a diminuição dos saldos a pagar a fornecedores.

## 20. Outros passivos correntes

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Acréscimos com férias e subsídio de férias	732.332	676.318
Dividendos não distribuídos	-	-
Outros acréscimos e diferimentos	1.514.397	1.474.442
Outros credores	226.447	252.979
Integração de infraestruturas municipais	-	374.260
Município de Amadora	-	374.260
	<b>2.473.175</b>	<b>2.777.999</b>

O valor a 31 de dezembro de 2013 de integração das infraestruturas do Município de Amadora, foi reclassificado em 2014 para fornecedores de investimento.

## 21. Imposto sobre o rendimento

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Estimativa de imposto a pagar	617.079	-
	<b>617.079</b>	-

## 21.1 Imposto do exercício

	31.12.2014	31.12.2013
Imposto corrente	(6.085.455)	(5.886.195)
Imposto diferido	2.223.047	2.731.581
Excesso/ (insuficiência) de estimativa de impostos	(285.939)	198.684
	<b>(4.148.346)</b>	<b>(3.154.614)</b>

## 21.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	31.12.2014	31.12.2013
Resultados antes de impostos	10.157.015	8.192.888
Variações patrimoniais positivas	2.885.893	2.632.430
Variações patrimoniais negativas	(115.980)	(82.850)
Diferenças temporárias	9.104.898	9.021.089
<b>Matéria coletável (lucro tributável)</b>	<b>22.031.826</b>	<b>19.763.557</b>

	31.12.2014	31.12.2013
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>10.157.015</b>	<b>8.192.888</b>
<b>Taxas aplicáveis</b>		
<i>Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
<i>Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)</i>	<b>23,0%</b>	25,0%
<i>Taxa(s) de Derrama municipal</i>	<b>1,5%</b>	1,5%
<i>Taxa(s) de Derrama estadual</i>	<b>2,5%</b>	2,5%
Imposto sobre o rendimento	2.336.113	2.048.222
Derrama municipal	152.355	122.893
Derrama estadual	312.851	214.644
<b>Total</b>	<b>2.801.319</b>	<b>2.385.760</b>
<b>Lucro tributável</b>	<b>22.031.826</b>	<b>19.763.557</b>
Imposto sobre o rendimento	5.067.320	4.940.889
Derrama municipal	330.477	296.453
Derrama estadual	906.591	793.178
Benefícios fiscais	-236.393	--
<b>Total</b>	<b>6.067.996</b>	<b>5.851.294</b>
Tributações autónomas	17.459	34.901
Excesso de estimativa de impostos	285.939	-198.684
Imposto total	6.371.393	5.687.512
Taxa média	28,92%	28,78%
Taxa efetiva	62,73%	69,42%

## 21.3 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

## 21.4 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo Grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC e, conseqüentemente, da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se manteve inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que o Grupo está vinculado. As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas a 31 de dezembro de 2010, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-

-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. O Grupo considerou que este entendimento colocava em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos cinco exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os cinco exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadram as empresas concessionárias do Grupo AdP. Assim, este foi o procedimento adotado pelo Grupo, nos seus registos contabilísticos do exercício de 2010 e 2011, bem como nos Modelos 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei n.º 66-B/2012, onde, no seu art.º 255, se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A. De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios, decorrentes da adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no n.º 2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim, a empresa manteve o procedimento dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da concessão concorram, em partes iguais, para a formação do lucro tributável, com exceção dos ajustamentos relacionados com o investimento já realizado à data da transição, onde estes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como está definido no Decreto-Lei 159/2009, ou seja 5 anos.

A Empresa procedeu no início de 2013 às alterações dos modelos 22 de 2010 e 2011, já entregues, regularizando a sua situação fiscal.

Contudo, no início de 2014 decorrente de inspeção tributária ao IRC de 2010, a Simtejo substituiu as declarações que já havia entregue referentes ao IRC de 2010, 2011 e 2012.

Em 2013 com a alteração da legislação respeitante às amortizações a Simtejo procedeu ao apuramento dos novos valores de IRC de 2010, tendo apurado um novo valor de IRC a pagar de 3.300.566,79 euros, inferior ao que havia sido apresentado em 2012 na declaração de substituição de 2010, cujo imposto a pagar era de 3.380.105,70 euros, resultando assim uma diferença a favor da Empresa de 79.538,91 euros. Nesse sentido, a Simtejo apresentou reclamação graciosa junto da Autoridade Tributária referente ao IRC de 2010.

Decorrente de reclamação graciosa apresentada, a Simtejo foi alvo de inspeção tributária ao IRC de 2010, tendo sido detetadas algumas inexatidões, quer a favor da Empresa quer a favor do Estado, que determinaram novo valor de imposto no montante 3.345.450,85 euros, passando a diferença a favor da Empresa para 34.654,85 euros em vez de 79.538,91 euros.

A Simtejo procedeu então à entrega de nova declaração de substituição do IRC de 2010, e consequentemente à substituição das declarações de 2011 e 2012, na medida em que algumas das situações detetadas respeitavam a ajustamentos de transição e ao cálculo de amortizações fiscais, situações que têm impacto nos anos subsequentes.

## 22. Vendas e prestação de serviços

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Vendas	31.977	36.495
Prestações de serviços	50.422.202	49.201.246
	<b>50.454.179</b>	<b>49.237.741</b>

A Simtejo fatura os seus serviços através dos valores mínimos garantidos – ver nota 2.17

A faturação de 2014 face a 2013 aumentou em 1.216 mil euros, o que é explicado pelos seguintes fatores:

- Reconhecimento do montante de 892.066 euros respeitante à faturação a emitir ao município de Sintra. Este valor é referente não só ao próprio exercício de 2014, como também, no valor de 587 mil euros, aos anos de 2013 e a parte de 2012.
- Ligeiro aumento dos caudais faturados, em praticamente todos os Municípios.

### 22.1 Desagregação das vendas e prestações de serviços por cliente

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Município de Lisboa	25.759.349	25.532.200
Município de Loures	7.420.074	7.485.625
Município de Odivelas	4.376.138	4.306.153
Município de Vila Franca Xira	4.004.443	4.004.443
Município da Amadora	4.986.967	4.936.332
Município de Mafra	1.849.266	1.810.234
SMAS de Oeiras e Amadora	1.067.832	1.058.159
Município de Sintra	892.066	-
<b>Outros clientes não municipais</b>	<b>98.045</b>	<b>104.594</b>
	<b>50.454.179</b>	<b>49.237.741</b>

## 23. Custo das vendas

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
CMVMC - Matérias subsidiárias	1.918.498	1.940.411
	<b>1.918.498</b>	<b>1.940.411</b>

Esta rubrica inclui os reagentes utilizados no processo produtivo da empresa. Engloba igualmente os reagentes e materiais utilizados e consumidos nas atividades laboratoriais da Simtejo.

## 24. Fornecimentos e serviços externos

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Assistência técnica	189.238	134.192
Tratamento de resíduos	2.402.841	554.562
Tratamento e valorização de lamas	0	1.698.149
Fee 's Gestão serviços	753.949	740.216
Publicidade e propaganda	92.372	128.992
Honorários	50.556	78.819
Conservação e reparação	2.582.150	2.105.217
Fornecimento de água	299.920	310.188
Seguros	376.668	339.300
Rendas e alugueres	332.377	328.711
Energia	5.095.172	4.854.411
Comunicação	251.794	251.822
Outros fornecimentos e serviços	1.986.477	1.992.622
	<b>14.413.514</b>	<b>13.517.201</b>
FSE's capitalizados	(100.929)	(25.310)
	<b>14.312.586</b>	<b>13.491.891</b>

O aumento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos verifica-se essencialmente nas rubricas conservação e reparação e energia.

Em conservação e reparação de equipamento básico, verificaram-se maiores gastos na ordem dos 570 mil euros. No ano anterior 230 mil euros de custos com conservação e reparação tinham sido classificados na conta de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, pelo que a variação real a considerar é de 340 mil euros.

Na rubrica de energia, verificam-se maiores gastos com eletricidade face ao ano anterior no valor aproximado de 241 mil euros e maiores gastos ao nível do consumo de gás, no valor de 67 mil euros, contrariamente verificaram-se menores gastos com gasóleo no valor de 5 mil euros. O aumento dos gastos de energia decorreu dos maiores consumos associados ao acréscimo de caudal tratado da ordem de 10%, em relação ao ano anterior:

## 25. Gastos com pessoal

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Remunerações	4.699.671	4.989.753
Encargos sociais sobre remunerações	1.060.562	1.137.642
Encargos com pensões	-	-
Outros custos com pessoal	357.312	366.010
Correções relativas a exercícios anteriores	1.324	-
	<b>6.118.869</b>	<b>6.503.433</b>
Gastos com pessoal capitalizados	(407.330)	(113.705)
	<b>(407.330)</b>	<b>(113.705)</b>
	<b>5.711.539</b>	<b>6.389.728</b>

Em 2014, os gastos com Pessoal diminuíram 10,6% face a 2013. Esta variação é explicada pelo seguinte:

- Maiores gastos no ano de 2013 na medida em que foi reconhecido, para além dos normais 14 meses de salários, o subsídio de férias pago em 2013 referente a 2012. Esta situação ficou a dever-se ao facto de o OE de 2012 não prever o pagamento do subsídio de férias para 2013. No entanto, esta disposição foi alterada em 2013 por força de decisão do Tribunal Constitucional, tendo a empresa procedido ao pagamento do devido subsídio sem que tivesse provisionado nas contas de 2012 o correspondente valor.
- Aumento do valor capitalizado de gastos com o pessoal diretamente afeto às áreas de Obras e de Estudos e Projetos, devido ao acréscimo significativo nas obras em curso existentes em 2014 comparativamente com o exercício anterior.

## 25.1 Quadro de pessoal

	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013
Número médio de colaboradores durante o período		
Órgãos sociais <sup>a)</sup>	12	13
Trabalhadores efetivos e outros	205	208
	<b>218</b>	<b>221</b>

	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013
Número de colaboradores a 31 de dezembro		
Órgãos sociais <sup>a)</sup>	12	13
Trabalhadores efetivos e outros	204	205
	<b>217</b>	<b>218</b>

a) Inclui, para este efeito, o Revisor Oficial de Contas.

## 26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013
Depreciação de outros ativos intangíveis	10.503	26.613
Amortizações de ativos intangíveis	8.570.298	8.173.679
Acréscimos de custos do investimento contratual	9.902.304	10.054.228
Ajustamentos de amortizações	-	-
	<b>18.483.105</b>	<b>18.254.520</b>

## 27. Provisões e reversões do exercício

	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013
Provisões para processos judiciais	-	-
	-	<b>0</b>
Reversões de provisões para processos judiciais	-	(53.600)
	-	<b>(53.600)</b>
	-	<b>(53.600)</b>

Em 2013 o movimentado registado deve-se à reversão da provisão constituída em 2012 relativa ao IGAOT, por absolvição de coima.

## 28. Perdas por imparidades e reversões

	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013
Reversões de perdas por imparidade	1.339	(2.399)
	<b>1.339</b>	<b>(2.399)</b>

A Simtejo constitui perdas por imparidades a alguns clientes que usufruíram dos serviços de descargas de efluentes, atendendo aos prazos dilatados que apresentam algumas faturas já vencidas.

## 29. Subsídios à exploração

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Subsídios à exploração	114.281	144.077
	<b>114.281</b>	<b>144.077</b>

O valor apresentado na rubrica Subsídios à exploração respeita a subsídios diversos recebidos pela Simtejo no âmbito de várias candidaturas apresentadas, como sendo: Envitejo; WW4 Environment; Ártica e Aquavir.

## 30. Outros gastos operacionais

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Impostos e taxas	362.962	511.441
Dívidas incobráveis	48	5.122
Donativos	5.375	23.125
Quotizações	12.209	17.009
Outros gastos operacionais	14.385	19.228
Correções relativas a exercícios anteriores	13.532	(33.025)
	<b>408.511</b>	<b>542.901</b>

Os impostos e taxas correspondem, na sua quase totalidade, às taxas pagas à entidade reguladora (ERSAR). O decréscimo face ao ano anterior resulta de menores gastos com imposto de selo sobre a utilização de crédito, na medida em que a melhoria da situação financeira da Empresa permitiu, ao longo de 2014, a redução de utilização das linhas de crédito disponíveis.

Em outros gastos operacionais, é ainda de salientar a diminuição dos gastos com donativos.

## 31. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Rendimentos suplementares	83.811	79.045
Ganhos em imobilizados	-	1.800
Restituição de impostos	-	148.000
Correções de exercícios anteriores	(24.178)	5
Outros rendimentos e ganhos operacionais	6.936	18.361
	<b>66.569</b>	<b>247.211</b>

Os Proveitos suplementares, respeitam à venda de energia produzida em algumas das instalações da Empresa e a prestação de serviços de assistência técnica.

O valor de 148 mil euros, registado em 2013, respeita a devolução de imposto de selo pago aquando do aumento do capital social da Empresa.

## 32. Gastos financeiros

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Juros suportados	5.168.400	5.126.475
Comissões bancárias	966.205	1.071.349
Outros gastos financeiros	6.163	13.645
	<b>6.140.768</b>	<b>6.211.469</b>
Gastos financeiros capitalizados	(363.487)	(229.701)
	<b>5.777.281</b>	<b>5.981.768</b>

Os gastos financeiros apresentem uma ligeira diminuição face a 2013, diminuição influenciada por uma menor utilização das linhas de crédito de curto prazo ao longo de 2014, resultante de uma melhor situação de tesouraria.

É ainda de referir uma maior capitalização de gastos financeiros decorrente de um maior volume de investimento, face ao ano anterior:

### 33. Rendimentos financeiros

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Juros obtidos	<b>481.752</b>	557.703
Juros de mora	<b>3.615.506</b>	2.954.319
Correções relativas a exercícios anteriores	-	5
	<b>4.097.258</b>	<b>3.512.027</b>

No montante de juros obtidos é de referir que a Empresa, com base no Despacho nº 2671/14 da Secretária de Estado do Tesouro, de 19 de dezembro de 2014, relativo à exceção do princípio da Unidade de Tesouraria pelo Grupo AdP e na estabilização do correspondente entendimento, anulou o desreconhecimento do montante de 10.540 euros que havia feito em 2013, referente ao proveito com juros vencidos no 2º semestre decorrentes de aplicações de curto prazo na banca comercial.

No que respeita a juros de mora verifica-se um aumento face ao ano anterior; situação devida ao débito de juros de mora aos clientes da Simtejo que apresentam saldos vencidos em dívida, para tal contribuiu fundamentalmente os juros aplicados ao município de Lisboa que durante o ano de 2014 não liquidou qualquer fatura, para além das constantes do Acordo de Pagamentos.

### 34. Transações com entidades relacionadas

As transações com os Municípios acionistas da Simtejo resultam da atividade normal da empresa (serviço de saneamento). As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à Simtejo, bem como ao suprimento concedido à Simtejo pela AdP SGPS.

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2013</b>
	<b>Proveitos</b>	<b>Custos</b>	<b>Proveitos</b>	<b>Custos</b>
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	-	<b>1.762.526</b>	-	3.232.354
AdP Serviços, S.A.	<b>4.550</b>	<b>423.839</b>	-	374.213
Aquasis, S.A.	-	<b>23.282</b>	-	27.130
EPAL, S.A.	-	<b>167.312</b>	-	124.126
Valorsul, S.A.	<b>2.182</b>	<b>124.150</b>	112	94.564
Águas do Oeste, S.A.	-	-	-	-
Águas do Centro, S.A.	<b>25.985</b>	-	-	-
Município de Lisboa	<b>25.759.349</b>	<b>2.725</b>	25.187.620	-
Município de Loures	<b>7.420.074</b>	<b>69.632</b>	7.339.978	-
Município de Odivelas	<b>4.376.138</b>	-	4.193.798	-
Município de Vila Franca Xira	<b>4.004.443</b>	<b>34.381</b>	3.339.961	-
Município da Amadora	<b>4.986.967</b>	-	4.836.831	-
Município de Mafra	<b>1.849.266</b>	<b>9.000</b>	1.753.310	-

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2014</b>	31.12.2013	31.12.2013
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	-	199.495	-	193.837
AdP Serviços, S.A.	44.327	117.212	50.415,53	55.302
Aquasis, S.A.	-	4.133	-	-
EPAL, S.A.	-	13.943	-	17.053
Valorsul, S.A.	-	32.954	-	23.486
Águas do Centro, S.A.	31.699	-	-	-
Simarsul	8.254	-	-	-
Município de Lisboa	32.064.170	-	44.834.718	-
Município de Loures	10.274.272	-	13.019.708	12193,77
Município de Odivelas	5.479.097	-	8.034.625	-
Município de Vila Franca Xira	718.298	1.241	360.692	1.297
Município de Amadora	446.261	374.260	443.968	374.260
Município de Mafra	861.329	-	823.207	-

## 35. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

### a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 706 milhões de euros, dos quais 345 milhões de euros já estão realizados e 13 milhões de euros estão em curso.

Investimento reversível	Eur
Investimento do contrato de concessão	655.020.919
Outros investimentos reversíveis	3.976.493
Património integrado	46.897.564
<b>Investimento total</b>	<b>705.894.976</b>
Investimento já realizado	345.259.772
Investimento em curso	13.026.365
<b>Investimento contratual (regulado) a realizar</b>	<b>347.608.839</b>

## b) Contratos de Empreitada

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Projeto	Designação	Adjudicação	Faturação	Saldo
13140017	Beneficiação dos apoios da conduta elevatória da EE2 de Alcântara	159.198	39.242	119.956
13140024	Reparação da Comporta Mural e Respetivo Sistema de Comando da Estação Elevatória das Agências	124.556	0	124.556
13140032	Controlo de caudais pluviais - Alfragide	22.800	0	22.800
13140034	Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	268.680	252.780	15.900
13140034	Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Beirolas	128.919	16.383	112.536
13140055	Benfeitorias nos sistemas elevatórios do Subsistema de Alcântara - Fase I	2.105.826	1.052.564	1.053.262
13140057	Coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara - restantes intervenções	186.675	149.340	37.335
13140060	Reparação do Caneiro de Alcântara - Braço de Sete Rios/ Twin Towers	45.000	42.894	2.106
13140061	Construção da duplicação da Ribeira da Falagueira	3.121.966	1.097.735	2.024.231
13140063	Fornecimento e montagem de sistema de aproveitamento de água subterrânea dos furos de captação para o reservatório da água de rega da ETAR de Alcântara	45.647	32.903	12.744
13140070	Adaptação dos interceptores e emissários do subsistema de Chelas aos sistemas unitários - Fase I	72.500	45.366	27.134
13140071	Instalação dos novos quadros elétricos nas EE9 e EEI I de Chelas	99.377	82.768	16.609
13140072	Intercetores norte e sul - adaptação aos sistemas unitários	143.735	131.614	12.121
13140077	Construção da EE2 de Alcaínça	189.286	64.650	124.635
13140078	Beneficiação e ampliação dos subsistemas de A-da-Pêrra e Barril	29.470	23.950	5.520
13140085	Equipamentos e instalações elétricas da ETAR da Foz do Lizandro	875.689	875.689	875.689
13140090	Beneficiação da obra de entrada da ETAR da Malveira	148.500	0	148.500
13140092	Ampliação e beneficiação do subsistema da Póvoa da Galega - Fase I - descarregadores de tempestade	130.500	115.987	14.513
13140102	Montagem de sistema de doseamento de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas e respetiva bombagem para os silos existentes	97.237	15.775	81.462
13140102	Fornecimento e instalação de sistema de dosagem de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas	20.029	3.004	17.025
13140102	Remodelação do sistema de desinfeção da ETAR de Frielas	497.707	494.782	2.925
13140102	Reparação e substituição de serralharias diversas na ETAR de Frielas	95.000	0	95.000
13140103	Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Chelas	116.257	71.538	44.719
13140103	Reparação de coberturas na ETAR de Chelas	7.587	0	7.587
13140107	Beneficiação da EE da Quinta das Drogas	30.000	28.500	1.500
13140109	Remodelação dos intercetores de Camarate, Apelação e Unhos	150.130	95.079	55.052
13140124	Beneficiação dos descarregadores da Malveira	99.500	40.007	59.494
13140134	Construção do Emissário da Praça do Império (1.ª Fase) e Descarregadores e Infraestruturas Associadas das Bacias de Drenagem D3 a D9	37.920	1.805	36.115
13140150	Controlo Caudais Pluviais - Frielas - Fase I	217.712	169.871	47.841
13140161	Reparações de coletores e condutas	165.000	125.126	39.874
13140161	Reparações e pequenas intervenções de construção civil em ETAR e EE - 2014/2015	152.645	116.770	35.875
13140163	Grupo de cogeração de S. João da Talha	223.000	0	223.000
13140164	Beneficiação da segurança nas instalações dos subsistemas de Alverca, Vila Franca de Xira, Mafra, Beirolas e Chelas	120.606	0	120.606
13140164	Beneficiação da segurança nas instalações dos subsistemas de Frielas e S. João da Talha	153.415	0	153.415
13140172	Reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria - Tamisagem	56.385	0	56.385
13140175	Reparação dos purificadores de biogás das ETAR de São João da Talha e Vila Franca de Xira	114.392	68.346	46.046
13140175	Reparação das pontes raspadoras dos decantadores primários da ETAR de São João da Talha	11.908	0	11.908
		<b>10.264.754</b>	<b>5.254.468</b>	<b>5.885.975</b>

## 36. Ativos e passivos contingentes

### 36.1 Garantias prestadas

A Simtejo tem ativas as seguintes garantias bancárias:

Objeto	Total
Execução de trabalhos de construção civil	564.191
Utilização de recursos hídricos para descarga de águas residuais	316.250

### 36.2 Processos judiciais

A Empresa tem as seguintes ações a correr em tribunal, já devidamente contestadas:

1. Ação judicial intentada por Paulo Alexandre Furtado Mendes (insistência em tribunal distinto), no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa (3.ª Unidade Orgânica, Proc. 1394/11.8 belsb), para pagamento de indemnização de 12.140 euros e juros de mora;
2. Ação intentada pela Ambilogos - Equipamentos Industriais, Lda, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (Proc. 700/12.2BELSB, para pagamento de 402.509,60 euros;
3. Ação intentada pela Massa Insolvente da Hidrocontrato - Contratação e Coordenação de Empreendimentos de Engenharia, Lda, a correr pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (5.ª U.O., Proc. 1254/12.5BELSB, para pagamento de 221.385,49 euros, acrescido de juros de mora de 12.585,41 euros;

A Simtejo entende que não incorrerá em custos nas ações em causa, tendo mantido, por razões cautelares, a provisão para o processo referido no nº 3.

## 37. Informações exigidas por diplomas legais

### Artº. 397º do Código das Sociedades Comerciais

A Simtejo, S.A., não concedeu aos seus administradores quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

### Artº. 324º do Código das Sociedades Comerciais

A Simtejo, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias, nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

### Artº. 21º do Decreto-Lei nº. 411/91 de 17 de setembro

A Simtejo não tem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2014 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

### Lei nº. 55-A/2010 de 31 de dezembro

A Simtejo pretende beneficiar de um crédito fiscal suportado numa candidatura dirigida à Comissão Certificadora do SIFIDE, relativa a despesas de atividades de investigação e desenvolvimento incorridas no exercício de 2014, caso essa candidatura seja aprovada, estima-se que a dedução à coleta possa ascender a um valor de 236 mil à semelhança do Modelo 22 de 2013 entregue em 2014.

## 38. Rendimento garantido

Acionistas	Situação em 31 de dezembro de 2012	Remuneração do exercício de 2014	Distribuição durante o exercício de 2014	Situação em 31 de dezembro de 2014
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	2.154.483	1.934.429	(2.154.483)	1.934.429
Município de Lisboa	2.259.590	900.180	(2.259.590)	900.180
Município de Loures	490.625	440.513	(490.625)	440.513
Município de Vila Franca de Xira	170.652	153.222	(170.652)	153.222
Município de Mafra	149.321	134.069	(149.321)	134.069
Município de Odivelas	149.321	134.069	(149.321)	134.069
Município de Amadora	149.321	134.069	(149.321)	134.069
<b>Total</b>	<b>5.523.312</b>	<b>3.830.552</b>	<b>(5.523.312)</b>	<b>3.830.552</b>

Ano	Indexante	Prémio de Risco	Taxa Final
2013	6,29%	3,00%	9,29%
<b>2014</b>	<b>3,75%</b>	<b>3,00%</b>	<b>6,75%</b>

## 39. Eventos subsequentes

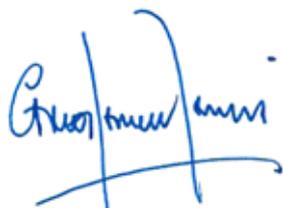
Em janeiro de 2015 foi possível proceder à faturação do valor correspondente à prestação de serviços ao município de Sintra desde maio de 2012 até ao fim de 2014, com o montante total de 892 mil euros.

Prevê-se também que, tal como já acontecera com o município de Lisboa, tenha lugar a muito breve prazo o pagamento dos valores respeitantes aos Acordos de Pagamento antes celebrados com os Municípios de Loures e Odivelas.

Foram criadas recentemente as condições para celebração de um novo Acordo de Pagamentos com a Câmara Municipal de Lisboa, já aprovado em reunião de Câmara, de que resultará a liquidação de 25 milhões euros de dívida vencida, ficando assim a dívida vencida referida à data do presente relatório reduzida a 90 dias.

A Simtejo tomou conhecimento de que no dia 1 de outubro de 2014, o Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, apresentou o plano de reestruturação do setor das águas que inclui, a agregação dos atuais 19 sistemas multimunicipais em que se inclui o Sistema concessionado à Simtejo, em cinco sistemas de maior dimensão.

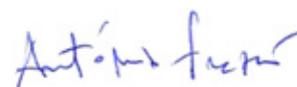
Lisboa, 17 de fevereiro de 2015



Carlos Manuel Martins  
(Presidente do Conselho de Administração)



José Henrique Guimarães Salgado Zenha  
(Vogal do Conselho de Administração)



António Alberto Côrte-Real Frazão  
(Vogal do Conselho de Administração)



Joaquim Carlos Correia Peres  
(Vogal do Conselho de Administração)



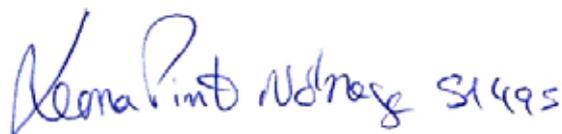
José Fernando da Silva Ferreira  
(Vogal do Conselho de Administração)



José Esteves Ferreira  
(Vogal do Conselho de Administração)



Ricardo Alexandre da Silva Bastos  
(Vogal do Conselho de Administração)



Maria Leonor de Oliveira Pinto Nóbrega  
(Diretora Administrativa e Financeira e Técnica Oficial de Contas)



31 de dezembro de 2014

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Sociedade SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., doravante SIMTEJO ou Sociedade, apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2014.
2. Desde a sua eleição pela Assembleia Geral realizada em 2011, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões com regularidade, tendo contado com a presença do Presidente da Comissão Executiva e da Diretora dos Serviços Administrativos e Financeiros. Efetuou, também, uma reunião específica com o Revisor Oficial de Contas, no sentido de avaliar o âmbito, riscos e a extensão do trabalho de auditoria conducente à emissão da Certificação Legal de Contas relativa ao exercício objeto do presente documento.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. O Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, não tendo detetado situações de incumprimento, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.
6. O Conselho Fiscal também analisou o Relatório de Governo Societário, considerando que no mesmo consta um nível adequado de divulgações, bem como referências a atuações da SIMTEJO em concordância com os princípios de bom governo.
7. O Conselho Fiscal entende assinalar que não está a ser verificado o disposto no artigo 31.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pois no mesmo consta que “[c]ada um dos órgãos de administração e de fiscalização das empresas públicas deve ter por objetivo a presença plural de homens e mulheres na sua composição.”
8. Constata-se que no Relatório de Gestão, no seu Capítulo 8, consta informação sobre o grau de cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, veiculadas através de instruções, despachos e legislação diversa, sendo de concluir pelo cumprimento de tais recomendações por parte da SIMTEJO.
9. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração, o Relatório de Governo Societário e as Demonstrações Financeiras (Balanço em 31 de dezembro de 2014, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às Demonstrações Financeiras) são adequados à compreensão da posição financeira da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se geraram os resultados e se desenrolou a atividade, assim como os principais riscos a que se encontra exposta a Sociedade.
10. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve por parte do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas.



**PARECER**

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SIMTEJO aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2014;
- b) O Relatório de Governo Societário relativo ao ano de 2014;
- c) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2015.

**O CONSELHO FISCAL**



Luís Filipe Cracel Viana (Presidente)



José Manuel Ribeiro Lopes Tomé (Vogal)



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 382.177.054 Euros e um total de capital próprio de 70.002.536 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.008.668 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

### Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:

9.1 Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.

9.2 As demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que respeita aos valores de investimento e caudais, pressupostos estes que têm vindo a ser incorporados e aprovados pelo Concedente no âmbito da preparação anual do Orçamento de Projecto Tarifário, ainda que não tenha sido até à data submetido pela Empresa à aprovação formal do Concedente o respectivo estudo de viabilidade económica e financeira. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter um efeito significativo sobre as mesmas.

9.3 Conforme divulgado na nota 39 das notas às demonstrações financeiras, e no relatório de gestão, permanece em curso o processo de agregação dos actuais sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, os quais serão extintos e subsequentemente agregados em novos sistemas multimunicipais de maior dimensão, a constituir através de Decreto-Lei nos termos do Decreto-Lei 92/2013. No âmbito do referido processo, os activos e passivos da empresa serão transferidos para a nova entidade a constituir, a qual, ao abrigo de um novo contrato de concessão, dará continuidade às actuais actividades da empresa.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Nº 178)  
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

**Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.**

ETAR de Alcântara - Avenida de Ceuta | 1300-254 | Lisboa

Telefone: 213 107 900 | Telefax: 213 107 901

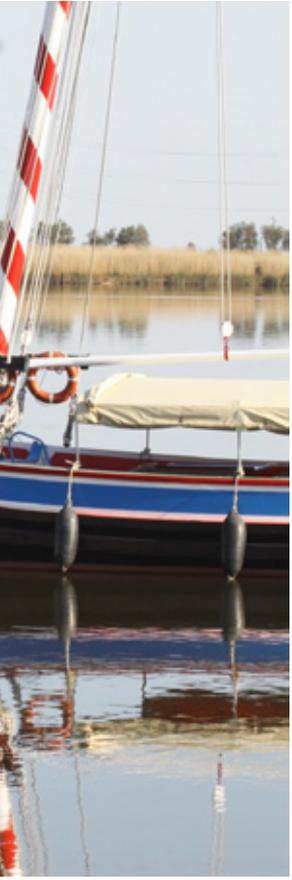
E-mail: [geral@Simtejo.adp.pt](mailto:geral@Simtejo.adp.pt) | [www.Simtejo.pt](http://www.Simtejo.pt)

**Edição:** Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

**Desenho gráfico:** AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.

Direção de Marketing e Comunicação

**Maquetização** - OTNovesete Comunicação



**Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.**

ETAR de Alcântara - Avenida de Ceuta | 1300-254 | Lisboa

Telefone: 213 107 900 | Telefax: 213 107 901

E-mail: [geral@Simtejo.adp.pt](mailto:geral@Simtejo.adp.pt) | [www.Simtejo.pt](http://www.Simtejo.pt)

**Edição:** Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

**Desenho gráfico:** AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.

Direção de Marketing e Comunicação

**Maquetização** - OTNovesete Comunicação